



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

Eneida dos Santos Trindade

Modos de leitura em jornais digitais:
Uma análise discursiva do papel interativo do leitor

**São Cristóvão – SE
Setembro/2015**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

**Modos de leitura em jornais digitais:
Uma análise discursiva do papel interativo do leitor**

Eneida dos Santos Trindade

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), como requisito para obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Orientador: Prof. Dr. Carlos E. Franciscato.

**São Cristóvão – SE
Setembro/2016**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

**Modos de leitura em jornais digitais:
Uma análise discursiva do papel interativo do leitor**

Eneida dos Santos Trindade

Banca de avaliação:

Prof. Dr. Paulo Fernando Lopes – UFPI

Prof. Dr. Josenildo Luiz Guerra – UFS

Prof. Dr. Carlos Eduardo Franciscato (Orientador) – UFS

**São Cristóvão – SE
Setembro/2015**

Agradeço e dedico este trabalho

Aos meus pais e irmão pelo apoio incondicional desde os primeiros estudos;

A Moesio pelo amor, motivação, compreensão e pelo café das noites de estudo;

À Andrea Cristiana, Inês, Lidmillie e Livia pelo incentivo e participação desde o primeiro momento;

Aos meus colegas e professores do Mestrado em Comunicação da Universidade Federal de Sergipe, todas as discussões e contribuições;

Ao professor doutor Carlos Eduardo Franciscato, meu orientador, pelo acolhimento, paciência, generosidade e atenção dedicados a este trabalho, além de todas as contribuições, revisões, correções e análises.

*Vocês não ouvem os assustadores gritos ao nosso redor
que habitualmente chamamos de silêncio?*

Prólogo do filme *O Enigma de Kaspar Hauser*, de Werner Herzog (1974)

RESUMO

Esta pesquisa aborda o reposicionamento do papel do leitor no jornalismo diante das novas tecnologias de comunicação e informação multiplataformas, interativas, móveis, táteis, colaborativas e instantâneas. Entendendo que nesse ambiente o leitor tem a possibilidade de modificar suas experiências comunicacionais com as instituições jornalísticas e as formas como interage com outros leitores, vemos a participação do leitor no jornalismo digital como um elemento que transcende a informação jornalística. Nesse sentido, o estudo tem como objetivo compreender de que maneira os modos de leitura em jornais digitais, em decorrência desse novo ambiente tecnológico, agregam sentidos ao conteúdo jornalístico. Desenvolvida como um estudo de caso, a pesquisa teve como foco a análise de textos jornalísticos e comentários de leitores publicados nos *sites* *G1* e *Universe Online (UOL)*, sobre a cobertura da morte do estudante Victor Hugo Deppman, assassinado por um adolescente em 2013. Para alcançar os resultados propostos nesta pesquisa, utilizamos a metodologia de análise do discurso, à luz dos estudos de Bakhtin sobre o dialogismo. Nossa expectativa é de que o trabalho possa contribuir para a discussão sobre o papel do leitor no jornalismo e sobre as relações interativas desenvolvidas no ambiente de comentários *online*, além de servir como um documento para estudos posteriores acerca da ferramenta e do seu uso no jornalismo.

Palavras-chave: Jornalismo digital; Leitor; Discurso; Dialogismo; Comentários *online*.

SUMÁRIO

Introdução.....	8
1.Jornalismo na Contemporaneidade.....	13
1.1. Princípios fundamentais do jornalismo.....	13
1.2. Jornalismo e construção social da realidade.....	20
1.3. Jornalismo e Internet.....	26
2.Jornalismo e leitor.....	35
2.1.O leitor.....	35
2.2. O leitor no jornalismo.....	38
3.Jornalismo e discurso.....	45
3.1. Noções básicas em análise de discurso.....	45
3.2. Análise do discurso em jornalismo.....	52
4.Metodologia utilizada na pesquisa.....	56
4.1. Procedimentos metodológicos.....	56
4.2. Análise de discurso como método de pesquisa.....	59
5.Modos de leitura em jornais digitais:.....	63
a cobertura do assassinato de Victor Hugo Deppman	
5.1. A construção da cena de enunciação.....	63
5.2. O ambiente de comentários e a possibilidade de conversação.....	71
entre os usuários	
5.3. As formações discursivas no papel interativo do leitor.....	77
5.3.1. As formações discursivas da impunidade na adolescência.....	80
5.3.2. A formação discursiva das propostas de solução.....	85
5.3.3. A formação discursiva das explosões emotivas.....	89
5.4. Os leitores e sua atuação na cobertura jornalística.....	91
Considerações Finais.....	94
Referências.....	97
ANEXO	

LISTA DE QUADROS, TABELAS E FIGURAS

TABELAS

Tabela 1 – Cobertura do <i>site</i> <i>GI</i>	57
Tabela 2 – Cobertura do <i>site</i> <i>UOL</i>	59

QUADROS

Quadro 1- Categorias de análise da pesquisa.....	60
Quadro 2 – Hipóteses e indicadores.....	62

FIGURAS

Figura 1.....	64
Figura 2.....	68
Figura 3.....	69
Figura 4.....	72
Figura 5.....	73
Figura 6.....	74
Figura 7.....	75
Figura 8.....	78
Figura 9.....	81
Figura 10.....	87

INTRODUÇÃO

A comunicação, enquanto processo através do qual os indivíduos interagem uns com os outros, tem sido objeto de estudos há séculos, com diferentes abordagens. Intuitivamente relacionada à situação de diálogo, a ideia de comunicação nos remete de modo imediato à ação de estar em contato com o outro, em uma troca que pode ser verbal ou não-verbal. Esse diálogo, contudo, não precisa acontecer de modo presencial ou tampouco entre pessoas que se conhecem verdadeiramente. Ele pode se dar tanto entre pessoas (indivíduos), como entre textos.

Desde o início da vida, o ser humano experimenta o diálogo, seja este de qual tipo for, como a forma mais comum de exercício da linguagem e, a partir dessa experiência, é inserido na vida social, aprendendo as regras, valores e rituais da comunidade em que vive. Por tal relevância, esse tipo de interação não cessa de ser estudado e, nos dias atuais, continua sendo tema de interesse dos pesquisadores, nas mais diversas situações, formatos, ambientes e plataformas.

Neste contexto, a pesquisa aqui desenvolvida situa-se no universo do jornalismo digital para estudar a interação entre o jornal e leitor à luz da perspectiva dialógica de Bakhtin e tomando como referência a concepção de jornalismo adotada por Gomis (1991), para quem o jornalismo é um método de interpretação sucessiva da realidade e depende, entre outros fatores, da sua relação com o público receptor para garantir a sua existência. Segundo o autor, as notícias existem durante o tempo que conseguem repercutir em comentários de leitores, isso é o que lhe dá força para gerar novos fatos. Para Gomis, seja de maneira direta ou indireta, as audiências também exercem influência sobre os conteúdos publicados pelos veículos jornalísticos.

Para explicar melhor o ambiente no qual esta pesquisa está inserida, é importante dizer que com as novas tecnologias de comunicação e informação multiplataformas, interativas, móveis, táteis, colaborativas e instantâneas, o leitor de jornais tem a possibilidade de amplificar suas experiências comunicacionais com as instituições jornalísticas e as formas como interage com outros leitores. Nessa perspectiva, a pesquisa investiga como opera esse reposicionamento do leitor em relação às organizações jornalística, observando, particularmente, uma postura ativa desse leitor ao utilizar uma ferramenta de interação que introduz suas falas no espaço de publicação de notícias.

Compreendemos a participação dos leitores no jornalismo praticado na *web* como

um elemento que transcende a informação jornalística, já que o leitor apresenta outros pontos de vista sobre a notícia ou o tema tratado por ela e, ainda, interage com os demais leitores da página. Assim, o objetivo deste trabalho é perceber de que maneira os modos de leitura em jornais digitais, em decorrência de um novo ambiente tecnológico no jornalismo, agregam sentidos ao conteúdo jornalístico e abrem espaço para a apresentação de outras interpretações e pontos de vista sobre o acontecimento.

Os esforços colocados nesta pesquisa surgem de uma preocupação relativa ao modo como os leitores se expressam nos ambientes interativos propostos pelo webjornalismo. Se antes – quando a participação dos leitores nos jornais impressos, por exemplo, restringia-se ao envio de cartas que ocupavam um pequeno espaço na publicação – os canais de participação do leitor já eram tomados com a opinião dos leitores da referida publicação, hoje eles aparecem com mais força com os *e-mails*, enquetes e por meio de ferramentas como a de comentários *online*.

Ferramenta agregada aos *sites* de notícias, o ambiente de comentários *online* surge atrelado às matérias, como um instrumento para que os leitores possam expressar a sua opinião sobre a publicação, chegando a reunir centenas e milhares de comentários a cada matéria publicada. Mas, o que os leitores dizem nesses comentários? Qual é o impacto disso? Por sua própria funcionalidade, a ferramenta já se diferencia das cartas dos leitores do jornalismo impresso, pois permite que, além de comentar a publicação interagindo com o veículo, os leitores/comentadores interajam entre si. Ao proporcionar esse tipo de interação, ela cria um ambiente propício à construção de conhecimento.

Desenvolvida como um estudo de caso, a pesquisa está centrada na análise dos textos jornalísticos e dos comentários de leitores publicados nos *sites Universo Online* (UOL)¹ e *GI*², sobre a cobertura do assassinato do estudante Victor Hugo Deppman, morto aos 19 anos, por um adolescente dois anos mais novo, durante um assalto. O crime aconteceu no bairro do Belém, na zona leste de São Paulo, na madrugada do dia 9 de abril de 2013. O *corpus* de investigação é composto por 27 matérias e 5.756 comentários de leitores extraídos dos dois *sites*, no período de 10 de abril a 31 de dezembro de 2013. O que chamou a atenção no caso foi a presença de adolescentes, tanto como agente quanto como vítima da violência e o tratamento dado a eles na matéria jornalística e nos comentários dos leitores. Assim, o caso em estudo trouxe uma temática de alta relevância e

¹ www.uol.com.br.

² www.g1.com.

tensão social (a violência praticada por adolescentes), o que contribuiu para que a participação dos leitores via comentários fosse intensa, possibilitando a expressão de posições divergentes e conflitantes.

Por meio da ferramenta interativa disponibilizada no jornal, o leitor apresenta um “comentário” que tem, como cena enunciativa, a matéria jornalística. Este discurso pode ser uma manifestação direta em relação às informações e enquadramentos propostos pelo texto noticioso, em uma tentativa de interagir com os produtores da informação, ou então, apresentar uma interpretação direcionada a outros leitores, que visitaram e deixaram um ponto de vista com o qual concordam ou discordam, bem como expor um posicionamento que possa introduzir novas informações ou entendimentos sobre o fato jornalístico descrito na notícia.

Acreditamos que é possível localizar, em princípio, ao menos três formas de enunciados, nesse processo: o texto noticioso produzido pelo jornalista; o comentário produzido pelo leitor, buscando interagir com o jornalista; e o comentário do leitor buscando interagir com outros leitores, seja concordando ou divergindo de um posicionamento anterior, seja procurando apresentar uma nova percepção sobre o evento ou oferecer sugestões ao jornal ou jornalista.

Nesta pesquisa, a cena enunciativa foi analisada a partir do conceito de dialogismo presente em Bakhtin, para quem a enunciação é produto da interação entre dois indivíduos socialmente organizados, sejam eles um interlocutor real ou médio. Na perspectiva dialógica, “todo enunciado é um elo na cadeia de comunicação discursiva. É a posição do falante nesse ou naquele campo do objeto e do sentido”. Assim, todo enunciado demanda uma resposta (BAKHTIN, 2011, 289).

Cada enunciado é pleno de ecos e ressonâncias de outros enunciados com os quais está ligado pela identidade da esfera de comunicação discursiva. Cada enunciado deve ser visto antes de tudo como uma resposta aos enunciados precedentes de um determinado campo (aqui concebemos a palavra resposta no sentido mais amplo): ela os rejeita, confirma, completa, baseia-se neles, subentende-os como conhecidos, de certo modo os leva em conta. Porque o enunciado ocupa uma posição definida em uma dada esfera da comunicação, em uma dada questão, em um dado assunto, etc (BAKHTIN, 2011, 297).

É nesse movimento interativo de interlocutores e seus enunciados que investigamos os sentidos predominantes em uma determinada cena enunciativa, buscando responder a

seguinte questão: de que maneira as mudanças nas práticas de leitura dos jornais digitais, com uso recorrente de comentários pelos leitores no espaço de publicação das notícias, em decorrência de um novo ambiente tecnológico no jornalismo, e o surgimento de um complexo de enunciados produzidos por jornalistas, leitores e seus discursos podem contribuir para a construção de sentidos no jornalismo?

Para dar conta do problema de pesquisa e alcançar os objetivos propostos nesse trabalho, a análise do material empírico foi feita a partir da metodologia de análise de discurso. O método foi utilizado na busca de extrair sentidos dos textos encontrados, a fim de compreender de que maneira os modos de leitura em jornais digitais, em decorrência da introdução de um novo ambiente tecnológico, podem contribuir para a construção de sentidos no jornalismo.

Esta dissertação está estruturada em cinco capítulos. No primeiro, apresentamos a concepção de jornalismo sob a qual se desenvolve esta pesquisa, os princípios fundamentais dessa atividade e, ainda, a relação do jornalismo com o contexto e os fatores históricos, econômicos, sociais, culturais e tecnológicos do mundo onde ele está inserido. Fatores estes que, desde os tipos móveis de Gutemberg até as telas dos computadores, *tablets* e celulares mais modernos, vêm interferindo no modo de produção e recepção do jornalismo. Ainda nesse primeiro momento, abordamos também a relação entre jornalismo e construção social da realidade e as principais mudanças trazidas com o surgimento de um formato de jornalismo próprio para a *web*.

No segundo capítulo discutimos os diferentes tipos de leitor identificados ao longo da história da linguagem, a inserção e o papel desses leitores no jornalismo, especialmente, a partir do advento das redes digitais e o surgimento de um leitor que interage com o seu objeto de leitura de uma maneira ativa. Além disso, ainda discutimos o conceito de interatividade aplicado a este trabalho, tendo em vista a ideia da comunicação mediada por computador.

O terceiro capítulo apresenta a perspectiva de análise do discurso com a qual esta pesquisa trabalha. Nesse momento, discutimos o jornalismo como um gênero do discurso e recorremos ao conceito de dialogismo, amplamente estudado por Bakhtin, além dos conceitos de cena enunciativa, enunciado e enunciação, para compreender de que maneira os textos jornalísticos e comentários dos leitores se articulam na construção de sentidos sobre os temas tratados no jornal.

No quarto capítulo, apresentamos o objeto de pesquisa, hipóteses e a metodologia

utilizada na análise. O quinto traz a metodologia de análise do discurso aplicada à pesquisa, bem como a análise dos textos jornalísticos e dos comentários dos leitores, em que verificamos de que modo os enunciados construídos pelos atores envolvidos nessa discussão podem gerar sentidos sobre os fatos noticiados no jornal. Finalmente, as considerações finais, em que destaco as contribuições que esta pesquisa buscou concretizar.

1. Jornalismo na contemporaneidade

O jornalismo é constituído por uma série de princípios, normas e valores éticos, morais e culturais. Esses elementos estão presentes, tanto nas representações que temos do seu papel social, como nas representações que o próprio jornalismo constrói da realidade social em que está inserido. O jornalismo é, portanto, uma prática social voltada para a produção de relatos sobre eventos. Ao fazer isto, ele se coloca em um campo no qual tanto pode reforçar visões de mundo, enquanto produtor de um presente social, como pode sofrer influências da sociedade nessa construção, pela própria intersubjetividade que a atividade possibilita e que, de certo modo, também a caracteriza.

Aqui, o jornalismo será concebido sob a perspectiva do espanhol Lorezo Gomis (1991), para quem o jornalismo é um método de interpretação sucessiva da realidade e depende, entre outros fatores, da relação com o público receptor para garantir a sua existência. É o comentário ou a repercussão, segundo o autor, que torna o efeito da notícia mais intenso e duradouro. Para o autor, a notícia não é uma construção exclusiva do jornalista, pois acredita que, de modo direto ou indireto, as audiências também exercem influência nos conteúdos publicados ou veiculados pelos meios.

Neste capítulo, discutimos a concepção de jornalismo adotada nesta pesquisa, os princípios fundamentais da atividade jornalística e, ainda, a relação do jornalismo com o contexto e os fatores históricos, econômicos, sociais, culturais e tecnológicos que, desde os tipos móveis de Gutemberg até as telas dos computadores, *tablets* e celulares mais modernos, vêm interferindo no modo de produção e recepção do jornalismo. O capítulo traz ainda uma discussão sobre esse novo formato de jornalismo produzido na *web*, em um ambiente repleto de ferramentas interativas que ampliam a participação dos leitores e podem possibilitar o surgimento de relações dialógicas.

1.1. Princípios fundamentais do jornalismo

O jornalismo nasce em meio a um cenário de interação, no qual fatores tecnológicos e econômicos aparecem aliados a aspectos sociais e culturais. Acontecimentos como o surgimento do sistema de impressão, desenvolvido por Gutemberg, e, mais tarde, a institucionalização da imprensa periódica, por exemplo, contribuíram não apenas para o desenvolvimento da atividade jornalística, mas para consolidação de novos hábitos sociais. O ato de leitura foi popularizado, os jornais passaram a fazer parte do cotidiano das

pessoas e aguçaram ainda mais a necessidade de buscar informações e comentar os eventos.

Compreendemos o jornalismo como uma atividade que se desenvolveu na esteira de diversos acontecimentos históricos, sociais, econômicos, tecnológicos e culturais. Transformações que criaram as condições para a impressão de jornais e para a emergência do jornalismo como atividade produtiva e como discurso, um processo que deu a essa atividade, gradativamente, ao longo dos anos, feições industriais. Isto pela padronização e periodização dada à veiculação das informações.

Ao longo da sua história e da sua prática, o jornalismo desenvolveu algumas características que estão presentes em quase todos os seus formatos. A primeira delas traz consigo princípios com base nos quais o jornalismo deve operar e que conferem singularidade e especificidade a essa atividade e ao seu produto. Franciscato (2005, p.166) enumera três desses princípios:

- adotar como pressuposto a existência de uma ideia de verdade do real que pode ser apreendida nos seus aspectos principais por meio de técnicas jornalísticas e transformada em relato noticioso;
- ter um compromisso normativo de cumprir esta tarefa de fidelidade ao real ao empreender sua atividade jornalística;
- produzir conteúdos que ofereçam a uma coletividade modos específicos de vivenciar situações num tempo presente.

A segunda característica descrita por Franciscato (2005) diz respeito ao papel social do jornalismo como uma atividade que exerce uma função específica, ou seja, refere-se à legitimidade alcançada pelo jornalismo para produzir conteúdos com fidelidade aos acontecimentos cotidianos. Outro aspecto lembrado pelo autor é a localização da instituição jornalística em contextos espaço-temporais concretos. Enquanto instituição, o jornalismo está preso aos limites do ambiente em que atua.

A quarta propriedade do jornalismo trata da sua vinculação a processos sociais, que “atravessam formas específicas de instituições e constituem os princípios organizativos de uma sociedade”. Isto significa dizer que o ambiente social conduz a instituição jornalística a um leque pré-determinado de formatos discursivos, tanto em relação a gêneros especificamente jornalísticos quanto a gêneros midiáticos. De outro modo, “formatos jornalísticos são resultantes de modelos históricos de desenvolvimento da cultura, da economia, da política e da tecnologia” (FRANCISCATO, 2005, p.167).

A quinta característica citada por Franciscato (2005) refere-se à diferenciação entre

o texto jornalístico e o texto científico. Apesar de fazer uso de diversas técnicas científicas, como a seleção, hierarquização das informações e interpretação, a aplicação desses procedimentos não é semelhante ao modo científico. O conteúdo jornalístico não tem vida longa, está preso à atualidade, por isso, acaba exigindo do profissional a adoção de técnicas de trabalho simplificadas na apuração dos fatos.

O texto jornalístico admite a pluralidade de pontos de vista e mesmo de informações conflitantes, contanto que adequadamente contextualizadas num relato coerente. Seu texto é um recorte, uma ‘colagem’ ou ‘combinação’ de observação, descrição e interpretação tanto do jornalista quanto da equipe de produção e das fontes de informação (FRANCISCATO, 2005, 168).

O jornalismo é, ao mesmo tempo, uma produção individual – na medida em que está carregado de valores, conhecimentos e visões de mundo do autor – e um trabalho coletivo, visto que o produto jornalístico está atrelado às normas, princípios e rituais partilhados entre os atores que participam da construção da notícia: os próprios meios, as fontes e personagens, as audiências e a sociedade (FRANCISCATO, 2005; ROST, 2006).

- adotar como pressuposto a existência de uma ideia de verdade do real que pode ser apreendida nos seus aspectos principais por meio de técnicas jornalísticas e transformada em relato noticioso;
- ter um compromisso normativo de cumprir esta tarefa de fidelidade ao real ao empreender sua atividade jornalística;
- produzir conteúdos que ofereçam a uma coletividade modos específicos de vivenciar situações num tempo presente.

A segunda característica descrita por Franciscato (2005) diz respeito ao papel social do jornalismo como uma atividade que exerce uma função específica, ou seja, refere-se à legitimidade alcançada pelo jornalismo para produzir conteúdos com fidelidade aos acontecimentos cotidianos. Outro aspecto lembrado pelo autor é a localização da instituição jornalística em contextos espaço-temporais concretos. Enquanto instituição, o jornalismo está preso aos limites do ambiente em que atua.

A quarta propriedade do jornalismo trata da sua vinculação a processos sociais, que “atravessam formas específicas de instituições e constituem os princípios organizativos de uma sociedade”. Isto significa dizer que o ambiente social conduz a instituição jornalística a um leque pré-determinado de formatos discursivos, tanto em relação a gêneros especificamente jornalísticos quanto a gêneros midiáticos. De outro modo, “formatos

jornalísticos são resultantes de modelos históricos de desenvolvimento da cultura, da economia, da política e da tecnologia” (FRANCISCATO, 2005, p.167).

A quinta característica citada por Franciscato (2005) refere-se à diferenciação entre o texto jornalístico e o texto científico. Apesar de fazer uso de diversas técnicas científicas, como a seleção, hierarquização das informações e interpretação, a aplicação desses procedimentos não é semelhante ao modo científico. O conteúdo jornalístico não tem vida longa, está preso à atualidade, por isso, acaba exigindo do profissional a adoção de técnicas de trabalho simplificadas na apuração dos fatos.

O texto jornalístico admite a pluralidade de pontos de vista e mesmo de informações conflitantes, contanto que adequadamente contextualizadas num relato coerente. Seu texto é um recorte, uma ‘colagem’ ou ‘combinação’ de observação, descrição e interpretação tanto do jornalista quanto da equipe de produção e das fontes de informação (FRANCISCATO, 2005, 168).

O jornalismo é, ao mesmo tempo, uma produção individual – na medida em que está carregado de valores, conhecimentos e visões de mundo do autor – e um trabalho coletivo, visto que o produto jornalístico está atrelado às normas, princípios e rituais partilhados entre os atores que participam da construção da notícia: os próprios meios, as fontes e personagens, as audiências e a sociedade (FRANCISCATO, 2005; ROST, 2006).

Avançando em relação à ordem elencada por Franciscato (2005, p.168), a penúltima característica identifica o jornalismo como um documento público, tendo em vista que ao romper a barreira da vida privada, ele pode circular na sociedade de forma pública. Já a última característica reconhece o produto jornalístico como “um permanente diálogo entre os diferentes interlocutores envolvidos na sua produção ou na sua recepção”. Esse diálogo acontece mesmo no silêncio de um dos interlocutores, ou quando há desigualdade na interlocução, pois o diálogo não está restrito somente ao momento da fala. Há, nessa relação uma troca de expectativas entre os interlocutores: “a atividade jornalística produz expectativas e intenções para um público e, ao mesmo tempo, deixa-se influenciar por ele para se adequar a seus interesses”.

Nessa perspectiva, Rost (2006, p.148) ³ afirma que, direta ou indiretamente, as audiências também exercem influência sobre os conteúdos publicados pelos meios. Segundo o autor, o público recorre aos meios para se informar, formar-se e entreter-se. Já

³ Todas as citações diretas que tiveram como referência obras publicadas em língua espanhola foram traduzidas pela autora desta dissertação.

os meios buscam maneiras de atender as demandas dessa audiência. “Às vezes atuando de forma direta, reduzidas a estudos de mercado ou só imaginadas pelos jornalistas, de uma forma ou de outra, as audiências participam na construção da atualidade”. Assim, o processo de construção da realidade no jornalismo acontece de maneira interativa, mesmo que as partes envolvidas não interajam ou dialoguem, diretamente ou com a mesma força.

Retomando a discussão sobre a caracterização do jornalismo, Benetti (2013, p.44) traz contribuições para o debate, explicando-o como um campo de conhecimento e assinalando a relação dessa atividade com o presente social, ao dizer que “o jornalismo é um conhecimento que trata do presente e dos eventos que dizem respeito ao homem”. Para a autora, o jornalismo é um modo de conhecimento e discurso que, situado entre o saber comum e a ciência, se propõe a falar do mundo ao tempo em que se estabelece como um lugar de produção e circulação de sentidos sobre a realidade.

Ao relatar um determinado fato, o jornalista o faz no aqui e agora, criando um recorte no tempo. Por meio dos seus relatos, produz uma experiência concreta e dotada com um sentido que é compartilhado intersubjetivamente (FRANCISCATO, 2005). Desse modo, apresentar como funciona o jornalismo, segundo Gomis (1991), é explicar como se forma o presente social. A própria natureza da atividade jornalística e a função que exerce no meio social apontam para essa relação entre jornalismo e presente, ou entre o jornalismo e a atualidade.

Neste sentido, “pensar em notícia implica em não observarmos apenas o produto de um processo de produção jornalística, mas um conteúdo inerente à comunicação humana” (FRANCISCATO, 2005, p.30). O jornalismo cria nas pessoas uma necessidade de consumo de informações sobre os fatos que fazem parte do seu presente, tenham elas vivenciado esses eventos ou não. O surgimento de uma imprensa institucionalizada ajuda a reforçar esta afirmação na medida em que começa a fazer parte da vida das pessoas, delineando novos contornos na sociedade, alterando o ritmo da vida cotidiana e fomentando novos hábitos e práticas sociais.

A questão temporal é, assim, fundamental quando se trata da atividade desenvolvida pela imprensa. Ao reconstituir, diariamente, os eventos que dizem respeito ao homem contemporâneo, o jornalismo exerce o papel de oferecer à sociedade o presente social (GOMIS, 1991; FRANCISCATO, 2005). “É o jornalismo quem diz ‘isto é atual’, ‘você precisa saber disto porque isto é da sua época’, ‘você só estará conectado à sua época se obtiver esta informação que estou trazendo’” (BENETTI, 2013, p.45). É desse modo

que o jornalismo insere o leitor no mundo contemporâneo, fornecendo a ele uma noção de atualidade.

O jornalismo se consolida nesta cultura [do tempo presente] e, de certa forma, contribui para alimentá-la, potencializando este desejo pelo novo e pelas coisas do tempo presente da vida cotidiana. (...) o jornalismo cria hábitos culturais e sociais que têm, em si, um componente temporal: a notícia estimula a interação entre pessoas, seja na simultaneidade dos procedimentos de leitura quanto no debate direto dos conteúdos noticiosos, conduzindo para uma tomada de decisões visando a produzir uma ação pública (FRANCISCATO, 2005, p.63).

Ao tratar o fator temporal, Franciscato (2005) delimita cinco fenômenos que, segundo ele, aparecem imbricados na atividade jornalística. São eles a instantaneidade⁴, simultaneidade⁵, periodicidade⁶, novidade⁷ e revelação pública⁸. Para o autor, esses fenômenos estão interligados em uma mesma dimensão na qual se complementam: a atualidade jornalística. Constituídos como parte de um processo de formação do próprio jornalismo como instituição social, ao se concretizarem em relações sociais e de sentido, esses fenômenos alcançam uma objetividade social.

Em sua atividade cotidiana, os meios ajudam a construir e representam o presente comum. Através deles, nos damos conta da realidade como algo concreto, que é possível perceber e comentar como uma referência geral. Ou seja, ao difundir uma série de acontecimentos, o jornalismo reforça a permanência desses eventos no cotidiano por meio da repercussão que é gerada.

⁴ O termo “instante” é aplicado para qualificar um período de tempo muito curto. Aplicado ao jornalismo, o caráter de instantâneo pode não ser real, pois tende a haver um intervalo mínimo de tempo decorrido entre a ocorrência do acontecimento e a sua comunicação. Entretanto, o sentido que produz é o de manutenção deste vínculo de instantaneidade entre a ocorrência, sua construção discursiva e recepção pública. “O sentido predominante de instantaneidade que as experiências do jornalismo têm desenvolvido refere-se a uma desejada ausência de intervalo de tempo entre a ocorrência de um evento e sua transmissão e recepção por um público” (FRANCISCATO, 2005, p. 114).

⁵ Simultâneo pode ser entendido inicialmente como o que ocorre ou é feito ao mesmo tempo ou quase ao mesmo tempo que outra coisa. Teria a função de designar uma relação de sincronismo, produzindo um efeito de atualidade ao jornalismo. A partir do século XVII, os jornais criaram novos laços de simultaneidade entre as pessoas, em vários níveis, como no ato de leitura, por exemplo, criando uma cerimônia de leitura executada diária e simultaneamente por milhares de pessoas (FRANCISCATO, 2005).

⁶ A periodicidade é uma das formas mais claras para identificar o aspecto temporal do jornalismo. É uma característica de produção e circulação do conteúdo jornalístico com regularidade, produzindo um efeito de novidade para as notícias que chegam ao público e reforçando o sentido de atualidade (FRANCISCATO, 2005).

⁷ O jornalismo em suas definições mais primárias já está associado à ideia de novidade. Este termo é o fator temporal que está relacionado a ações, situações, fatos, debates, opiniões que tenham relevância para a coletividade, que tragam algo novo e necessitem, assim, serem noticiados. Portanto, diz respeito aos critérios de noticiabilidade, sendo a novidade um dos principais (FRANCISCATO, 2005; BERTASSO, 2014).

⁸ Considerado como um ato discursivo, o jornalismo enuncia discursivamente para o público um novo conteúdo. Existe, nesse processo, uma temporalidade. “O momento da veiculação pública dos conteúdos noticiosos está vinculado ao tempo presente, ao tempo da enunciação” (FRANCISCATO, 2005, p. 114).

É possível dizer, então, que o papel fundamental do jornalismo é formar e reformar diariamente o presente social que compartilhamos. Os fatos que impressionam a audiência dão o que pensar, provocam comentários e seguem presentes na conversação⁹ do dia a dia. “O presente social dos meios dura pelo menos um par de dias e sua permanência nos comentários – que mantém vivo esse presente – se prolonga pelo menos uma semana”. Assim, o comentário torna o efeito da notícia mais intenso e duradouro (GOMIS, 1991, p.14).

Pensando no laço que atravessa a produção jornalística e o leitor, bem como a contribuição dessa atividade para a formação do presente social, a definição de jornalismo que embasa este trabalho toma como referência a ideia defendida por Gomis (1991), segundo a qual o tempo de existência das notícias é o tempo em que elas repercutem em comentários dos leitores. O autor entende o jornalismo como um método de interpretação sucessiva da realidade, no qual ganha força o acontecimento que gera mais repercussão. A notícia que não gera comentários também não exerce influência.

Os acontecimentos repercutem ao ponto de criar no público uma expectativa por novos fatos noticiados, em um movimento cíclico. As notícias publicadas vão gerando expectativas, que demandam mais notícias e, assim, vemos alimentado um processo que dota os homens de um presente social. Os comentários que se seguem às publicações jornalísticas, do mesmo modo que as notícias, estão atrelados a uma temporalidade. Eles se fazem presentes no passado, repercutindo uma notícia publicada anteriormente, e preparam o futuro, gerando a expectativa de novos eventos publicados.

Notícia é a expressão jornalística de um fato capaz de interessar até o ponto de suscitar comentários. Ou, mais brevemente, notícia é um fato que dará o que falar. Mas um fato que reúna tais condições não só provocará comentários, mas também novos fatos. O fato noticioso forma parte de um processo que não termina com ele (GOMIS, 1991, p.49).

Os acontecimentos narrados pelos meios jornalísticos e aquelas informações que se somam a eles por meio da conversação diária são, nessa perspectiva, as verdadeiras notícias, pois estão ligadas às atitudes e condutas das pessoas. “O que não se comenta não produz efeito de notícia” (GOMIS, 1991, p.16). Esse argumento leva a outra consideração de Gomis, que também está de acordo com a ideia desenvolvida nesse trabalho e que é defendida por outros autores, dentro e fora do jornalismo (BERGER e LUCKMANN,

⁹ O termo conversação será discutido mais adiante neste capítulo.

2013; TUCHMAN, 1983; FRANCISCATO, 2005): a ideia de que a realidade tem sido sempre uma imagem construída socialmente em um processo de interação.

Para Alejandro Rost (2006), tratando do jornalismo, é na interação com a audiência que se abre outra instância de construção da atualidade. O autor relata a existência de uma atualidade jornalística, que se produz nos meios, e outra mais geral, produto de uma complexa interação dinâmica entre aquela atualidade jornalística e as audiências. Processo que também sofre a interferência da interação interpessoal entre os membros dessas audiências e, até mesmo, as experiências diretas desse público ou parte dele com os acontecimentos.

Neste sentido, a concepção de jornalismo apresentada aqui se cruza com o objetivo desta pesquisa, na medida em que nos permite trabalhar com a relação entre a produção jornalística e a participação dos leitores nos meios de comunicação, em uma perspectiva construcionista, enxergando a informação para além da notícia e levando em consideração a interação desses agentes no processo de construção da realidade.

1.2. Jornalismo e construção social da realidade

Ao produzir conhecimento sobre a vida cotidiana e o tempo presente, o jornalismo contribui para a construção social da realidade (BERGER e LUCKMANN, 2013). De maneira ainda mais específica, Vizeu e Santana (2010, p.40) dizem que o jornalismo não apenas contribui, mas pode ser tomado como a construção social de uma realidade de referência, pois, “ao interpretar a realidade social, possibilitaria tornar o mundo mais compreensível para as pessoas”. O jornalismo transforma a sua interpretação dos fatos cotidianos em informação que será oferecida ao seu receptor, contribuindo, dessa maneira, para as imagens da realidade que serão formadas pelo indivíduo, tanto sobre diversos campos sociais como sobre o próprio jornalismo.

Isso acontece por meio das representações que o jornalismo cria e difunde no mundo social, especialmente através da linguagem. Esta é considerada por Burke (1995, p.41), “uma força ativa na sociedade”, um meio através do qual um indivíduo pode controlar outros grupos ou resistir ao controle destes. Para o autor, assim como para Berger e Luckmann (2013), a linguagem tem um papel fundamental, na medida em que ela constitui a sociedade, tanto como é constituída por ela.

É, destarte, por meio da linguagem que as coisas adquirem sentido, ela delimita as

coordenadas da vida e enche os objetos de significados. Berger e Luckmann (2013, p.55) destacam: “a vida cotidiana é, sobretudo, a vida com a linguagem e, por meio dela, de que participo com meus semelhantes. A compreensão da linguagem é, por isso, essencial para minha compreensão da realidade”. Todos os objetos que encontro têm uma designação no vocabulário técnico da minha sociedade.

Contudo, para isso é necessário não apenas a linguagem, mas a compreensão do conteúdo que ela traz e que é compartilhado por uma sociedade através de um estoque de conhecimentos comuns. Este conhecimento é o do senso comum, o que eu compartilho com os outros nas rotinas da vida cotidiana. Neste sentido, o jornalismo é responsável por produzir e reproduzir grande parte do conhecimento que adquirimos sobre a vida cotidiana, pois atua como uma realidade social de referência (BERGER e LUCKMANN, 2013; VIZEU e SANTANA, 2010).

O “mundo da vida cotidiana” deve ser considerado como o mundo intersubjetivo que já existia muito antes de nosso nascimento, que já foi experimentado e interpretado por outros, nossos antecessores, como um mundo organizado. Toda interpretação sobre esse mundo é baseada sobre um estoque de experiências prévias a seu respeito, nossas próprias experiências e aquelas transmitidas a nós por nossos pais e professores que, sob a forma de um “conhecimento à mão”, opera como um esquema de referência (SCHUTZ, 2012, p.84).

O mundo, conforme conhecido pela sociedade, é construído ao longo de uma história compartilhada entre os seus membros. O homem é, ao mesmo tempo, produto e produtor do seu mundo social, atuando reciprocamente um sobre o outro. Incorporada ao jornalismo, essa perspectiva é alvo de estudos de diversos investigadores. Tuchman¹⁰ (1983), por exemplo, refere-se à notícia como uma janela para o mundo, um marco através do qual é possível aprender sobre si mesmo e sobre os outros, sobre instituições, líderes e estilos de vida, e também sobre outros povos e nações.

Os leitores de notícias também trabalham para encontrar sentido nos sentidos impressos a tinta na página. Percebem palavras e frases, fatos e interpretações. Apreendem ativamente e atribuem significado a esses sentidos, de maneira muito parecida a como apreendem ativamente ruídos articulados como expressões e linguagem. De maneira similar (...), os repórteres trabalham para apreender e atribuir significado quando identificam alguns itens, mas não outros, como notícias. Através deste trabalho, segundo Schutz, os atores sociais criam significado e uma

¹⁰ Todas as citações diretas de Tuchman (1983) foram traduzidas pela autora desta dissertação.

consciência compartilhada da ordem social. A ordem social é dependente dos significados compartilhados (TUCHMAN, 1983, p.201).

Ao destacar o caráter das notícias como histórias, Traquina (2012) também reforça a condição da notícia como construção social, em uma perspectiva cultural, ao enfatizar que elas são produzidas por pessoas que operam, inconscientemente, em um sistema cultural, um depósito de significados culturais e padrões de discursos armazenados. A notícia, segundo o autor, é resultado de inúmeras interações entre diversos agentes sociais. A relação entre jornalismo e construção social da realidade aparece também em definições do papel social da atividade jornalística.

O próprio processo de produção da notícia coloca o jornalista em contato com a realidade. Em um estudo sobre as definições de jornalismo, Alsina (2009) destaca o contato do jornalista com a realidade numa visão de construção, em contraponto à visão da notícia como espelho da realidade¹¹. Ao propor uma concepção, o autor define a notícia como “uma representação social da realidade cotidiana, produzida intencionalmente e que se manifesta na construção de um mundo possível” (ALSINA, 2009, p. 299).

Com essa declaração não estamos afirmando que a notícia reflete a sociedade tal e qual, mas que “ajuda a constituí-la como um fenômeno social compartilhado, já que no processo de descoberta de um acontecimento, a notícia define e conforma esse acontecimento”. Assim, a notícia atua definindo e redefinindo, constituindo e reconstituindo permanentemente os fenômenos sociais, ao mesmo tempo em que sofre influência de diversos elementos.

Rodrigo Alsina (2009) diz que, no processo de produção da notícia, o jornalista pode, de alguma forma, ser comparado a uma espécie de leitor privilegiado dos acontecimentos. Isso porque a partir da sua leitura, o jornalista vai construindo mundos possíveis que depois serão transmitidos ao público. Algo que podemos relacionar à discussão de Berger e Luckmann (2013) sobre “a construção social da realidade”. Os autores explicam:

a institucionalização aparece cada vez que temos uma tipificação recíproca de ações corriqueiras já realizadas por tipos de agentes. [...] Essas tipificações de ações corriqueiras já realizadas por tipos de agentes que constituem as instituições, sempre são compartilhadas, são acessíveis

¹¹ Os primeiros estudos desenvolvidos em torno de uma teoria do jornalismo explicava a notícia como “uma transmissão não expurgada da realidade, um espelho” (TRAQUINA, 2012, p.148). A teoria do Espelho, como foi chamada, é a teoria mais antiga e responde que “as notícias são como são porque a realidade assim as determina”.

a todos os integrantes de um determinado grupo social, e a instituição tipifica tanto os agentes quanto as ações individuais (BERGER e LUCKMANN, 2013, p.76)

Gomis (1991), reforçando essa perspectiva, defende que o produto oferecido pelos meios de informação não diz respeito a um espelho, tampouco a uma janela (TUCHMAN, 1983). “Nem o espelho nem a janela têm em conta como metáforas a mediação da linguagem, que é essencial nos meios de comunicação, especialmente quando se trata de transmitir informação” (GOMIS, 1991, p.17). A linguagem é capaz de trazer para o presente social uma diversidade de objetos que se fazem ausentes do “aqui e agora” (BERGER e LUCKMANN, 2013, p.55). Graças à linguagem, uma acumulação enorme de experiências e significados pode chegar a objetivar-se no “aqui e agora”.

Por meio da linguagem, o jornalismo constitui e dissemina visões de mundo, representações, estereótipos, identidades e identificações que colocam a atividade jornalística como um campo relevante na construção de um presente social. A partir das notícias e do jornalista como mediador, os receptores compreendem o mundo à sua volta. Nesse sentido, a comunicação¹² desempenha um papel fundamental nas trocas e interações concorrentes para a criação de um universo consensual (MOSCOVICI, 2001). Ela contribui para forjar representações essenciais para a vida prática e afetiva dos grupos, atua de forma eficaz na manutenção das identidades e do equilíbrio social.

O jornalismo cria hábitos culturais e sociais que têm, em si, um componente temporal: a notícia estimula a interação entre as pessoas, seja na simultaneidade dos procedimentos de leitura quanto no debate direto dos conteúdos noticiosos, conduzindo para uma tomada de decisões visando a produzir uma ação pública (FRANCISCATO, 2005, p.63).

A atividade humana está sujeita ao hábito, à rotina. Assim, toda e qualquer ação frequentemente repetida acomoda-se em um padrão que pode ser reproduzido no futuro da mesma maneira. A consolidação desses hábitos constitui instituições, ou seja, representações a serem partilhadas. E, estas, por sua vez, estarão sempre disponíveis ao acesso de todos os membros de um grupo social. Desse modo, as imagens são moldadas e ganham força na sociedade (BERGER e LUCKMANN, 2013).

Em seu exercício diário, o jornalismo cumpre o papel de interpretar a realidade

¹² A comunicação tratada aqui se refere não só à humana, mas, também, àquela de responsabilidade dos meios de comunicação social.

social para que as pessoas possam entendê-la, adaptar-se a ela e modificá-la. Por essa razão, Gomis (1991) diz que o jornalismo é um método de interpretação sucessiva da realidade, que comporta, ao mesmo tempo, hábitos e suposições. Entre todos os acontecimentos, o jornalismo escolhe aquilo que considera mais interessante, interpreta e traduz essa informação para uma linguagem mais clara, definindo, também, na maneira de contar, o que é mais ou menos importante e os elementos que merecem destaque no acontecimento, contextualizando a informação.

As notícias já são uma interpretação e carregam consigo sempre algo de enigmático e ambíguo. Um mesmo fato pode trazer sentidos diferentes e até mesmo contraditórios. Não é raro, por exemplo, vermos em jornais distintos abordagens diferenciadas sobre determinado acontecimento, mesmo quando as fontes ouvidas são as mesmas. Outro exemplo são as alterações que podem ocorrer pela própria hierarquia que conduz a produção jornalística, onde o redator-chefe pode substituir uma palavra por outra, modificando o sentido do texto.

Gomis (1991) afirma que esse caráter enigmático e ambíguo dos fatos contribui com sua noticiabilidade. Para o autor, essa característica da notícia é o que cria expectativa e nos faz pensar. “Não acaba tudo no simples conhecimento de um fato. Ao contrário, poderíamos dizer que algo começa com ele. Um processo participativo é iniciado. O que vai acontecer agora? O que esse acontecimento significa realmente?”. Publicado pelo jornal, o acontecimento repercute em comentários e novos fatos ou versões, que surgem em consequência de fatos anteriores (GOMIS, 1991, p.102).

Para o autor, a temporalidade do jornalismo está localizada não nos eventos, mas na sua existência pública junto às pessoas por meio da repercussão e do comentário. A expectativa ou o volume de comentários configuram-se, nessa perspectiva, como um indicador do que é notícia, ou seja, o que é mais notícia provoca mais comentários. Gomis (1989, p.127) explica: “em todo fato noticioso encontram-se alguns traços que explicam porque este se converteu em notícia, que tenha sido captado com rapidez pelos meios, atraia o interesse público e possa repercutir novos fatos”.

Nem todos os acontecimentos são percebidos e entre os fatos percebidos, nem todos servem como notícia. A essência da notícia é a sua capacidade de gerar comentários. Se um fato suscita comentários, é notícia. Se não suscita comentários, não é notícia, ainda que chegue a imprimir-se, pois não produz os efeitos que sempre se esperou das notícias (GOMIS, 1991, p.53).

Essa perspectiva aponta para uma mudança de comportamento dos leitores em relação às publicações jornalísticas. Ao se apropriar do conteúdo divulgado pela imprensa e estabelecer um processo de diálogo com esse conteúdo, o indivíduo, que antes comentava os assuntos da sua vizinhança, assume a postura de um leitor que comenta os assuntos noticiados pela imprensa. Nesse movimento, onde as falas de leitores e dos jornalistas se articulam de um modo interativo, vemos surgir informações, pontos de vista e reações diversas apresentadas pelos leitores, que são acrescentados à notícia original e podem, de certo modo, interferir no sentido atribuído a ela.

A notícia assume, então, o lugar de referência (VIZEU; SANTANA, 2010) para os comentários que se formam sobre o conteúdo tratado por ela. Gomis (1991, p.24) afirma que o efeito de notícia só se expressa claramente na conversação que pode ser entendida “como um fator unificador da ação dos meios e os comentários como o filme que revela a influência das notícias”. De acordo com o autor, é na conversação que se descobrem as dimensões e o perfil do presente social de referência que os diversos meios contribuem a formar.

Ao utilizar o termo conversação, Gomis (1991) trata das trocas cotidianas entre os indivíduos que acontecem através da fala. A conversação está associada principalmente às interações orais, mas nada impede que aconteça também em outros tipos de interação, desde que ocorra entre atores, em um determinado contexto e com alternância na tomada dos turnos¹³ de fala. Trata-se de um fenômeno no qual os atores, por intermédio de interações verbais, negociam, constroem relações sociais e dividem informações e valores sociais (MARCUSCHI, 2007; KERBRAT-ORECCIONI, 2006; RECUERO, 2013).

A conversação vem sendo tratada dentro de uma perspectiva denominada análise da conversação. Baseada nos estudos do interacionismo norte-americano, a análise da conversação procura reforçar a descrição e análise de interações verbais surgidas em situações de contato e troca entre duas ou mais pessoas. Os pesquisadores deste campo tinham como preocupação a observação dos mecanismos organizadores das conversas, o conhecimento linguístico e sociocultural, além dos processos cooperativos existentes nas conversações.

Nesta pesquisa, contudo, nos dedicamos a observar as manifestações de leitores

¹³ O turno “é a produção de um falante enquanto ele está com a palavra”, assim, a tomada de turno constitui-se como o ato de tomar a palavra (MARCUSCHI, 2007, p.89).

sobre as notícias lidas no jornalismo digital sob outra perspectiva. Ao participar do ambiente interativo proposto pelo jornal, o leitor desenvolve uma espécie de conversação com o produtor da notícia e com outros leitores. Essa relação, no entanto, não se desenvolve de forma consistente, ela acontece de forma rápida e, em sua maioria, não ultrapassa dois turnos de conversação.

Assim, ao invés de buscar uma relação conversacional, acreditamos que a concepção dialógica de Bakhtin (2011) se adéqua com mais eficácia ao objetivo deste trabalho. Aqui, não estamos investigando os procedimentos conversacionais, mas sim fragmentos de conversação que se articulam ao texto da notícia e contribuem para construção de um conjunto de sentidos entrelaçados em uma determinada cena de enunciação.

1.3. Jornalismo e Internet

As mídias mais tradicionais contribuíram, historicamente, para a constituição de uma temporalidade social. Já o surgimento das redes de comunicação pode colaborar com mudanças nos padrões, procedimentos e concepções que vigoraram até as últimas décadas. A partir das novas tecnologias de comunicação e informação multiplataformas, interativas, táteis, colaborativas e instantâneas, o leitor de jornais tem possibilidades de modificar suas experiências comunicacionais com as instituições jornalísticas e as formas como interage com outros leitores.

No início da década de 1990 do século XX, o mundo iniciou um grande processo de transformação da comunicação. O estopim para essa mudança foi o desenvolvimento da *web* e a criação de mecanismos que facilitaram o acesso da sociedade, bem como das empresas jornalísticas e de entretenimento, às tecnologias associadas à expansão da *Internet*. À medida que essas ferramentas passaram a fazer parte da vida das pessoas e das instituições, elas fizeram surgir um novo formato de jornalismo e modificaram as relações sociais, reconfigurando também as relações interativas entre o receptor e os veículos de comunicação e, até mesmo, entre os receptores de um mesmo produto jornalístico.

A participação do leitor no jornalismo da forma como interessa a este trabalho só existe como decorrência direta do surgimento da *Internet*, pois depende da tecnologia relacionada à rede. O interesse está na forma como os webjornais e o público passaram a se relacionar no campo da comunicação jornalística. Nesse contexto, a pesquisa destina-se a

investigar como opera o reposicionamento do leitor em relação às organizações jornalísticas, observando, particularmente, uma postura ativa do leitor ao utilizar uma ferramenta de interação que introduz suas falas no espaço de publicação das notícias.

Assim, para compreender melhor essa trajetória, é importante apresentar algumas questões que convergiram para esse processo. Trata-se de conhecer a origem da *Internet*, que está relacionada às pesquisas empreendidas pela Agência de Projetos de Pesquisa Avançada (ARPA), do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, durante a Guerra Fria (1945-1991). De acordo com Castells (2005), as ousadas iniciativas desenvolvidas pela instituição anunciaram a chegada da era da informação em larga escala.

Alicerçada em pesquisas de caráter militar que visavam a criação de um sistema invulnerável a ataques nucleares, a ARPA colocou em funcionamento, em 1º de setembro de 1969, a primeira rede de computadores do mundo, a ARPANET. O sistema, baseado na tecnologia de troca de pacotes, tornava a rede independente de centros de comando e controle, permitia o empacotamento de todos os tipos de mensagens, inclusive de sons, imagens e dados.

Inicialmente, essa possibilidade de troca de mensagens foi aberta aos centros de pesquisas que colaboravam com o Departamento de Defesa dos EUA, mas, posteriormente, passou também a servir à comunicação pessoal entre os cientistas e deu origem a outras redes. Assim, sustentada pelo Departamento de Defesa dos EUA, operada pela *National Science Foundation*, a rede das redes que se formou na década de 1980, chamada de ARPA-INTERNET, transformou-se em *Internet* (CASTELLS, 2005).

Outros aspectos técnicos também merecem atenção nesse processo de desenvolvimento da *Internet*. Destacam-se, em primeiro lugar, os protocolos de transmissão: servidor-a-servidor (TCP) e inter-redes (IP), TCP/IP, que se tornaram padrão de comunicação entre computadores nos EUA, em 1980. Em segundo lugar está o *software* UNIX, que viabilizava o acesso de um computador a outro e passou a ser amplamente utilizado a partir de 1983. Juntos, esses mecanismos tornaram possível a comunicação entre computadores.

Além da estratégia militar, da cooperação científica e da iniciativa tecnológica, Castells (2005) cita um fator fundamental para o desenvolvimento da *Internet*, que está bastante atrelado ao interesse desta pesquisa: a interferência do usuário. Segundo o autor,

muitas das aplicações da *Internet* foram inventadas por seus usuários¹⁴, entre elas uma versão modificada do protocolo UNIX, que permitiu a interligação de computadores via linha telefônica comum. A interferência dos usuários na rede tornou possível não apenas o desenvolvimento de ferramentas e programas, mas a ampliação do acesso a essa tecnologia.

Ironicamente, esse método da contracultura de usar a tecnologia teve consequências semelhantes na estratégia de inspiração militar: viabilizou os meios tecnológicos para qualquer pessoa com conhecimentos tecnológicos e um PC [computador pessoal], o que logo iniciou uma progressão espetacular de força cada vez maior e preços cada vez mais baixos ao mesmo tempo (CASTELLS, 2005, p.87).

A computação pessoal potencializou a comunicabilidade das redes, possibilitando o surgimento de fóruns eletrônicos e comunidades virtuais em redes corporativas ou comerciais. Essas redes, no entanto, não faziam parte da *Internet*, sendo alternativas, com protocolos que não eram compatíveis entre si. Foi a unificação desses protocolos que garantiu a integração das redes e, conseqüentemente, a expansão da *Internet*.

Contudo, apesar dessa expansão, o uso da *Internet* ainda era bastante limitado no início da década de 1990. Então, um novo salto tecnológico resultou em sua difusão na sociedade, representando um fator de fundamental importância para o crescimento da *Internet*. A criação da *world wide web* (WWW), ou teia mundial, por um grupo de pesquisadores do *Centre Européen pour Recherche Nucleaire* (CERN), liderados por Tim Berners Lee e Robert Cailliau, em Genebra, na Suíça, organizou o conteúdo dos *sites* da *Internet* por informação, oferecendo aos usuários um sistema acessível de pesquisa para procurar as informações desejadas. Esse novo recurso facilitou a utilização da rede por usuários sem conhecimento de informática (CASTELLS, 2005).

Os últimos anos da década de 1990 também foram marcados por grandes transformações tecnológicas, novos progressos em telecomunicações e computação. A criação de aparelhos especializados, novos *softwares*, a ascensão da telefonia móvel e o aumento da capacidade de transmissão de dados com tecnologia de comunicação em banda larga possibilitaram a oportunidade de usar a *Internet* e tecnologias semelhantes para transmitir voz e dados, o que revolucionou as telecomunicações. Mas essas transformações

¹⁴ À margem da Rede ARPANET, que, em seus primeiros estágios, estava reservada às universidades científicas de elite, os representantes da contracultura do desenvolvimento da *Internet*, chamados de “*the hackers*”, descobriram meios para se comunicarem entre si por conta própria (CASTELLS, 2005).

não estacionaram nesse ponto. A *Internet* e as tecnologias relacionadas à rede se mantêm em contínua expansão (CASTELLS, 2005).

Um formato de jornalismo para a web

Antes mesmo da criação da *web*, a *Internet* já era utilizada para divulgação de informações e troca de mensagens. No entanto, essas interações aconteciam entre públicos muito específicos e funcionavam através da distribuição de *e-mails*, de boletins e de outros recursos semelhantes. Nesse período, ainda não existiam as redes sociais digitais e os *sites* de notícias que hoje fazem parte do cardápio oferecido por essa rede. É só a partir da década de 1990, com a criação da *web*, que o conteúdo disponível na *Internet* passa a ganhar mais expressão e começa a se desenhar também um formato de jornalismo próprio para esse novo meio.

Os meios de comunicação de massa sofrem constantes modificações, conforme vão se adaptando às contínuas mudanças sociotecnológicas. Com o jornalismo não é diferente. Como atividade profissional da área de comunicação social, o jornalismo não se manteve isolado das inovações científicas e tecnológicas que vêm tomando força nos últimos vinte anos. Assim como aconteceu com o rádio e com a televisão, ele se adaptou ao ambiente digital. Sua inserção nesse meio foi iniciada a partir de versões dos jornais já existentes no suporte papel, como uma transposição de conteúdo. Este período é descrito como o primeiro momento do jornalismo digital.

Anselmino (2012) atribui o surgimento desse formato de jornalismo à fusão de tradições da imprensa de narrativa linear com o potencial interativo e multimídia da informática, que começaram a emergir em meados dos anos 90. Data de 1992 o primeiro *site* de notícias em operação na rede, o *Chicago Tribune*, nos Estados Unidos. No Brasil, o jornalismo começa a fazer parte da rede a partir de 1995, com o início da fase comercial da *Internet* no País. O primeiro *site* jornalístico brasileiro foi lançado pelo *Jornal do Brasil* e, em seguida, foram criadas também as versões digitais do jornal *O GLOBO* e da *Agência Estado*, do Grupo Estado, transpondo para a *Internet*, o material que já era produzido, sem nenhum tipo de tratamento especial (TEIXEIRA, 2002; QUADROS, 2002).

Em duas décadas de existência, o jornalismo na *Internet* é tema de interesse para muitos pesquisadores, mas ainda há um vasto campo para ser estudado sobre essa atividade e suas características. Tomando Murad como referência, Canavilhas (2014) diz que o

conceito de jornalismo encontra-se relacionado com o suporte técnico e com o meio que permite a difusão das notícias. Se o jornalismo praticado em papel resulta o jornalismo impresso, na TV o telejornalismo, e no rádio o radiojornalismo, nada mais natural do que usar o termo webjornalismo para nomear o jornalismo praticado na *web*. Essa nomenclatura, segundo Mielniczuk (2003), diz respeito a uma parte específica da *Internet*, que disponibiliza interfaces gráficas de maneira acessível a usuários de todos os tipos.

Nessa perspectiva, o termo webjornalismo é utilizado para designar um tipo de jornalismo que é feito especificamente para a *web*: “como forma de jornalismo mais recente, o webjornalismo é a modalidade na qual as novas tecnologias já não são consideradas apenas como ferramentas, mas sim, como constitutivas dessa prática jornalística” (BARBOSA, 2005, p. 1448). E, tratando-se de uma forma de jornalismo, conta também com características específicas. Em uma revisão bibliográfica, Canavilhas (2007) expõe quatro dessas características. São elas hipertextualidade, multimidialidade, interatividade e personalização do conteúdo; e Palácios (2002) acrescenta mais duas: memória e instantaneidade do acesso.

Com base nas descrições apresentadas por Palácios (2002) e Canavilhas (2007), é possível formular as seguintes definições acerca das características do jornalismo praticado na *web*:

1. A hipertextualidade trata da capacidade de interconexão de textos, através de *links* (hiperligações), conectando, assim, um documento digital a outros documentos digitais;
2. Multimidialidade consiste na convergência dos formatos das mídias tradicionais (imagem, texto e som) na narrativa do fato jornalístico;
3. Personalização ou customização dos conteúdos refere-se à opção oferecida ao usuário para configurar os produtos jornalísticos de acordo com os seus interesses individuais, sendo, portanto, uma fragmentação da informação em áreas de interesse do usuário;
4. A memória diz respeito à capacidade de acumular a informação que é produzida em um volume muito maior que os formatos anteriores;
5. Instantaneidade ou a rapidez do acesso refere-se à possibilidade de atualização contínua do material informativo;

6. Para finalizar, a interatividade é a característica que remete à capacidade do leitor/internauta interagir com o conteúdo. Esta é a característica de maior interesse para este trabalho e será desenvolvida mais adiante.

É importante frisar que essas características não aparecem imediatamente com o advento desse formato de jornalismo. Como afirma Palácios (2002, p.1), elas “refletem as potencialidades oferecidas pela *Internet* ao jornalismo desenvolvido para a *web* [...]. Potências que são utilizadas em maior ou menor escala, e de forma diferente, nos *sites* jornalísticos na *web*”. Essas potencialidades, além de servir a uma caracterização do webjornalismo, também contribuem para localizar o estágio de desenvolvimento dessa atividade.

Entretanto, antes de identificar esses estágios, é importante discutir, também, a estrutura textual desse formato e as novas formas de narrativa noticiosa trazidas pela possibilidade do *hiperlink*. O webjornal não sofre com as limitações de espaço impostas aos formatos tradicionais de jornalismo. O hipertexto deu ao webjornal a possibilidade de um espaço ilimitado para narrar as suas histórias e permitiu que o leitor pudesse definir os seus próprios percursos de leitura de acordo com os seus interesses pessoais (CANAVILHAS, 2006).

Tradicionalmente, a redação da notícia é regida pela técnica da pirâmide invertida¹⁵, limitada, em grande parte, pelo espaço de publicação das mídias tradicionais. O webjornalismo traz a possibilidade de rompimento dessa estrutura, vislumbrando a adoção de uma arquitetura noticiosa aberta e de livre navegação. Sobre o diferencial da organização espacial do jornalismo na *web*, Canavilhas (2006, p.7) relata:

Nas edições online o espaço é tendencialmente infinito. Podem fazer-se cortes por razões estilísticas, mas não por questões espaciais. Em lugar de uma notícia fechada entre as quatro margens de uma página, o jornalista pode oferecer novos horizontes imediatos de leitura através de ligações entre pequenos textos e outros elementos multimédia organizados em camadas de informação.

Dessa maneira, a flexibilidade dos meios *online* permite organizar as informações a

¹⁵ De maneira resumida, a pirâmide invertida refere-se à técnica de redação na qual a notícia é iniciada pelos dados mais importantes, buscando responder, logo no início do texto, as principais informações sobre o fato noticiado: o quê, quem, onde, como, quando e por quê. Em seguida aparecem as informações complementares, dispostas de maneira decrescente, segundo o seu grau de importância.

partir da utilização de diversas estruturas hipertextuais alinhadas à particularidade de cada informação. Nesse sentido, Canavilhas (2006) observa que a estrutura do webjornalismo sugere a adoção da pirâmide deitada. Nesse formato, seria possível verificar uma unidade base da notícia, onde estão localizadas as informações básicas do texto (o quê, quando, quem e onde); o nível de explicação, completando as informações essenciais sobre o acontecimento (o por quê e como); o nível de contextualização, oferecendo mais informação em diferentes mídias (imagens, vídeo, som, infográfico, animações, etc.); e o nível de exploração, ligando a notícia ao arquivo da publicação ou a arquivos externos, por meio de *hyperlinks*.

A pirâmide deitada é uma técnica libertadora para utilizadores, mas também para os jornalistas. Se o utilizador tem a possibilidade de navegar dentro da notícia, fazendo uma leitura pessoal, o jornalista tem ao seu dispor um conjunto de recursos estilísticos que, em conjunto com novos conteúdos multimédia, permitem reinventar o webjornalismo em cada nova notícia (CANAVILHAS, 2006, p. 16).

Assim, como as características desse formato de jornalismo, a sua estrutura textual também vem se desenvolvendo ao longo dos últimos vinte anos. De acordo com a apresentação do conteúdo e exploração dos elementos tecnológicos, alguns autores dividem esse período no que chamam de fases de desenvolvimento do webjornalismo. Silva Jr. (2002), Palácios (2002) e Mielniczuk (2003) identificam três, quatro e até cinco fases distintas do jornalismo na *web*.

O primeiro estágio, marcado por um modelo transpositivo, é caracterizado pela reprodução *online* do conteúdo publicado nos jornais impressos, momento em que os jornais, já tradicionais em suas versões impressas, migravam para a *Internet*. Eles faziam a transposição de algumas de suas principais matérias para a sua versão *online*, sem considerar as características desse novo meio, e o conteúdo era atualizado a cada 24 horas, respeitando o horário de fechamento das edições do jornal impresso. Nesse primeiro momento, segundo Neuberger (2013), a exposição de dados na *web* aconteceu sem muita interação com o usuário. A interatividade se dava pela troca, ainda incipiente, de *e-mails* (PALACIOS, 2002; MIELNICZUK, 2003).

A segunda fase – chamada por Palácios (2002) e Mielniczuk (2003) de metáfora –, mesmo atrelada ao formato impresso, é impulsionada pelo aperfeiçoamento da estrutura técnica da *Internet* no Brasil e começa a apresentar experiências na tentativa de explorar as

potencialidades oferecidas pela rede, entre elas o uso do hipertexto. Os jornais *online* iniciam, por exemplo, a adoção de seções e editorias para abrigar notícias no período entre as edições. No que diz respeito à interatividade, esta fase marca, de fato, o seu início. O *e-mail* passa a ser utilizado com mais frequência, servindo de comunicação entre jornalista e leitor. É quando a interação começa a se dar também entre os leitores do mesmo periódico, através de fóruns de debates. Esta fase constitui-se como preâmbulo para o terceiro momento de desenvolvimento do jornalismo na *web*.

O cenário vai se modificando a partir da crescente popularização da internet e também do surgimento de iniciativas tanto empresariais quanto editoriais destinadas exclusivamente para esse suporte. São sites jornalísticos que extrapolam a ideia de uma versão para a web de um jornal impresso já existente (MIELNICZUK, 2003, p.36).

A compreensão do terceiro estágio é a mais importante para o trabalho aqui proposto, visto que, a partir dele, além do advento de um webjornalismo propriamente dito, começa a tomar forma, com maior intensidade, a participação do leitor no jornal. Nessa etapa, é possível observar tentativas de, efetivamente, explorar e aplicar as potencialidades oferecidas pela *web* para fins jornalísticos. Segundo Targino (2009), a convergência dos meios e a busca por suprir as demandas dos cidadãos, de maneira individualizada, contribuem para acentuar a interatividade e a hipertextualidade iniciada pelos *sites* noticiosos na fase anterior. Entre outras possibilidades, os webjornais apresentam recursos de interatividade, como *chats*, enquetes e fóruns de discussões. Esses recursos permitem a participação do internauta para expressar opiniões, votar e enviar produções (MIELNICZUK, 2003).

Apesar da defesa de uma quarta ou até quinta geração¹⁶ do jornalismo na *web* (BARBOSA, 2012), esta pesquisa compreende, assim como Targino (2009), que a atualidade do webjornalismo brasileiro ainda está inserida numa terceira fase. O que é importante mencionar neste ponto é que, além de alterar o formato e disposição do conteúdo, bem como a relação do profissional com o produto, o webjornalismo altera também a relação do leitor com o jornalismo, oferecendo uma posição mais ativa para o leitor e maior abertura para que este possa se expor e participar do produto jornalístico de diferentes maneiras.

Na medida em que promove essa abertura, o webjornalismo cria um ambiente

¹⁶ Termo utilizado por Mielniczuk (2003) para nomear as fases do jornalismo praticado na *web*.

propício, inclusive, para o exercício de práticas colaborativas na produção de informação e para o debate da notícia. Os recursos disponibilizados fornecem as condições necessárias para que, dentro da estrutura do produto jornalístico, os leitores possam interagir entre si e com a produção e, ainda, construir um espaço de conhecimento atrelado àquele já constituído pela publicação, agregando sentidos à jornalística.

2. Jornalismo e leitor

No momento em que se dispõe ao ato de leitura, o indivíduo estabelece com o texto uma relação de interação. Relação esta que, ao longo dos tempos, se apresentou de diversas maneiras e em diferentes suportes, desde os papiros até os conteúdos encontrados no ciberespaço. Cada um desses formatos trouxe consigo uma maneira específica de ler o texto e, conseqüentemente, exigiu do leitor habilidades especiais de leitura para cada tipo de suporte, fazendo emergir múltiplos perfis de leitores.

Dessa maneira, discutimos, neste capítulo, os diferentes tipos de leitor identificados ao longo da história da linguagem, sua inserção no jornalismo e seu papel, especialmente a partir do advento das redes digitais, e o surgimento de um leitor que interage com seu objeto de leitura de uma maneira ativa. Além disso, ainda discutimos o conceito de interatividade aplicado a este trabalho, tendo em vista a ideia da comunicação mediada por computador.

2.1.O leitor

O novo ambiente tecnológico instaurado com o advento das redes digitais cria o contexto para o surgimento de um leitor que interage com o seu objeto de leitura de uma maneira ativa. Trata-se de um leitor mergulhado em um universo multimídia e interpelado, a todo momento, por textos, imagens e sons exibidos em telas eletrônicas cada vez menores e com a capacidade de estabelecer, sozinho, uma conexão entre esses elementos. Desse modo, o cenário no qual o leitor está inserido, bem como o suporte que sustenta o seu objeto de leitura, contribuem para compreender as práticas e o perfil de cada tipo de leitor.

Para além do livro físico, como nós conhecemos, há uma variedade de tipos de leitores que se apresentam na apreciação de diversas linguagens. Em uma pesquisa sobre os processos de recepção que a hipermídia potencializa, Santaella (2004) apresenta três tipos principais de leitores, classificados de acordo com o seu perfil cognitivo e que não leva em consideração o tipo de linguagem para a qual a leitura está direcionada, nem o seu suporte. São eles o leitor contemplativo, o leitor movente e o leitor imersivo.

O primeiro tipo refere-se ao leitor contemplativo ou meditativo da idade pré-industrial. Trata-se de um leitor do livro impresso e da imagem expositiva, fixa. Sua principal característica é a individualidade alcançada por uma leitura silenciosa, hábito

derivado do silêncio obrigatório instituído nas bibliotecas universitárias da Idade Média Central. “Com a leitura silenciosa, o leitor podia estabelecer uma relação sem restrições com o livro e com as palavras, que não precisavam mais ocupar o tempo exigido para pronunciá-las” (SANTAELLA, 2004, p.20). A leitura do livro é, portanto, essencialmente contemplação e ruminação.

Em meio às transformações geradas com a explosão da Revolução Industrial, com o surgimento da imprensa e o processo de urbanização das cidades, vimos nascer o segundo tipo de leitor identificado por Santaella (2004): o leitor do mundo em movimento. Este leitor dinâmico e híbrido está inserido no cenário volátil da cidade moderna, exposto a uma diversidade de signos que reúnem o cinema, a televisão, o jornal, o rádio, a fotografia, etc.

É o leitor que foi se ajustando a novos ritmos de atenção, ritmos que passam com igual velocidade de um estado fixo para um móvel. É o leitor treinado nas distrações fugazes e sensações evanescentes cuja percepção se tornou uma atividade instável, de intensidades desiguais. É, enfim, o leitor apressado, de linguagens efêmeras, híbridas, misturadas. Mistura que está no cerne do jornal, primeiro grande rival do livro. A impressão mecânica, aliada ao telégrafo e à fotografia gerou essa linguagem híbrida, a do jornal, testemunha do cotidiano, fadada a durar o tempo exato daquilo que noticia. Aparece assim, com o jornal, o leitor fugaz, novidadeiro, de memória curta, mas ágil. Um leitor que precisa esquecer, pelo excesso de estímulos, e na falta do tempo para retê-los. Um leitor de fragmentos, leitor de tiras de jornal e fatias de realidade (SANTAELLA, 2004, p.29).

O leitor movente é, na verdade, um intermediário. Ele ultrapassa o estado fixo do leitor contemplativo e prepara o caminho para o terceiro tipo de leitor citado aqui, o leitor imersivo ou virtual (SANTAELLA, 2004). Este surge do contato com os espaços virtuais, como sujeito de um mundo conectado por uma grande rede de transmissão e acesso, possibilitado pelas tecnologias de informática e telecomunicações. Assim como na passagem do leitor contemplativo para o leitor movente, o leitor imersivo trouxe à cena um novo modo de se relacionar com o texto, que aí aparece também em outro formato.

Ao discutir as diferenças entre o texto materializado em papel, no livro tradicional, e o texto visualizado na tela, Chartier (1999) destaca o próprio contato do leitor com o seu objeto de leitura como uma das transformações mais significantes no processo de propagação do texto eletrônico. Enquanto no livro tradicional, organizado de uma maneira específica, o leitor precisava estabelecer um contato físico com cada página para que a leitura pudesse fluir, com a chegada do texto eletrônico o leitor não precisa mais manuseá-

lo diretamente ou imediatamente.

A inscrição do texto na tela cria uma distribuição, uma organização, uma estruturação do texto que não é de modo algum a mesma com a qual se defrontava o leitor do livro em rolo da Antiguidade ou o leitor medieval, moderno e contemporâneo do livro manuscrito ou impresso, onde o texto é organizado a partir de sua estrutura em cadernos, folhas e páginas. O fluxo sequencial do texto na tela, a continuidade que lhe é dada, o fato de que suas fronteiras não são mais tão radicalmente visíveis, como no livro que encerra, no interior de sua encadernação ou de sua capa, o texto que ele carrega, a possibilidade para o leitor de embaralhar, de entrecruzar, de reunir textos que são inscritos na mesma memória eletrônica: todos esses traços indicam que a revolução do livro eletrônico é uma revolução nas estruturas do suporte material do escrito assim como nas maneiras de ler (CHARTIER, 1999, p.12-13).

Apesar das diferenças, encontramos no leitor da tela certa similitude com o leitor da Antiguidade. Ambos, cada um ao seu modo, leem o texto que corre verticalmente diante dos seus olhos e utilizam referências que orientam a leitura, como a paginação, o índice e o recorte do texto (CHARTIER, 1999). O que diferencia esses sujeitos, entre outros fatores, é a liberdade adquirida pelo leitor da tela. Este possui liberdade para escolher a trajetória que construirá em sua leitura.

Não se trata de um leitor que tropeça, esbarra em signos físicos, materiais (...), mas de um leitor que navega numa tela, programando leituras, num universo de signos evanescentes e eternamente disponíveis, contanto que não se perca a rota que leva a eles. (...) um leitor em estado de prontidão, conectando-se entre nós e nexos, num roteiro multilinear, multisequencial e labiríntico que ele próprio ajudou a construir ao interagir com os nós entre palavras, imagens, documentação, músicas, vídeos, etc. (SANTAELLA, 2004, p.33).

A distinção desses três sujeitos leitores não implica em dizer que a existência de um tipo chega ao fim com o surgimento do outro, mas que suas características são cumulativas. Esses perfis, amplamente vinculados às possibilidades técnicas e tecnológicas de seus contextos de formação, passam a conviver nas práticas de leitura da atualidade, referenciando a possibilidade de dispersões e de reconfigurações dos atos de ler, segundo os contextos de inserção do sujeito leitor.

Essa discussão interessa a esta pesquisa na medida em que situa a trajetória de mudanças vividas pelo leitor em meio ao contexto histórico e às transformações sociais, econômicas e tecnológicas pelas quais passaram os suportes que abrigam o texto. Aqui nos

distanciamos do leitor comum, para dar enfoque ao leitor de notícias.

2.2. O leitor no jornalismo

Desde os primeiros estudos realizados no âmbito da teoria da comunicação, os pesquisadores percebiam o receptor como um elemento fundamental no processo comunicacional. A teoria matemática formulada pelos norte-americanos C. Shannon e W. Weaver (ARAÚJO, 2008), por exemplo, apresenta a comunicação como um sistema no qual uma fonte de informação seleciona uma mensagem e a codifica, transformando-a em um sinal que é enviado por um canal a um receptor. Nesse sentido, a comunicação é entendida como um processo de transmissão de uma mensagem por uma fonte de informação, através de um canal, a um destinatário. A teoria não se ocupa do estudo da recepção, é muito mais uma investigação quantitativa sobre a transmissão de mensagens. Contudo, contribuiu para localizar o receptor no processo comunicacional e impulsionou outras pesquisas e teorias.

Mais de 60 anos de pesquisas da corrente norte-americana da comunicação permitiram um aprofundamento dos estudos, especialmente no que diz respeito aos efeitos. Assim, a pesquisa saiu de um modelo simples, como o da teoria matemática (C. Shannon e W. Weaver) – no qual a comunicação era entendida como um processo linear, partindo dos meios, onipotentes, a receptores passivos e isolados – e alcançou modelos que passaram a considerar os diversos fatores que podem interferir no processo de comunicação. Nesse sentido, ganharam destaque aspectos como as características psicológicas dos receptores, as formas de organização das mensagens, a rede de relações interpessoais em que os indivíduos se inserem, os usos que as pessoas fazem dos meios de comunicação e a natureza dos meios na sociedade (ARAÚJO, 2008).

O receptor passou, então, a ser entendido como um indivíduo que recebe a mensagem, decodifica e interpreta de acordo com o seu repertório simbólico-cultural e com o contexto no qual a mensagem está inserida. No âmbito do jornalismo, o receptor - chamado de leitor (impressos), telespectador (TV), ouvinte (rádio) e internauta ou webleitor (webjornais) - adquire também mais importância, na medida em que começa a participar do ambiente jornalístico. Isso não só como um leitor imaginado¹⁷, aquele que é

¹⁷ O leitor imaginado, de acordo com Storch (2012; 2013), é uma figura conceitual e dinâmica nas práticas discursivas entre interlocutores. Ele está presente em cada publicação, a partir de marcas que servem como operadores nas negociações interativas dos sentidos. Storch ressalta que, ao escrever um texto, o autor o escreve para alguém e

presumido pelo autor ao escrever o seu texto, mas um indivíduo ativo, capaz de intervir com telefonemas, envio de cartas, *e-mails* e comentários *online*, contendo reclamações, opiniões ou sugestões sobre os temas tratados pelos veículos de comunicação (STORCH, 2012; 2013).

Ao analisar o papel do leitor no jornalismo, Marques de Melo (1985) reforça o argumento de outros autores (GOMIS, 1991; TRAQUINA, 2012; ALSINA, 2009). O autor diz que o processo de comunicar só se completa quando a informação coletada e selecionada pela instituição noticiosa chega ao leitor. Em contato com esse conhecimento, o sujeito o confronta com o seu acervo de experiências e vivências em comunidade, construindo, assim, sentidos acerca da informação recebida.

Em suas formas mais tradicionais, o jornalismo se organizou como um processo de transmissão de informações, com um fluxo unidirecional, no qual o leitor, o espectador e o ouvinte representavam o ponto de chegada da produção jornalística. Ou seja, o receptor não estava presente no processo de produção da notícia, sua participação era passiva, abstrata e indireta. A interação sugerida pela abertura de canais de participação do leitor não existia de fato. Marques de Melo (1985) destaca que o grande desafio, nesse período, era o rompimento da barreira entre editor e leitor, produtor e receptor, como um desafio a ser vencido para a conversão do processo jornalístico em bidirecional, transformando a prática, que se constituía meramente informativa, em comunicativa.

Diferente de Marques de Melo, mesmo antes do surgimento da *Internet*, Gomis (1991b) já atribuía importância à participação do leitor no jornalismo. Para o autor, a presença desse leitor participativo era fundamental para a validação da notícia, visto que, segundo ele, um fato só adquire valor de notícia quando gera repercussão e provoca os comentários dos leitores. Assim, Gomis indica, ainda, a seção de cartas como um campo possível para estudar a relação entre o jornal e seus leitores: “a seção de cartas nos permite apreciar o quanto um jornal e seus leitores conseguem formar um diálogo, como as mensagens do jornal são recebidas pelos leitores e como as mensagens dos leitores são recebidas pelo jornal” (GOMIS, 1991b, p.93).

As cartas de leitores ou cartas ao diretor colocaram o leitor nos conteúdos dos meios tradicionais e são recorrentemente mencionados como antecedentes da interatividade dos novos meios (ROST, 2006). Nessa perspectiva, pensando na funcionalidade das cartas dos leitores, Gomis (1991b) identifica em princípio quatro tipos

pressupondo esse alguém que será o seu leitor.

de missivas. O primeiro e mais importante são as cartas que mostram que os interlocutores leram o jornal, conhecem o assunto e podem contribuir para a discussão. O segundo tipo são as notícias dos leitores, aquelas nas quais eles falam sobre alguma coisa que viram, ouviram, viveram ou passaram. Nessas cartas, o leitor é uma espécie de repórter e comentarista espontâneo. A terceira categoria de cartas diz respeito a um fórum, onde os leitores falam e discutem uns com os outros e podem interpelar, também, um redator ou colaborador que publicou algo no jornal. Já o quarto tipo de carta é aquela na qual o leitor escreve uma opinião ou comentário sobre fatos mais atuais, dizendo o que pensa diariamente.

Gomis (1991b, p.90) explica ainda que, além de endereçar suas cartas ao jornal, os leitores visavam também atingir outros leitores. De outro modo ele diz: “há leitores que enviam as mesmas cartas a diferentes jornais, seja para alcançar mais leitores ou para garantir a sua publicação”. Contudo, ao mesmo tempo em que destaca a participação do leitor, Gomis diz também que nem todas as cartas enviadas aos jornais são publicadas e, por vezes, a seleção desses comentários pelo editor pode ser feita de maneira arbitrária, a fim de acentuar uma posição indicada pelo jornal, mas que não pode aparecer com tanta veemência no texto jornalístico.

Os periódicos mais tradicionais, como o jornal impresso, a revista ou a TV, por exemplo, não dispunham de espaço para dar visibilidade a toda a demanda de cartas enviadas por leitores. Então, esse conteúdo era selecionado de acordo com os critérios estabelecidos pelo jornal e uma pequena amostra do material era, então, publicada. Tal processo só começou a mudar significativamente com criação dos produtos jornalísticos dispostos na *web*.

A partir dos anos 90 do século passado, com o desenvolvimento de interfaces gráficas na *Internet* e sua incorporação nas mídias jornalísticas, começamos a verificar a participação mais ativa do receptor, sugerindo a ideia de bidirecionalidade relatada por Marques de Melo (1985). Iniciou-se um processo de mudança nas formas de interação no jornalismo. Antes mesmo dos primeiros jornais *online*, a *Internet* elevou exponencialmente o número de correspondências e sugestões de pauta que os leitores convencionais costumavam enviar às redações (ZANOTTI, 2002).

Segundo Primo e Träsel (2006), o jornalismo, produzido em televisão, rádio e jornal impresso, demonstra uma dificuldade em inserir a participação do receptor, de modo mais colaborativo. Eles explicam que o sistema produtivo de características industriais

delimita papéis bem definidos, tanto na divisão do trabalho quanto na separação entre quem lê (escuta ou assiste) e quem fala ou escreve. Nesse sentido, mesmo garantindo espaços destinados ao público, essa participação do leitor nos meios tradicionais não dava conta de expressar as vozes deste grupo.

Outro fator decorrente do surgimento da *Internet*, o qual acentuou ainda mais a participação do receptor, foi a emergência de um formato de jornalismo próprio para a *web*. Dono de um formato que possui linguagem própria, composta por textos, sons, imagens e animações conectados entre si através de *links*, o webjornalismo tem como uma de suas características mais relevantes a interatividade. Esta possibilidade, dada aos usuários, de interagir com o conteúdo, seus autores e entre si constitui-se como uma das principais diferenças entre o jornalismo praticado na *web* e o das mídias convencionais.

Segundo Santaella (2004, p.160), “a comunicação interativa pressupõe que haja necessariamente intercâmbio e mútua influência do emissor e receptor na produção de mensagens transmitidas”. É importante haver o mínimo de negociação¹⁸ entre interlocutores para que os significados das mensagens que se deseja transmitir sejam compreendidos ao atingir o seu destino. Nesse contexto, a autora enumera quatro tipos principais de comunicação interativa: a comunicação face a face; a comunicação epistolar; a comunicação telefônica e a comunicação mediada por computador.

1. A conversação ou diálogo vivo entre as pessoas trata da conversa entre duas ou mais pessoas, onde a comunicação é verdadeiramente bidirecional. As duas pessoas não apenas se revezam, respondendo uma à outra, mas também modificam sua interação dependendo das trocas anteriores;
2. A forma epistolar, ou a troca de cartas, está condicionada aos limites estabelecidos pela linguagem escrita e pelo espaço de tempo entre a emissão e a recepção da carta. Tais limitações podem até anular a potencialidade interativa desse tipo;
3. O telefone, entre os meios de comunicação anteriores ao surgimento das redes de telecomunicações, era o único realmente interativo;
4. Desde o aparecimento dos primeiros programas computacionais, estes já eram considerados multimeios interativos. Mas foi com a criação da *web* que

¹⁸ A ideia de negociação discutida por Santaella (2004) refere-se a um processo de comunicação para resolução das diferenças. Esse processo acontece em maior ou menor escala, de acordo com a sincronização e reciprocidade da interação.

essa afirmação se tornou imperiosa, com a possibilidade de diversos tipos de interação.

A comunicação mediada por computador trouxe grandes modificações para a comunicação clássica, em especial ao papel do emissor, do receptor e à natureza da mensagem. Santaella (2004, p.163) afirma que, nesse novo contexto, “o emissor não emite mais mensagens, mas constrói um sistema com rotas de navegação e conexões”. O receptor, por sua vez, torna-se um sujeito ativo pela participação e intervenção.

A mensagem passa a ser um programa interativo que se define pela maneira como é consultado, de modo que a mensagem se modifica na medida em que atende às solicitações daquele que manipula o programa. Essas manipulações se processam por meio de uma tela interativa ou interface que é lugar e meio para o diálogo. Por intermédio de instrumentos materiais (tela, *mouse*, teclado) e imateriais (linguagem de comando), o receptor transforma-se em usuário e organiza sua navegação como quiser em um campo de possibilidades cujas proporções são suficientemente grandes para dar a impressão de infinitude (SANTAELLA, 2004, p.163).

No webjornalismo, a configuração tecnológica da rede viabiliza a manifestação imediata do leitor, por meio do mesmo canal utilizado para a difusão da informação, o que não acontece com frequência na mídia tradicional, exceto no rádio, em programas que abrem espaço para a participação do leitor, ao vivo, por telefone. Citando Barboel e Deuze, Palácios (2004, p.02) esclarece sobre o tipo de interatividade proporcionada pelo jornalismo praticado na *web*:

A notícia online possui a capacidade de fazer com que o leitor/utente sinta-se mais diretamente parte do processo jornalístico. Isto pode acontecer de diversas maneiras: pela troca de emails entre leitores e jornalistas, através da disponibilização da opinião dos leitores, como é feito em sites que abrigam fóruns de discussões, através de chats com jornalistas, etc.

A partir dessa interatividade, as redes instauram, segundo Oliveira (1997), uma nova maneira de se perceber o emissor e o receptor, pois, através da *Internet*, os dois sujeitos passam a ser interativos no processo comunicacional. O leitor no webjornalismo adquire, então, o status de multi-interativo, pelo perfil ativo que assume e pelo tipo de relações que mantém: “entende-se que diante do computador conectado à Internet o

usuário estabelece relações: a) com a máquina; b) com a própria publicação, através de suas interfaces; e c) com outras pessoas – seja autor ou outros leitores – através da máquina” (MIELNICZUK, 1998, p.80).

Nesse contexto, é possível ir além das discussões acerca da nova configuração do papel do leitor no jornalismo, entendendo aqui a atividade praticada na *web*. Dan Gillmor, Primo e Träsel (2006) enfatizam ainda mais essa configuração ao dizer que "na nova era das comunicações digitais, com múltiplas direções, o público pode tornar-se parte integral do processo [de produção de notícias]". Os autores destacam algumas condições que favoreceram o desenvolvimento do jornalismo *online* e viabilizaram a participação mais efetiva do público:

Aponta-se aqui algumas delas [das condições]: maior acesso à Internet e interfaces simplificadas para publicação e cooperação online; popularização e miniaturização de câmeras digitais e celulares; a filosofia do "hacker" como espírito de época; insatisfação com os veículos jornalísticos e herança da imprensa alternativa (PRIMO; TRÄSEL, 2006, p.39).

Somadas a outras características desse formato de jornalismo, essas condições contribuíram para potencializar os espaços de participação do público na *web* em várias perspectivas. A interferência vai desde as enquetes, como o recurso mais básico, até projetos em que os internautas podem contribuir com a produção jornalística, através do envio de textos, vídeos, imagens e documentos, ou por meio de ferramentas disponibilizadas por jornais *online* e portais de notícias para o envio das contribuições, como "Eu-repórter", "vc repórter", "FotoRepórter", "Cidadão Repórter", etc.

Em meio aos recursos oferecidos para a participação do leitor, este trabalho desenha suas linhas limítrofes em torno do ambiente de comentários *online* que se forma a cada matéria publicada pelos webjornais. Este, assemelhando-se a um fórum de discussão, permite que os leitores interajam entre si e com o veículo de comunicação. Dá ainda a possibilidade de uma interação conversacional entre os usuários, além de, em alguns veículos, chegarem a ser mais informativos que a matéria jornalística propriamente dita. É importante frisar também, para fins desta pesquisa, que este ambiente só existe em decorrência direta do surgimento da *Internet* e da *web*, pois depende da tecnologia relacionada à rede e da acessibilidade que proporcionam (PRIMO; TRÄSEL, 2006).

Destarte, a pesquisa leva em consideração o leitor/comentador como um receptor

ativo, capaz de estabelecer relações de diálogo com os meios noticiosos e colaborar para a construção de sentidos. Não se trata tanto de uma perspectiva colaborativa da participação do leitor ou da influência que esse usuário pode exercer sobre os veículos jornalísticos, tratando a ótica da produção da notícia, mas de uma abordagem que compreende essa participação do leitor como um elemento adicional que pode cooperar para o entendimento dos temas tratados no noticiário.

Ao expor seus pontos de vista no ambiente de comentários das matérias, além de propor uma discussão sobre os temas tratados no *site* de notícias, o leitor apresenta diferentes olhares que podem ou não complementar a abordagem feita pelo jornalista, já que o ambiente de comentários é entendido aqui também como um espaço de construção de conhecimento.

3. Jornalismo e discurso

Um texto enunciado publicamente pode possuir diferentes significados, dependendo da época, da localização geográfica em que está inserida ou da formação sociocultural de quem o profere ou o recebe, gerando muitas maneiras de significar. Esse é o tipo de questão que desperta o interesse da análise de discurso, uma vertente teórico-metodológica que começou a ser desenvolvida a partir da década de 1960 e que tem como seu principal objeto a palavra em movimento, ou seja, o discurso ou o modo como as falas se organizam ao produzirem sentido.

O estudo a que se dedica esse campo de pesquisa é o da língua funcionando para a produção de significados em contextos de enunciação, aquele que permite analisar unidades além da frase. A análise se estende além da palavra ou da frase, buscando compreender o texto como um discurso na relação com um contexto e com outros discursos. Orlandi (1995, p.15) diz que “com o estudo do discurso observa-se o homem em movimento”. Através dele o indivíduo estabelece, por exemplo, o diálogo com outros membros da sua comunidade, se faz entender no meio social, além de produzir sentidos para o que é conhecido ou desconhecido.

Neste capítulo, procuramos discutir o jornalismo como um gênero do discurso e recorremos ao conceito de dialogismo, amplamente estudado por Bakhtin, além dos conceitos de cena enunciativa, enunciado e enunciação, para compreender de que maneira os textos jornalísticos e comentários dos leitores se articulam na construção de sentidos sobre os temas tratados no jornal.

3.1. Noções básicas em análise de discurso

Apesar de a origem da análise do discurso como método de pesquisa ter sua constituição relacionada, segundo Orlandi (2005), à década de 1960, há registros de estudos preocupados com a estrutura textual desde o século XIX, mas o destaque vem com a pesquisa dos formalistas russos¹⁹, no início do século XX. Esse grupo desenvolveu estudos que atentavam para a lógica interna do texto, iniciando uma trajetória de pesquisa que prenunciava uma análise diferente da análise de conteúdo²⁰, já popularizada nesse

¹⁹ Denominação dada a um grupo de intelectuais e poetas russos que se reunia de 1919 a 1974, composto, entre outros, por Bakhtin, Voloshinov e Medvedev. O grupo também ficou conhecido como Círculo de Bakhtin (SEIXAS, 2009).

²⁰ Método de pesquisa que recolhe e analisa textos, sons, símbolos e imagens impressas, gravadas ou veiculadas em forma eletrônica ou digital encontrados na mídia, a partir de uma amostra aleatória ou não dos objetos estudados, com o

período.

A análise de discurso trouxe como diferencial para a pesquisa um outro tipo de tratamento dado ao texto. Enquanto a análise de conteúdo busca responder à questão “o que esse texto quer dizer?”, por meio da coleta, análise e enquadramento do conteúdo pesquisado em categorias (HERSCOVITZ, 2007), a análise de discurso está interessada em saber “como o texto significa”. Assim, ela não cruza o texto para encontrar um sentido ao final da leitura. “Ela produz um conhecimento a partir do próprio texto, porque o vê como tendo uma materialidade simbólica própria e significativa, como tendo uma espessura semântica: ela o concebe em sua discursividade” (ORLANDI, 2005, p.18).

Essa perspectiva teórico-metodológica se constituiu, segundo Orlandi (2005), a partir da relação entre três domínios disciplinares: a linguística, o marxismo e a psicanálise. No entanto, mesmo sendo herdeira dessas três regiões do conhecimento, não está submissa a elas. Ela não se reduz à língua, objeto de estudo da linguística; não se deixa absorver pela teoria marxista; e, muito menos, representa a trajetória que a psicanálise teoriza. A análise de discurso:

Interroga a linguística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele (ORLANDI, 1995, p.20).

Assim, do encontro entre a linguística, o marxismo e a psicanálise, surge a análise de discurso, rompendo os limites dessas disciplinas e dando origem a um novo objeto. Este novo elemento é o discurso, que afeta essas formas de conhecimento em seu conjunto e que, em sua definição, “é constantemente ambíguo, pois pode designar tanto o sistema que permite produzir um conjunto de textos, quanto o próprio conjunto de textos produzidos” (MAINGUENEAU, 2005, p.51).

O discurso é um suporte que sustenta os mais variados textos, escritos ou não, que circulam em uma sociedade. Por meio da sua análise é possível investigar tanto o que o texto diz e como diz, como por que ele diz isto ou aquilo. Desse modo, ao analisar o discurso, o analista está diante da questão de como o discurso interage com a situação que o criou. Sua análise relaciona o campo da língua e o campo da sociedade – este apreendido

objetivo de fazer inferências sobre seus conteúdos e formatos, enquadrando-os em categorias previamente testadas, mutuamente exclusivas e passíveis de replicação (HERSCOVITZ, 2007, p.126-127).

pela história e pela ideologia –, colocando os processos discursivos na fonte da produção dos sentidos e a língua como o lugar material onde se realizam os efeitos de sentido.

O discurso deve ser visto como objeto linguístico e como objeto histórico. Nem se pode descartar a pesquisa sobre os mecanismos responsáveis pela produção do sentido e pela estruturação do discurso nem sobre os elementos pulsionais e sociais que o atravessam. Esses dois pontos de vista não são excludentes nem metodologicamente heterogêneos. A pesquisa hoje, de um lado, precisa aprofundar o conhecimento dos mecanismos sintáticos e semânticos geradores de sentido, de outro, necessita compreender o discurso como objeto cultural, produzido a partir de certas condicionantes históricas, em relação dialógica com outros textos (FIORIN, 1990, p.116-117).

Assim, pode-se dizer que analisar o discurso significa determinar as condições de produção do texto. Ao empreender a análise, busca-se entender e explicar como se constrói o sentido de um texto e como esse texto se articula com a história e a sociedade que o produziu. Pêcheux (1990) chama esse processo investigado pela análise de discurso de formação ideológica ou condições de produção do discurso. Segundo o autor, a sociedade possui várias formações ideológicas e a cada uma delas corresponde uma “formação discursiva”. Pêcheux diz:

O discurso é um dos aspectos da materialidade ideológica, por isso, ele só tem sentido para um sujeito quando este o reconhece como pertencente a determinada formação discursiva. Os valores ideológicos de uma formação social estão representados no discurso por uma série de formações imaginárias, que designam o lugar que o destinador e o destinatário se atribuem mutuamente (PÊCHEUX, 1990, p.18).

As condições de produção do discurso e as formações discursivas, do modo como interessam a esta pesquisa, serão discutidas mais adiante no desenvolvimento da dissertação. Neste momento, é interessante situar em que perspectiva de discurso o trabalho está inserido. Para isso, observa-se a concepção de discurso disseminada pelo formalista russo Bakhtin. Uma concepção que, mesmo não fazendo referência aos estudos do jornalismo ou da comunicação, vem servindo de base teórica para essas áreas de estudo.

Ao descrever o conceito de enunciado, Bakhtin o teria “substituído ou fundido à ideia de palavra, de texto, de discurso”, diz Brait (2005, p.67). Para Bakhtin, a noção de enunciado pode abarcar a de discurso e está, ainda, atrelada a uma situação de interação, seja com o meio ou com os outros. Brait explica que, nos estudos do autor, o enunciado e

as particularidades da enunciação configuram “o verbal e o não verbal que integram a situação e, ao mesmo tempo, fazem parte de um contexto maior histórico, tanto no que diz respeito a aspectos que antecedem esse enunciado específico, quanto ao que ele projeta adiante”.

A situação extraverbal está longe de ser meramente a causa externa de um enunciado – ela não age sobre o enunciado de fora, como se fosse uma força mecânica. Melhor dizendo, a situação se integra ao enunciado como uma parte constitutiva essencial da estrutura de sua significação. Consequentemente, um enunciado concreto, como um todo significativo, compreende duas partes: (1) a parte percebida ou realizada em palavras e (2) a parte presumida. A característica distintiva dos enunciados consiste precisamente no fato de que eles estabelecem uma miríade de conexões com o contexto extraverbal da vida, e, uma vez separados deste contexto, perdem quase toda a sua significação – uma pessoa ignorante do contexto pragmático imediato não compreenderá estes enunciados (BAKHTIN *apud* BRAIT, 2005, p. 67).

Desse modo, a noção de discurso em Bakhtin aponta para uma interação verbal em um modelo que leva em consideração o acontecimento e o seu contexto. Esta é também a perspectiva adotada nesta dissertação, que busca suporte nas noções de discurso, enunciado, enunciação e dialogismo, conforme formuladas por Bakhtin. Tais concepções estão associadas aos estudos sobre gêneros do discurso desenvolvidos pelo autor.

Todo texto pertence a uma categoria, a um gênero de discurso, que reúne tipos de textos que possuem traços comuns. Assim, o gênero de discurso é constituído pelo conjunto das características de um texto, ao mesmo tempo em que constitui uma classe à qual esse texto pertence. Desse modo, qualquer outro objeto, tendo as mesmas características, integrará a mesma classe. Contudo, é importante frisar que esses gêneros não estão cristalizados, eles são “relativamente” estáveis e não fixos. Ou seja, as características que agrupam os textos em determinados gêneros não são normativas (BAKHTIN, 2011).

O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana. Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua mas, acima de tudo, por sua construção composicional. Todos esses três elementos – o conteúdo temático, o estilo, a construção composicional – estão indissoluvelmente ligados no todo do enunciado e são igualmente determinados pela

especificidade de um determinado campo da comunicação. Evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, os quais denominamos gêneros do discurso (BAKHTIN, 2011, p.161-162).

Bakhtin é frequentemente utilizado como referência para tratar do conceito de gênero do discurso (FIORIN, 2008; PONTE, 2005; CHARAUDEAU, 2010; BRAIT, 2005; SEIXAS; 2009). O autor não teoriza sobre o gênero levando em conta o produto, e sim o processo de sua produção. O que lhe interessa é a maneira como os gêneros se constituem. “Seu ponto de partida é o vínculo intrínseco existente entre a utilização da linguagem e as atividades humanas. Os enunciados devem ser vistos na sua função no processo de interação” (FIORIN, 2008, p.61).

Fiorin (2008) avalia que o gênero, do modo como o autor russo desenvolve, estabelece uma interconexão da linguagem com a vida social. Ao mesmo tempo em que a linguagem penetra na vida por meio dos enunciados concretos, é através deles que a vida se introduz na linguagem. Assim, os gêneros estão sempre vinculados a um domínio da atividade humana, refletindo suas condições específicas e suas finalidades. Bakhtin deixa de lado a estrutura interna dos textos para abordar o discurso por suas dimensões extralinguísticas, considerando tanto a interação entre textos e sujeitos, como o contexto no qual estão inseridos.

O dialogismo é, então, para Bakhtin, um princípio constitutivo do discurso e esse, por sua vez, é constituído de enunciados de outros textos, seja ele de qualquer esfera da linguagem. Daí a interdependência entre emissor e receptor na construção dos enunciados. Bakhtin (2011) diz que todo enunciado é um elo na cadeia de comunicação discursiva. É a posição do falante nesse ou naquele campo do objeto e do sentido. Enquanto a enunciação é o ato de produção do discurso, o enunciado é o seu produto, o discurso em si, já fabricado.

A orientação dialógica é naturalmente um fenômeno próprio a todo discurso. Trata-se da orientação natural de qualquer discurso vivo. Em todos os seus caminhos até o objeto, em todas as direções, o discurso se encontra com o discurso de outrem e não pode deixar de participar, como ele, de uma interação viva e tensa. Apenas o Adão mítico que chegou com a primeira palavra num mundo virgem, ainda não desacreditado, somente este adão, podia realmente evitar, por completo, esta mútua orientação dialógica, do discurso alheio para o objeto. Para o discurso humano concreto e histórico, isso não é possível: só em certa medida e

convencionalmente é que pode dela se afastar (BAKHTIN, 2002, p.88).

Na construção do seu discurso, o indivíduo leva em conta o do outro e este passa a estar presente em seu discurso. Logo, pode-se dizer que o dialogismo é marcado pelas relações de sentido que se estabelecem entre pelo menos dois enunciados. Já o enunciado existe em uma relação de interdependência com outros enunciados, ou seja, ele se configura como a réplica de um diálogo que, por sua vez, se constitui na relação entre enunciados.

Assim como na conversa que se dá cotidianamente entre os indivíduos, os limites do enunciado são determinados pela alternância dos falantes, e a capacidade deste enunciado de gerar uma resposta é o que lhe confere legitimidade. Ao produzir um enunciado, o indivíduo está, na verdade, participando de um diálogo com outros discursos. Essa é a concepção adotada por Bahktin que, mesmo sem construir uma definição propriamente dita, apresenta uma orientação para a compreensão do enunciado.

Cada enunciado é pleno de ecos e ressonâncias de outros enunciados com os quais está ligado pela identidade da esfera de comunicação. Cada enunciado deve ser visto antes de tudo como uma resposta aos enunciados precedentes de um determinado campo (aqui concebemos a palavra resposta no sentido mais amplo): ela os rejeita, confirma, completa, baseia-se neles, subentende-os como conhecidos, de certo modo os leva em conta. Porque o enunciado ocupa uma posição definida em uma dada esfera da comunicação, em uma dada questão, em um dado assunto, etc (BAKHTIN, 2011, p.297).

Esses enunciados constroem e ao mesmo tempo fazem parte de uma determinada cena de enunciação, dada pelas circunstâncias nas quais surge o enunciado. Esta cena “é apreendida no interior do enunciado e possibilitada pela referenciação poderosa dos dêiticos. São eles os responsáveis pela construção espaço-temporal e pessoal legitimada pelos enunciados” (NASCIMENTO; CANO, 2011, p.399).

Maingueneau (2006, p.250) explica que, ao contrário da situação comunicativa, na qual o processo comunicativo se dá a partir do exterior, quando se fala em cena de enunciação refere-se a um processo do interior. Essa afirmação, segundo o autor, toma como base “a situação que a fala pretende definir, o quadro que ela mostra (no sentido pragmático) no próprio movimento em que se desenrola”. Maingueneau diz que “um texto não é um conjunto de signos inertes, mas o rastro deixado por um discurso em que a fala é encenada”. Todo discurso, por sua manifestação, pretende convencer instituindo a cena de

enunciação que o legitima. Para explicar essa encenação, ele distingue três cenas: a englobante, a genérica e a cenografia (MAINGUENEAU, 2005, p.85).

A cena englobante é determinada de acordo com o tipo de discurso apresentado no texto. O próprio Maingueneau (2005) afirma não ser fácil categorizar o tipo de discurso, mas podemos determiná-lo a partir de sua definição por meio de sua função social. As funções sociais estão ligadas aos setores da sociedade em que circulam as falas: discurso político, discurso literário, discurso publicitário, etc. Assim, ao tomarem contato com um texto, os indivíduos devem ser capazes de se situar dentro de um desses discursos, chamados, então, de cenas englobantes. Desse modo, para uma notícia, por exemplo, a cena englobante seria o discurso jornalístico.

Contudo, apenas a cena englobante não diz muito sobre a instância de enunciação, pois é na cena genérica que os co-enunciadores conseguirão assumir de fato os seus papéis. Esta cena equivale aos vários gêneros do discurso com os quais nos defrontamos e são esses gêneros que determinam os rituais, os papéis sociais que cada co-enunciador deve assumir, os lugares e os tempos que podem ser usados, e como devem ser lidos. Cada gênero ou subgênero de discurso define o papel de seus participantes. Neste sentido, num panfleto de campanha eleitoral, por exemplo, teremos um candidato dirigindo-se a eleitores etc. Maingueneau (1989) diz que, ao enunciar, um sujeito presume uma espécie de ritual social da linguagem implícito, partilhado pelos interlocutores (MAINGUENEAU, 2005).

As duas cenas citadas determinam o quadro cênico do texto. É esse quadro que define o espaço estável no interior do qual o enunciado adquire sentido. Conforme explica Maingueneau (2005), esse é o espaço do tipo e do gênero de discurso. Na perspectiva tratada nesta pesquisa, é possível dizer que esse quadro cênico – constituído pelo novo ambiente tecnológico no qual o leitor de notícias se torna mais participativo e pelas relações traçadas pelos co-enunciadores no ambiente composto pela matéria jornalística e pelos comentários dos leitores – é determinante para os sentidos construídos na página.

A terceira cena mencionada por Maingueneau (2005) é a cenografia. Recorrentemente, é por meio dela que os co-enunciadores interagem e não através da cena englobante ou da cena genérica. É comum a cenografia colocar a cena genérica em segundo plano. Ofuscar, por exemplo, a cena genérica “notícia”, e fazer com que o leitor seja enlaçado por outra cena, a de uma denúncia ou de uma proposta jurídica.

A cenografia não é simplesmente um quadro, um cenário, como se o

discurso aparecesse inesperadamente no interior de um espaço já construído e independente dele: é a enunciação que, ao se desenvolver, esforça-se para construir progressivamente o seu próprio dispositivo de fala (MAINGUENEAU, 1989, p.87).

Ao lermos uma notícia, por exemplo, a cena genérica “notícia” é colocada em segundo plano e somos enlaçados por uma denúncia que nos coloca num papel diferente do leitor de uma notícia. No caso analisado nesta pesquisa, o leitor pode assumir também o papel de enunciador. Ele assume, em alguns momentos, o papel de julgar ou analisar o crime cometido e o seu autor. Esse movimento desata uma rede de compreensão textual bem diferente daquela comum à notícia, e a inclusão dos comentários dos leitores como uma espécie de anexo do texto jornalístico contribui para essa diferenciação. A cenografia legitima a existência do enunciado, ou seja, é na sua progressão que o enunciado vai se legitimando, na medida em que aciona um dispositivo de fala e, retroativamente, se valida (MAINGUENEAU, 2005).

3.2. Análise do discurso em jornalismo

Dentro do quadro já exposto neste capítulo, o jornalismo também é considerado um gênero do discurso, incluído no âmbito dos discursos secundários (ideológicos). Estes, como já foi dito, mais complexos, referem-se aos romances, dramas, pesquisas científicas de toda espécie, os grandes gêneros publicísticos, etc., gêneros que surgem nas condições de um convívio cultural mais complexo e relativamente muito desenvolvido e organizado. O discurso secundário é, desse modo, mais complexo que os discursos primários ligados a experiências concretas, como a dos diálogos travados no dia-a-dia (BAKHTIN, 2011; PONTE, 2005).

Classificado como discurso, o jornalismo é entendido como um lugar de circulação e produção de sentidos (BENETTI, 2008). Seu discurso é caracterizado pelo dialogismo, pela polifonia, pela opacidade, além de ser, também, efeito e produtor de sentidos, e de ser elaborado segundo condições de produção e rotinas particulares. No que diz respeito ao dialogismo, o próprio Bakhtin (2011) afirma que todo discurso é dialógico. Ao dizer isso, o autor refere-se à interação entre os locutores de um discurso, que acontece em uma relação intersubjetiva, entre sujeitos. Assim, supõe a presença do outro no discurso, uma presença que pode ser tanto física como imaginária.

De acordo com Bakhtin (2011), o discurso só é possível no espaço de diálogo com

o outro. Ele não existe em si mesmo. Esta é uma afirmativa que reiteramos no sentido de reforçar que o discurso tanto é produzido pelo seu enunciador como por aquele que recebe a sua mensagem e a decodifica, aquele para o qual enunciamos. O discurso jornalístico, por exemplo, tanto é produzido pelo jornalista que constrói o seu texto, como pelas fontes ouvidas para a redação da reportagem e, ainda, pelo leitor, alvo do texto jornalístico, que recebe a informação e pode até mesmo respondê-la, após decodificá-la.

Os sentidos não estão aprisionados ao texto, à fala do seu enunciador ou ao sentido atribuído pelo leitor. Ele é fruto de um processo no qual tanto enunciador como leitor são partes imprescindíveis. Nessa perspectiva, tanto o dizer como o interpretar estão no cerne das engrenagens de construção de sentidos. Assim, lembramos, mais uma vez, que não é possível analisar o discurso sem considerar o contexto da sua produção, a linguagem e os elementos externos que são constitutivos desse discurso. Esse processo é o que Bakhtin chama de dialogismo e este pode se dar de duas maneiras: além do dialogismo das relações entre sujeitos ou intersubjetivo, pode acontecer, também, o dialogismo entre discursos ou textos. Mesmo diferentes, os dois modos interessam ao jornalismo e são essenciais para a existência do discurso.

Por ser dialógico e conter a presença de diversas vozes, o discurso jornalístico é também opaco, embaçado, com diversas possibilidades de interpretação (BENETTI, 2007). Assim, tendo em vista que a objetividade jornalística não passa, na verdade, de uma intenção, uma meta a ser alcançada, e que o texto não é apreendido como contendo uma verdade absoluta, resta ao jornalista produzir um texto que apenas direcione a leitura para um determinado sentido, sem a garantia de uma convergência de sentidos e abrindo espaço para outras interpretações. Essa confluência pode acontecer em virtude do repertório de conhecimentos comuns compartilhados entre autor e leitor, mas os interlocutores também podem divergir e o receptor refutar o enunciado construído anteriormente, ampliando as possibilidades de interpretação do discurso.

O jornalismo é um modo de conhecimento. Ao mesmo tempo em que produz conhecimento sobre os fatos do mundo, ele reproduz conhecimentos gerados por outros atores. Nesse sentido, o discurso jornalístico é construído de forma intersubjetiva e tal característica nos leva a compreendê-lo como uma construção histórica, presa a enquadramentos sociais e culturais. Autor e leitor são, então, cúmplices nesse processo e responsáveis pelo discurso do qual participam. Conforme Bertasso (2014, p.44), é a partir dos “princípios de interdiscursividade e dialogismo que o jornalismo se define como um

gênero discursivo particular que produz sentidos sobre a realidade por meio de um contrato de comunicação com o seu leitor”.

A finalidade do homem, ao falar, não é a de recortar, descrever ou estruturar o mundo; ele fala, em princípio, para se colocar em relação ao outro, porque disso depende a própria existência, visto que a consciência de si passa pela tomada de consciência da existência do outro, pela assimilação do outro e ao mesmo tempo pela diferenciação com relação ao outro. A linguagem nasce, vive e morre na intersubjetividade (CHARAUDEAU, 2010, p.41-42).

Quando o interlocutor produz um enunciado, tem diante dele a imagem do “leitor” que pretende atingir com aquela informação. Já o leitor, ao receber a mensagem, estabelece também uma relação com o interlocutor. Na mesma direção, Benetti (2008, p.19) fala sobre um acordo firmado entre autor e leitor. Os sentidos dependem de uma situação de comunicação para existir, eles são produzidos por discursos enunciados por sujeitos que ocupam posições determinadas dentro dessa troca comunicacional. “Para que esse discurso aconteça, os interlocutores devem reconhecer as permissões e restrições dos sistemas de formação do jornalismo, sendo capazes de reconhecer os elementos que definem o gênero”. É como um “acordo prévio” entre os interlocutores, o que Charaudeau (2010, p.68) nomeia como “contrato de comunicação”.

Os indivíduos que querem comunicar entre si devem levar em conta os dados da situação de comunicação. Não somente todo locutor deve submeter-se às suas restrições (...), mas também deve supor que seu interlocutor, ou destinatário, tem a capacidade de reconhecer essas mesmas restrições. O mesmo acontece com todo interlocutor, ou leitor de um texto, que deve supor que aquele que se dirige a ele tem consciência dessas restrições (...). O necessário reconhecimento das condições de realização da troca linguageira nos leva a dizer que estes estão ligados por uma espécie de acordo prévio sobre os dados desse quadro de referência (CHARAUDEAU, 2010, p.67-68).

Ao mencionar o quadro de referência, Charaudeau (2010, p.67) refere-se à situação de comunicação da qual depende o discurso. Essa situação, segundo o autor, “é como um palco, com suas restrições de espaço, de tempo, de relações, de palavras, no qual se encenam as trocas sociais e aquilo que constitui o seu valor simbólico”. Segundo o autor, todo discurso se constrói em um tempo e lugar históricos, e esse lugar pode ser atribuído à situação de comunicação, evidenciando a influência da exterioridade nesse processo.

Mesmo se tratando de uma perspectiva diferente, a ideia de situação de

comunicação nos conduz a pensar também a cena de enunciação relatada por Maingueneau (1989; 2006). Esta cena é apreendida no interior do enunciado e possibilitada pela referenciação dos dêiticos, responsáveis pela construção espaço-temporal e pessoal legitimada pelos enunciados.

Maingueneau (1989, p. 33) diz que “a teoria do discurso não é uma teoria do sujeito antes que este enuncie, mas uma teoria da instância de enunciação que é, ao mesmo tempo, e intrinsecamente, um efeito de enunciado”. O discurso resulta, então, das circunstâncias em que se fala ou escreve, com a maneira pela qual se fala. Leva em consideração a identidade do autor e do seu receptor, bem como a relação de intencionalidade que os liga e as condições físicas da troca. “É, pois, a imbricação das condições extradiscursivas e das realizações intradiscursivas que produz sentido”. Nessa perspectiva, também é possível dizer que o jornalismo constrói sentidos sobre a realidade, na medida em que experimenta um processo de contínua interferência (CHARAUDEAU, 2010, p.40).

Ao produzir conhecimentos e também reproduzir conhecimentos gerados por outras instâncias, o jornalismo contribui para a divulgação de saberes e o estabelecimento de consensos sobre diversos aspectos da vida social dos grupos. Essas visões comuns da realidade, se não determinam, acabam norteando os parâmetros sociais de normalidade e anormalidade. A notícia é um dos eixos norteadores de tais consensos. Quando um texto jornalístico narra um acontecimento, ele carrega, mesmo que de maneira muito sutil, julgamentos de valor que indicam o que é socialmente aceitável.

Destarte, para uma perspectiva de estudo do jornalismo a partir da análise do discurso, dois tipos de pesquisa podem ser aplicados, de modo isolado ou combinado, como é o caso deste trabalho. O primeiro tipo diz respeito à análise dos sentidos do discurso jornalístico, considerando o texto como algo que descende de elementos que lhes são exteriores e anteriores. Já o segundo tipo refere-se ao mapeamento das vozes, tendo em vista que o discurso jornalístico é dialógico e polifônico, e abriga vozes das fontes, do jornalista que assina o texto, da empresa jornalística e do leitor que assina a carta publicada ou que posta o seu comentário na edição *online* do jornal (BENETTI, 2007).

4. Metodologia utilizada na pesquisa

Neste capítulo apresentamos o objeto da pesquisa, o ambiente no qual ele está inserido e a metodologia aplicada a esse objeto para alcançar os resultados propostos por este trabalho. Aqui, vamos abordar a metodologia de análise do discurso e o modo como ela foi aplicada.

4.1. Procedimentos metodológicos

Para alcançar os resultados propostos nesta pesquisa, a análise do material empírico utilizou como método a análise de discurso articulada aos problemas e hipóteses levantados. O método foi aplicado no intuito extrair sentidos dos textos encontrados, a fim de compreender de que maneira as mudanças nas práticas de leitura dos jornais digitais, em decorrência da introdução de um novo ambiente tecnológico, podem contribuir para a construção de sentidos no jornalismo.

Os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa permitiram a análise do objeto, bem como a identificação de dados relevantes para confirmar (ou não) as hipóteses levantadas. Definimos como hipóteses da pesquisa os seguintes pontos:

- h1) O novo ambiente tecnológico digital no qual o jornalismo está inserido provocou mudanças nas práticas de leitura pelo leitor de notícias;
- h2) A cena de enunciação nos jornais digitais é composta por uma combinação dialógica de enunciados e falantes: o texto noticioso produzido pelo jornalista, o comentário produzido pelo leitor, buscando interagir com o jornalista; e o comentário do leitor buscando interagir com outros leitores;
- h3) Os sentidos sobre o fato jornalístico presentes na cena de enunciação dos jornais digitais podem ser construídos em situações de diálogo entre jornalistas e leitores;
- h4) As experiências dialógicas que se estabelecem na cena de enunciação tendem a ser fragmentadas, dispersas no tempo e com escassa interação conversacional.

Para investigar essa mecânica de construção de sentidos a partir do diálogo entre o texto jornalístico e os leitores, delimitamos o estudo de um caso específico. Esse procedimento foi fundamental para localizar as marcas que nos levaram aos sentidos rastreados, a fim de perceber de que modo o leitor pode interferir no produto jornalístico, a

ponto de contribuir para a construção de conhecimentos e significados presentes no jornalismo que se desenvolve no ambiente *online*.

O *corpus* de pesquisa constitui-se de 27 textos jornalísticos e 5.756 comentários extraídos do espaço destinado à participação do leitor nos *sites UOL e G1*. Rastreados entre os dias 10 de abril e 31 de dezembro de 2013, os textos referem-se à cobertura do assassinato do estudante Victor Hugo Deppman, 19 anos, morto por um adolescente, durante um assalto. O crime aconteceu no bairro do Belém, na zona leste de São Paulo, na noite do dia 9 de abril de 2013. No caso, o que chamou a atenção foi a presença de adolescentes, como agente e vítima da violência, além do tratamento dado a eles na matéria jornalística e nos comentários dos leitores.

Cada matéria jornalística e cada comentário foram considerados um texto e tiveram seu conteúdo analisado de forma literal. Isso significa que foram mantidos todos os possíveis erros de digitação ou gramaticais cometidos pelos leitores, bem como o uso de caracteres maiúsculos, reticências, exclamações, interrogações, abreviações e sinais gráficos.

Maapeamento da cobertura do caso Victor Hugo Deppman nos *sites UOL e G1*

Tabela 1: Cobertura do *site G1*

DATA	TÍTULO DA MATÉRIA	NÚMERO DE COMENTÁRIOS
10/04/2013	Estudante é morto com tiro na cabeça durante assalto em SP	584 comentários
10/04/2013	Jovem morto em assalto na frente do prédio onde morava é enterrado	22 comentários
10/04/2013	Suspeito de matar jovem em frente de prédio em SP é detido, diz polícia	88 comentários
11/04/2013	Suspeito de matar estudante em SP é levado para Fundação Casa	831 comentários
11/04/2013	Amigos de estudante morto em assalto protestam na Av. Paulista	26 comentários
11/04/2013	Polícia investiga se suspeito de matar estudante cometeu outras infrações	1 comentário
11/04/2013	‘A sociedade tem que se mobilizar’, diz mãe de estudante morto em SP	6 comentários
11/04/2013	Alckmin quer punição rigorosa para menor envolvido em crime grave	146 comentário

12/04/2013	Suspeito de matar estudante em SP pretendia fugir, diz delegado	9 comentários
12/04/2013	São Paulo tem 83 detidos por latrocínio na Fundação Casa	476 comentários
13/04/2013	Amigos de estudante morto pedem paz em caminhada em SP	171 comentários
16/04/2013	Na Câmara, Alckmin propõe até 8 anos de internação para adolescentes	98 comentários
24/04/2013	Projeto sobre menor infrator entregue por Alckmin há 10 anos foi arquivado	149 comentários
27/04/2013	Secretário da Segurança de SP pede revisão de lei sobre menor infrator	61 comentários
18/05/2013	Família de jovem morto participa de ato pela redução da maioridade penal	70 comentários
24/05/2013	Mortes por latrocínio crescem 55% na capital paulista em abril, diz governo	284 comentários
25/05/2013	Dono de empresa morre em assalto na Zona Leste de São Paulo	52 comentários
13/07/2013	Família de jovem morto por R\$ 7 faz protesto com pais de Victor Deppman	25 comentários
15/07/2013	Família de jovem morto por R\$ 7 fará vigília na porta de Fórum em Guarujá	2 comentários
15/08/2013	Passeata lembra estudante morto há 4 meses em assalto em São Paulo	9 comentários
31/10/2013	Polícia busca imagens da Dutra para identificar suspeitos de balar jovem	2 comentários
31/10/2013	Mãe de estudante morto desabafa no Facebook ao saber de amiga baleada	189 comentários

Fonte: elaboração da autora

Tabela 2: Cobertura do site UOL

DATA	TÍTULO DA MATÉRIA	NÚMERO DE COMENTÁRIOS
10/04/2013	PM reage a roubo e mata assaltante na zona sul de São Paulo	3 comentários
11/04/2013	Estudantes da Cásper Líbero fazem protesto contra a violência em SP	105 comentários
11/04/2013	Após morte de estudante, Alckmin quer pena mais rígida para adolescentes	610 comentários
12/04/2013	Temer diz que redução da maioridade penal não reduz criminalidade entre jovens	1726 comentários
13/04/2013	Em nota, <i>GLOBO</i> 'lamenta' ter mostrado morte de estudante	8 comentários

Fonte: elaboração da autora

Este estudo tem como objeto, portanto, os textos produzidos e publicados pelos jornalistas nos *sites* citados e também as manifestações de leitores que aparecem vinculadas às matérias. Compreendendo a participação do leitor no jornalismo praticado na *web* como um elemento que transcende a informação jornalística, observamos, nos textos, as diferenças e semelhanças entre as construções discursivas de jornalistas e leitores, tendo em vista que o texto jornalístico serve de referência (VIZEU; SANTANA, 2010) para a manifestação do leitor. Ou seja, o comentário do leitor é a resposta ao enunciado proposto pelo jornalista (BAKHTIN, 2011).

4.2. Análise de discurso como método de pesquisa

Os conteúdos associados ao acontecimento e suas personagens foram identificados e sistematizados em categorias definidas de acordo com os temas recorrentes encontrados nas reportagens e nos comentários dos leitores, para que, diante do material empírico, pudéssemos empreender a análise de discurso, sob a perspectiva dialógica de Bakhtin (2011). Para tanto, tomamos como método o estudo dos sentidos descrito por Benetti (2007), para explorar os sentidos dos discursos, tendo em vista que o texto nasce atrelado a elementos que lhe são anteriores e exteriores.

Procuramos, então, visualizar o ambiente de comentários compreendendo que a

estrutura dos textos presentes ali tem origem em outro lugar. O discurso, como afirma Bakhtin (2011), é produto da interação, do diálogo, seja ele entre textos ou indivíduos. O enunciado existe, portanto, para além da sua matéria, ele está ligado a “uma exterioridade que não apenas repercute no texto, mas que de fato o constitui e não pode ser dele apartada” (BENETTI, 2007, p.111).

O início da análise tem como ponto de partida sempre o próprio texto. No caso desta pesquisa trata-se dos textos jornalísticos e dos comentários de leitores. Benetti explica que o primeiro passo nesse tipo de análise é observar a existência de duas camadas: a primeira discursiva e a segunda ideológica. Com a análise do texto, iniciamos o processo de identificação das formações discursivas, “uma espécie de *região de sentidos*, circunscrita por um limite interpretativo que exclui o que invalidaria aquele sentido – este segundo sentido, por sua vez, constituiria uma segunda FD” (BENETTI, 2007, p.112).

No mapeamento dos sentidos, é preciso limitar o campo de interpretação aos “sentidos nucleares”, isto é, a reunião, em torno de uma FD, de diversos pequenos significados que constroem e consolidam *aquele sentido nuclear*. Assim, existem tantas formações discursivas quantos sentidos nucleares pudermos encontrar em um texto (BENETTI, 2007, p.112).

Dessa maneira, ao analisar o nosso *corpus* de pesquisa, buscamos identificar em cada texto o seu elemento central, em torno do qual se reúnem os seus significados. A fim de operacionalizar a pesquisa, sistematizamos esses elementos em temas recorrentes, lembrados tanto nos textos jornalísticos, como nos comentários de leitores. Assim, chegamos a três formações discursivas, definidas como categorias de análise: proposta de solução, impunidade, expressões de medo/ameaça (Quadro 1).

Quadro 1 – Categorias de análise da pesquisa

Categorias de análise	Descrição
Impunidade dos agentes	No Brasil, os adolescentes com idade inferior a 18 anos são inimputáveis diante da lei penal. Eles não podem ser responsabilizados por seus atos como os adultos são, mas ficam sujeitos às normas e sanções previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente. Contudo, essa particularidade é entendida, em algumas situações, como impunidade.
Proposta/cobrança de solução	Sugestões, proposições e cobranças apresentadas pelos leitores/comentadores para o enfrentamento da questão violência.
Expressões de medo ou ameaça	Expressões que espelham os sentimentos da população. Neste caso, os leitores/comentadores.

Fonte: elaboração da autora

Para sistematização dos conteúdos em categorias, em um primeiro momento localizamos as marcas discursivas do sentido que procuramos, evidenciando as que aparecem com mais força. Após esse procedimento, reunimos os principais sentidos em formações discursivas mínimas e buscamos, então, encontrar, a partir dos diversos comentários que revelam a relação de interatividade entre leitores e as tentativas de interação dos leitores com a página jornalística e o próprio jornalista, os discursos que atravessam os diferentes textos presentes na cena enunciativa que se apresenta nesse ambiente do jornal digital.

Nessa etapa de cruzamento das informações observamos questões como a possibilidade de complementação do texto jornalístico pelo leitor, partir dos seus comentários e na interação com outros leitores; a interpretação de razões e soluções apresentadas pelos enunciadores; as diferenças ou semelhanças entre o tempo da produção e o tempo do leitor, na relação de urgência com o fato noticiado; o confronto de versões sobre o acontecimento; os recursos cognitivos utilizados pelos enunciadores (ênfase, emoção, oposição,), etc.

Problema de pesquisa, hipóteses e indicadores

Para alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa, elaboramos quatro hipóteses norteadoras que estão atreladas à questão que buscamos responder neste trabalho e ao nosso arcabouço teórico. Nomeadas pelos símbolos H1; H2; H3; e H4, as hipóteses são seguidas de sua justificativa e de indicadores que contribuem para comprová-las (ou não). Abaixo, descrevemos o nosso problema de pesquisa e as hipóteses desenvolvidas para investigá-lo.

Problema de pesquisa

De que maneira os modos de leitura em jornais digitais, em decorrência da introdução de um novo ambiente tecnológico no jornalismo e a partir do uso recorrente de comentários pelos leitores no espaço de publicação das notícias, podem contribuir para a construção de sentidos no jornalismo?

Quadro 2 –Hipóteses e indicadores

HIPÓTESES	JUSTIFICATIVA	INDICADORES
H1) O novo ambiente tecnológico digital no qual o jornalismo está inserido potencializou os modos de leitura em jornais digitais	Compreende-se nessa hipótese que as novas tecnologias de informação e comunicação interferiram no modo como os leitores se relacionam com o jornal, deixando de ser apenas leitor para interagir com o produto jornalístico. Para investigar essa hipótese, analisamos o ambiente de publicação da notícia <i>online</i> , bem como os recursos e ferramentas que esse ambiente disponibiliza para a participação do leitor, além do tipo de interação percebida ali.	A página de notícias na <i>web</i> dispõe de ferramentas e recursos que ampliam o modo de o leitor interagir com o jornal.
H2) A cena de enunciação nos jornais digitais é composta por uma combinação dialógica de enunciados e falantes: o texto noticioso produzido pelo jornalista, o comentário produzido pelo leitor, buscando interagir com o jornalista; e o comentário do leitor buscando interagir com outros leitores	Nessa hipótese, buscamos verificar a relação entre os enunciados publicados nessa página, para evidenciar a construção de uma cena de enunciação composta por uma combinação dialógica de enunciados produzidos pelos diversos falantes presentes na página. Para tanto, analisamos a estrutura de organização da página de notícias, buscando demonstrar a presença dos enunciadores (jornalista e leitor) e as tentativas de interação entre eles.	A estrutura de organização da página de notícias demonstra diferentes formas de presença e participação dos enunciadores (jornalista e leitor).
H3) Os sentidos sobre o fato jornalístico presentes na cena de enunciação dos jornais digitais podem ser construídos em situações de diálogo entre jornalistas e leitores	Essa hipótese diz respeito aos sentidos construídos por jornalistas e leitores em seus enunciados. Para confirmá-la (ou não), investigamos a relação de diálogo entre os textos, a partir da análise das formações discursivas (proposta de solução, impunidade e explosões emotivas) e buscamos nessa relação os elementos que motivam uma atitude responsiva, indicando a característica dialógica de construção dos enunciados.	Identificação dos modos como os sentidos são construídos por jornalistas e leitores em situação de diálogo e de complementaridade (seja pela semelhança ou oposição).
H4) As experiências dialógicas que se estabelecem na cena de enunciação tendem a ser fragmentadas, dispersas no tempo e com escassa interação conversacional	A hipótese refere-se ao tipo de interação conversacional que pode acontecer na página da notícia <i>online</i> e, para verificá-la, observamos os turnos de conversa que se constituem com a participação dos interlocutores.	Formas de interação entre jornalistas e leitores e destes entre si, localizando e descrevendo os tipos de experiências dialógicas com base no ambiente tecnológico dos jornais digitais, seus condicionantes e limitações.

Fonte: elaboração da autora

5. Mudanças nas práticas de leitura: a cobertura do assassinato de Victor Hugo Deppman

Neste capítulo, apresentamos a análise do nosso *corpus* de pesquisa e o ambiente no qual desenvolvemos esta análise, bem como algumas das ferramentas que surgem com o advento desse novo formato de jornalismo e das possibilidades de participação do leitor no jornal digital. Contudo, antes de iniciar a análise, é importante observar alguns aspectos motivadores desta pesquisa, que teve como objeto os textos jornalísticos e a manifestação de leitores encontrados na cobertura feita pelos *sites* UOL e G1, sobre a morte do jovem Victor Hugo Deppman, em abril de 2013.

O primeiro é o entendimento do jornalismo como uma construção social e, também, como um lugar de referência, responsável por “ocupar um espaço preponderante na maneira com a qual nos utilizamos para perceber e organizar mentalmente o mundo” (VIZEU; SANTANA, 2010, p.39). Para Vizeu e Santana, ao oferecer ao público uma interpretação da realidade, o jornalismo tornaria essa realidade mais compreensível para as pessoas.

O segundo aspecto relevante é a ideia do diálogo que se estabelece entre os textos publicados no jornalismo *online*, demonstrando uma inter-relação entre os textos de jornalistas e leitores. E, ainda, um terceiro aspecto refere-se ao papel ativo do leitor, que passa a interagir com a publicação e com outros leitores, expondo suas opiniões e pontos de vista. Nessa perspectiva, a partir do mapeamento dos sentidos encontrados nos textos, buscamos observar, neste capítulo, de que modo a análise das categorias definidas nesta pesquisa nos ajuda a compreender como as mudanças nas práticas de leitura dos jornais digitais podem contribuir para a construção de sentidos no jornalismo.

5.1. A construção da cena de enunciação

A participação dos leitores no ambiente de comentários é, em grande parte, motivada por um primeiro enunciado que, em si, já dispõe de um diálogo dado pelas fontes ouvidas pelo repórter. Assim, o texto jornalístico (Figura 1) seria o enunciado precedente ao comentário do leitor. Já a manifestação do leitor pode ser vista como um segundo enunciado, que, assim como o texto anterior a ele, serve de elemento motivador para a construção de novos comentários. Ambos estabelecem, portanto, uma relação de interdependência, um elo entre si e com outros enunciados presentes na cena jornalística.

Figura 1 – Matéria “Suspeito de matar estudante em SP é levado para Fundação Casa” (11/04/2013)

11/04/2013 08h01 - Atualizado em 11/04/2013 07h36

Suspeito de matar estudante em SP é levado para Fundação Casa

Adolescente de 17 anos já cumpriu medida socioeducativa.
Victor Hugo Deppman foi morto com tiro na cabeça na Zona Leste.

Do G1 São Paulo

829 comentários | [Twitter](#) | 131 | [Recomendar](#) | [2,6 mil](#)



O adolescente suspeito de matar o estudante Victor Hugo Deppman, no bairro do Belém, Zona Leste de **São Paulo**, foi levado para a Fundação Casa. O crime aconteceu na noite de terça-feira (9) na frente do prédio onde o jovem de 19 anos morava. Victor chegava ao edifício na Rua Fernandes Vieira quando foi atingido na cabeça pelo criminoso.

O suspeito de 17 anos procurou, na companhia da mãe, o Fórum da Infância e Juventude, no Brás, no Centro da capital paulista, nesta quarta (10). O promotor da Vara da Infância Luiz Henrique Brandão Ferreira disse que o suspeito relatou ter atirado porque a vítima tentou desarmá-lo. Imagens do circuito de segurança do edifício, no entanto, mostram que o estudante não reagiu.

saiba mais

- Suspeito de matar jovem em frente de prédio em SP é detido, diz polícia**
- Jovem morto em assalto na frente do prédio onde morava é enterrado**
- Estudante é morto com tiro na cabeça durante assalto em SP**

O adolescente suspeito, que completa 18 anos na sexta-feira (12), já cumpriu medida socioeducativa. Para o delegado Joaquim Alves, o caso está esclarecido, mas o inquérito ainda não foi concluído.

A polícia pretende descobrir se o suspeito participava de uma quadrilha que atua na região do Belém - região onde o número de roubos cresceu 58% nos dois primeiros meses do ano com relação ao mesmo período de 2012.

Segundo Alves, na casa do suspeito foram encontrados um carregador e uma arma. A polícia investiga se ela foi utilizada no crime. O adolescente, porém, declarou que se desfez da arma logo após atirar no estudante.

Latrocínio

O crime ocorreu por volta das 21h de terça-feira, quando Victor Hugo voltava do estágio. Uma gravação, feita por uma câmera de segurança do prédio onde a vítima morava com os pais, mostra como o crime ocorreu. Victor é abordado pelo assassino, que estava armado. Segundo a polícia, a vítima demorou alguns segundos para entender o que estava acontecendo. Ele entrega o celular, mas mesmo assim é baleado na cabeça. O atirador fugiu correndo.

O porteiro encontrou o jovem caído no chão. Ele foi socorrido pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), mas não resistiu.

Segundo Demerval Riello, que é tio da vítima, o estudante que estava no terceiro ano do curso de Rádio e TV da Faculdade Cásper Líbero, costumava passar o dia inteiro fora de casa. Além da faculdade, ele tinha um estágio em uma rádio e em uma TV.

"Ele entregou o celular sem reagir. Ele [o assaltante] puxou também a mochila. Como fez o movimento de tirar a mochila, ele atirou. A vida do meu sobrinho valeu um celular. É um absurdo", desabafou.

O corpo de Victor foi enterrado por volta das 17h desta quarta, no Cemitério da Quarta Parada, na Zona Leste de São Paulo. Parentes e amigos de faculdade de Victor compareceram à cerimônia.

Seus amigos no G1

veja o que eles estão lendo



[Conecte-se com Facebook](#)

Conecte-se com seus amigos e saiba o que eles estão lendo. [Veja mais](#)

São Paulo

veja tudo sobre »

OAB aplica neste domingo segunda fase do XVII Exame de Ordem

HÁ 1 HORA

Desaparecimento de taxista coloca profissionais em alerta...

HÁ 1 HORA

Moradores de Itu criam formas para reaproveitar a água da...

HÁ 2 HORAS

Plano de carreira em empresas motiva busca por curso técnico

HÁ 2 HORAS

[Últimas notícias](#) +

PUBLICIDADE



G1 primeira página

Alemanha retoma medidas de controle nas fronteiras

Tráfego de trens entre país e Áustria é suspenso para conter fluxo de refugiados.

Fonte: reprodução *site G1*

Suspeito de matar estudante em SP²¹ é levado para Fundação Casa

Adolescente de 17 anos já cumpriu medida socioeducativa.

O adolescente suspeito de matar o estudante Victor Hugo Deppman, no bairro do Belém, Zona Leste de **São Paulo**, foi levado para a Fundação Casa. O suspeito de 17 anos procurou, na companhia da mãe, o Fórum da Infância e Juventude, no Brás, no Centro da Capital Paulista, nesta quarta (10). O Promotor da Vara da Infância Luiz Henrique Brandão Ferreira disse que o suspeito relatou ter atirado porque a vítima tentou desarmá-lo. Imagens do circuito de segurança do edifício, no entanto, mostram que o

²¹ Os grifos em negrito e sublinhado são de responsabilidade da autora desta dissertação.

estudante não reagiu (Matéria 4²², 11/04/2013, *GI*).

O fragmento acima refere-se ao enunciado produzido pelo jornalista. No trecho recortado podemos verificar elementos (grafados em negrito) que se relacionam com os comentários de leitores destacados abaixo. Esses elementos são utilizados como referência para a construção das manifestações dos leitores, o segundo enunciado presente nesta cena de enunciação.

Suspeito??? (Cirilo Bueno, 11/04/2013, Matéria 4, *GI*)

Vai morrer agora infeliz, **não adianta chamar mamãe** (Paulo Roberto, 11/04/2013, Matéria 4, *GI*).

Bota o nome do assassino ai...chega desta palhaçada. Os caras estão matando a gente de bobeira...ninguém vê isso...Chega de proteger bandido...chega...chega...Onde ele cumpriu a medida socioeducativa? Quem liberou esse assassino? Ele merece outra chance? Quantas mais? (Ecce Homo, 11/04/2013, Matéria 4, *GI*)

Na construção dos seus comentários, os leitores “Cirilo Bueno”, “Paulo Roberto” e “Ecce Homo” utilizam informações retiradas da matéria “Suspeito de matar estudante em SP é levado para Fundação Casa” (Figura 1). É o texto jornalístico, portanto, o primeiro discurso ao qual o comentário do leitor está relacionado.

Não tem que reduzir nada, **quando o governo fala em criar mecanismos para inserir os menos favorecidos na educação, a maioria dos que aqui reclamam, são contra**, mesmo sabendo que pessoas sem oportunidades, sem instrução e colocados a margem da sociedade, estão **com um pé na criminalidade. O problema, não se resolve empurrando a sujeira para debaixo do tapete**, mas sim, construindo as bases (osnizinho, 11/04/2013, Matéria 3, *UOL*).

O problema é gravíssimo, contam variáveis insolúveis tais como: gente demais, oportunidade de menos, ganancia demais, mentalidade de pequeno burgues quanto mais comprar mais feliz será, **falta de base educacional**, governos que após 64 fizeram de tudo para elitizar a educação tornando-a particular e a isso tudo **some-se a falta de base familiar, famílias destruídas por inúmeros fatores e muito acesso a drogas**. Então porque reduzir, tem é que aumentar o rigor da lei. Se o governo não quer educar e preparar, então construa prisões e coloque-os lá dentro. Porém, prisões com condições de recuperação (Elisabete Sanctus, 11/04/2013, Matéria 3, *UOL*).

Acima, a leitora “Elisabete Sanctus” interage com o leitor “osnizinho”,

²² As matérias foram identificadas em ordem cronológica.

apresentando o terceiro tipo de enunciado do qual falamos. No ambiente de comentários, a relação entre os leitores pode ser percebida de duas maneiras, tanto pela disposição dos comentários na página e pelos recursos oferecidos pelos *sites*, o que permite aos internautas reponderem aos comentários uns dos outros, quanto pela relação textual, que demonstra uma interação entre os dois textos. Em negrito, alguns elementos indicam pontos nos quais percebemos um entendimento mútuo entre os dois enunciados.

Nesse movimento, localizamos três formas de enunciados: o texto noticioso produzido pelo jornalista; o comentário do leitor, buscando interagir com o jornalista; e o comentário produzido pelo leitor na tentativa de interagir com outros leitores, seja concordando ou divergindo do posicionamento anterior, seja procurando apresentar uma nova percepção sobre o evento. Verificamos, então, o surgimento de uma teia de discursos que se forma na medida em que o produtor da notícia e os leitores constroem os seus enunciados.

No primeiro exemplo, reproduzido do *site* *GI*, a matéria “Suspeito de matar adolescente em SP é levado para Fundação Casa” apresenta o depoimento de uma fonte relatando a confissão do suspeito e a existência de imagens de câmeras de segurança, mostrando o momento do crime. Em seguida, já no espaço de comentários da matéria, o leitor questiona o texto noticioso de maneira irônica, “Suspeito???”, demonstrando acreditar na culpa do adolescente identificado como suspeito. O segundo comentário evidenciado também responde à notícia de forma irônica ao saber que o adolescente se apresentou ao Fórum da Infância e Juventude acompanhado pela mãe: “Vai morrer agora infeliz, não adianta chamar mamãe”. Em seguida, um último comentário ainda faz um pedido ao *site* “Bota o nome do assassino aí”, demonstrando essa relação mais direta com o jornal, de que quem fala para alguém.

Já no trecho que reproduz a conversa entre usuários do *site* *UOL*, a leitora “Elizabete Sanctus” responde ao comentário do leitor “osnizinho”, concordando e complementando as informações apresentadas por ele. O primeiro enunciadador diz: “O problema, não se resolve empurrando a poeira para debaixo do tapete”; e a segunda leitora inicia o seu comentário demonstrando a sua compreensão da mensagem anterior e se dispondo a interagir com o primeiro leitor: “O problema é gravíssimo”.

Retomando a discussão de Maingueneau (2005) sobre a cena de enunciação, percebemos que os enunciados produzidos por jornalista e leitor estão localizados dentro de um mesmo ambiente espaço-temporal, na extensão da página noticiosa e no tempo de

repercussão da notícia. A cena que se constrói é, antes de tudo, uma cena jornalística, dada pelo ambiente no qual está inserida e pela função social do discurso construído nesse espaço. Ao interferir no conteúdo da página, o leitor passa a participar desta cena. Mesmo que sua voz não esteja presente na notícia em si e que ele não tenha a legitimidade da voz do jornalista, ao apresentar o seu discurso ele contribui com os sentidos produzidos no discurso jornalístico.

Na segunda hipótese descrita nesse trabalho propomos analisar a estrutura de organização da página de notícias, buscando demonstrar a presença de enunciadores (jornalista e leitores) e as tentativas de interação entre eles. Nos exemplos apresentados acima verificamos o modo como o leitor interage com o texto jornalístico e com outros leitores. Percebemos que, além de interagir com o texto, os leitores também acionam o jornalista em determinados momentos. Contudo, não é possível verificar com eficácia se os leitores conseguem atingir o jornalista com seus enunciados, já que os profissionais da redação não participam do ambiente de comentários.

A interação acontece de modo mais intenso entre os leitores que respondem aos comentários uns dos outros.

Isso não aconteceria se nossas leis penais fossem realmente severas, **já que não se pode ter pena de morte coloquem prisão perpetua** assim esses lixos da sociedade pensariam mais de uma vez antes de fazer um crime (Maximiliano Simões, 11/04/2013, Matéria 4, *GI*).

maximiliano...prisão perpetua, seria desaconselhável, pois sustentá-íamos vermes pelo resto da vida...PENA DE MORTE JÁ!! mais rápido, menos custo para a sociedade (Ulisses Calfa, 11/04/2013, Matéria 4, *GI*).

E só complementando sua ideia, chegaria um momento em que não caberiam mais criminosos nas cadeias. Qual seria a saída? Por mim, poderiam criar uma ilha e ir colocando a turma lá. E lá seria a lei do cão, deixa os caras se matarem lá. Desde que não tivessem como sair (Christian Géa, 11/04/2013, Matéria 4, *GI*).

Na matéria reproduzida abaixo (Figura 2), “Temer diz que redução da maioridade penal não reduz criminalidade entre jovens”, o repórter destaca que o debate sobre a redução da maioridade penal ganhou força após o assassinato de Victor Hugo Deppman. Essa afirmação pode ser tanto um resultado da manifestação de leitores nos dias anteriores a esta publicação, como um reflexo das discussões políticas sobre o tema, mas também

pode ser resultado do debate entre os leitores nos dias anteriores a esta publicação.

Figura 2 – Matéria “Temer diz que redução da maioridade penal não reduz criminalidade entre jovens” (12/04/2013)

Temer diz que redução da maioridade penal não reduz criminalidade entre jovens

Do UOL, em São Paulo 12/04/2013 19h58 > Atualizada 12/04/2013 19h09



O vice-presidente da República, Michel Temer, disse nesta sexta-feira (12) que a redução da idade penal não diminui a criminalidade entre os jovens. Para ele, são mais eficientes políticas públicas de incentivo e amparo aos adolescentes.

“Lá hoje um argumento para reduzir [a maioridade] para 16 anos, mas, e daí, se o sujeito tem 15 anos e meio e comete um crime, vamos reduzir para 15 anos? Não sei se é por aí a solução”, disse. “Talvez seja aquilo que o governo federal está tentando fazer: planos para dar incentivo e amparo aos menores.”

Temer é formado em direito pela USP (Universidade de São Paulo) e possui o título de doutor em direito pela PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), ele também é considerado um dos maiores constitucionalistas do país, autor dos livros Constituição e Política, Territórios Federais nas Constituições Brasileiras e Seus Direitos na Constituinte e Elementos do Direito Constitucional.



Estudantes fazem passeata pela paz após assassinato de jovem em São Paulo 14 fotos

11.abr.2013 - Morinha chora durante passeata na avenida Paulista, em São Paulo, na manhã desta quinta-feira (11). A passeata ocorre após a morte do estudante do terceiro ano do curso de Rádio e TV da Cláuper Libero, Victor Deepmann, que foi assassinado na porta de casa no bairro do Belém, na zona leste da capital. Leia mais J. Duran

O debate sobre a redução da maioridade penal ganhou força nesta semana após o assassinato do universitário Victor Hugo Deppman, 19, em São Paulo. Um jovem de 17 anos, que completou 18 anos hoje --três dias após a morte--, confessou o crime.

O governador de São Paulo, **Geraldo Alckmin (PSDB)**, anunciou nesta quinta-feira (11) que encaminhará em 15 dias ao Congresso Nacional um projeto de lei que propõe tornar o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) mais rígido em relação a adolescentes envolvidos em casos de violência considerados graves e reincidentes.

O ex-governador de São Paulo José Serra (PSDB) afirmou que também é a favor de mudanças na lei que protege o adolescente infrator para que, em casos excepcionais, se possa punir aquele que tiver cometido crime grave. Serra lembrou que, quando governador de São Paulo, conseguiu impedir que Roberto Aparecido Alves Cardoso, mais conhecido com “Champanha”, fosse solto depois de três anos de internação, sendo transferido para uma Unidade Experimental de Saúde.

O ministro Gilberto Carvalho (Secretaria-Geral da Presidência) também disse que o governo de **Dilma Rousseff é contra a redução de idade penal** e discorda da proposta de Alckmin.

“A gente é completamente contra. Não quero falar em uso político, não estou me referindo à declaração do governador. Estou me referindo ao tema da [redução da] maioridade penal, que temos uma posição historicamente contrária”, disse Carvalho durante evento num canteiro de obras em Taguatinga (DF).

Você concorda com penas mais rígidas para adolescentes infratores?

☒ Sim, menores de idade que cometem crimes devem receber penas de adultos

91,96 %

☐ Não, menores de idade infratores devem ser orientados e receber penas alternativas

4,35 %

☐ Tanto faz, nada vai mudar a violência no Brasil

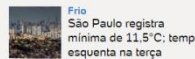
5,69 %

104.241 votos

Votar



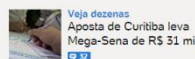
Crise econômica Dilma prepara cortes de R\$ 20 bi para controlar déficit



Frio
São Paulo registra mínima de 11,5°C; tempo esquenta na terça



Europa
Alemanha reintroduz controles de fronteira após onda de refugiados



Veja dezenas
Aposta de Curitiba leva Mega-Sena de R\$ 31 mi

Publicidade

HYUNDAI NEW THINKING. NEW POSSIBILITIES.

TUCSON 2016

Clique e saiba mais

O que quer dizer ter dentes sensíveis?
A sensibilidade é a dor causada pela exposição dos dentes

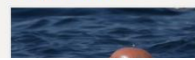
Conteúdo produzido por: Colgate

Você manda

(11) 97500-1925
UOL

Mande fotos, vídeos e informações pelo Viber ou pelo Whatsapp da redação

Imagens do dia



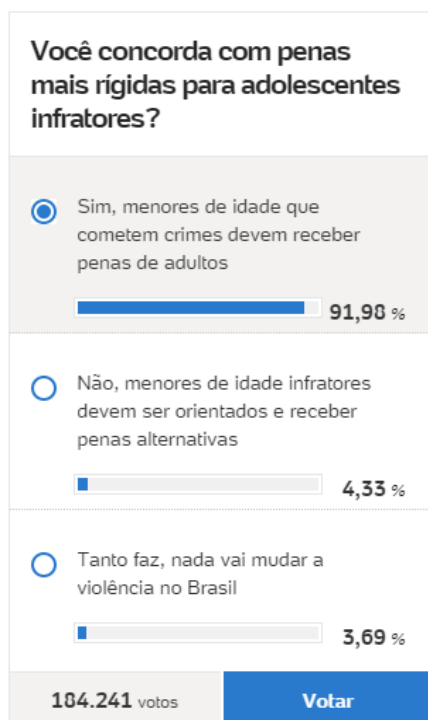
Fonte: Reprodução site UOL

O debate sobre a redução da maioridade penal ganhou força nesta semana após o assassinato do universitário Victor Hugo Deppman, 19, em São Paulo. Um jovem de 17 anos, que completou 18 anos hoje --três dias após a morte--, confessou o crime (Matéria 4, 12/04/2013, UOL).

A matéria reproduzida apresenta inclusive uma enquete (Figura 3), utilizada para

aferir a opinião dos leitores sobre a redução da maioridade penal.

Figura 3 – Enquete sobre redução da maioridade penal UOL (12/04/2013)



Fonte: Reprodução *site UOL*

Nos fragmentos abaixo, trechos de comentários publicados em matérias anteriores, exemplificam o tipo de debate proposto pelos leitores em suas manifestações.

Brasileiros e Brasileiras - Unamo-nos de norte a sul do País. Vamos reagir a tantas mortes, estupros, drogas a vontade - REDUÇÃO DA MAIORIDADE JÁ - Queremos também Penas mais duras para crimes hediondos. Prisão Perpétua para estupros. Temos que fazer valer a nossa vontade para podermos dizer que somos brasileiros sem constrangimento. As autoridades não tem vergonha de dizê-lo. Eles não sabem o que é isso. Basta de corrupção (Valde11, 11/04/2013, Matéria 2, *UOL*)

Sou totalmente a favor de diminuir a maioridade penal para 14 anos, porém estamos em um país recheado de esquerdistas que acham isso uma idéia "reacionária"...me lembro do caso do menino João Hélio que foi arrastado até ser decapitado por criminosos no Rio...o presidente na época(vocês sabem quem era), deu a infeliz declaração que "as vezes a violência é necessária"...querendo falar que o pobre, as vezes ,tem de usar a violência por sua situação....ninguém falou nada, ninguém protestou, ninguém deu selinho de protesto....era apenas uma criança de 5 anos.....mas esse é o pensamento das esquerdas. Acham que as pessoas cometem crimes por sua situação financeira difícil...é de dar nojo....esse país já ficou selvagem demais e ninguém toma providência.....estão estuprando turistas em Van, matando a queima roupa grávidas, matando

por um celular sem q a vítima reaja....os políticos vão continuar colocando a culpa na sociedade...e que seja cada um por si (Duarte2013, 11/04/2013, Matéria 2, *UOL*).

Estatuto da infancia e adolescencia é um codigo ultrapassado do seculo passado diante da rápidas mudanças ocorridas na sociedade do seculo 21 em dez anos com internet online,tablet,ipad, banda larga,celular etc e toda mudança social o estatuto ficou no passado foi feito baseado em crianças pobres timidas do interiror da amazonia que nem tem luz em casa! **Sou a favor de baixar a maioridade para 12 anos**, pois que já entendem para que serve o dinheiro, chantagem, mentira,corrupção, sabem tudo sobre sexo, se engravidam, usam bebidas drogas, e participam até como executores para o pcc e não são ingenuos(ingenuo é o psicologo profissional defasado que acha que estes adolescentes são ingenuos e defende esta irresponsabilidade).Também fui e sou contra a lei inutil do desarmamento da população! estes menores nos executam como fossemos formigas!! Sem pena e por diversão! até quando vai isto?? (edsonbr, 11/04/2013, Matéria 2, *UOL*)

A proposta do governador e' perfeita [sobre proposta do governador Geraldo Alckmin de pena mais rígida para adolescentes que cometem crimes]. Em Brasilia os representantes de si mesmos jamais irão alterar a constituição ou submeter a plebicito (PPalmeiras, 11/04/2013, Matéria 3, *UOL*).

os deputados e senadores (com apoio geral da presidente , dos governadores e prefeitos ,) para terem nosso apoio e nossos votos no futuros , **TERÃO QUE REVISAR O CÓDIGO PENAL COM MAIORIDADE PENAL AOS 14 ANOS , FIM DOS BENEFÍCIOS DA LEI DE EXECUÇÕES PENAIAS EM CASO DE HOMICÍDIO E PRISÃO PERPÉTUA PARA HOMICÍDIO QUALIFICADO E TENTATIVA TAMBÉM** , senão fim da carreira política , colocaremos outros no lugar deles ! (Babylady, 11/04/2013, Matéria 3, *UOL*)

Ajudando aos políticos a "raciocinarem". **Medida provisória de urgência a ser votada. Se é reincidente, se já tem filhos, se já faltam 6 meses para a tal maioridade penal, se emancipa automaticamente e pode sim responder criminalmente.** Afinal com esses pontos... que tal pontuação na carteira de identidade... Ou quem tiver filho na criminalidade perde o BOLSA FAMÍLIA. Já pensaram na economia para o país. Enfim gostaria de ler mais sobre ideias, para refrescar a cabecinha desses políticos quem sabe muitas cabeças pensantes... já que eles só estão preocupados em se livrarem e julgarem CPIS (Ameiga, 11/04/2013, Matéria 3, *UOL*).

A cena é instância de enunciação, é a circunstância na qual o sujeito constrói seu enunciado. Nesta cena cada um tem o seu papel, bem como o momento e o modo de se pronunciar. O jornalista se comunica por meio da notícia dirigindo-se aos leitores, já o leitor se manifesta através do comentário dirigindo-se ao jornal e aos outros leitores. Desse modo, o leitor assume também o papel de enunciador e pode, como observamos, exercer o

papel de julgar ou analisar o fato jornalístico.

Esse movimento desencadeia uma rede de compreensão textual bem distinta daquela comum à notícia, pois a maneira como o leitor se pronuncia não carrega a objetividade, nem imparcialidade do texto jornalístico.

5.2. O ambiente de comentários e a possibilidade de conversação entre os usuários

Os *sites* de notícias trouxeram consigo uma nova maneira do leitor se relacionar com o jornal. A interação que antes acontecia por meio de cartas endereçadas à redação ou telefonemas, hoje é potencializada com o envio de *e-mails* e o desenvolvimento de ferramentas e recursos próprios para a participação do leitor. São mecanismos como a ferramenta de comentários, que aparece atrelada a cada matéria publicada nos *sites*. Essa potencialidade dá ao leitor a opção de, após a leitura da notícia, interagir ou não com o jornal, o jornalista e outros leitores.

Contudo, a tarefa de tecer um comentário é uma ação que exige certa disposição do leitor. Nos sites *UOL* e *GI*, antes de adquirir permissão para se tornar um comentador, o leitor precisa preencher um cadastro, contendo nome completo, *e-mail*, senha de acesso e, no caso do *GI*, ainda data de nascimento e sexo. Após esse procedimento, uma mensagem é encaminhada ao endereço eletrônico do usuário, para que o seu acesso à publicação dos comentários seja liberado.

No momento do cadastro, os leitores precisam ainda aceitar os termos de utilização²³ das ferramentas interativas dos referidos *sites* para concluir a inscrição. Esses termos funcionam como regras para a participação no espaço e versam tanto sobre o funcionamento da ferramenta como sobre as normas que devem ser seguidas pelos usuários. Entre as regras, os *sites* alertam leitores a não utilizar mensagens difamatórias, pornográficas, degradantes ou que induzam e incitem práticas perigosas, violentas, etc. Assim, ao confirmar o seu cadastro e publicar uma mensagem no ambiente de comentários, é como se o leitor fizesse também uma adesão ao debate.

Abaixo de cada matéria publicada nos *sites*, normalmente, é exibido um *link* que abre uma janela para o comentário. Do ponto de vista do funcionamento, a ferramenta de comentários é simples e acessível. No *GI* (Figura 4), a ferramenta se apresenta de forma clara. Além do espaço em branco para inserção da mensagem, exhibe o nome do usuário,

²³ No caso do site *GI*, o Termo de Uso só fica à disposição do usuário no momento do cadastro. Já o *UOL* disponibiliza as suas normas a qualquer tempo, por meio do link: <http://regras.uol.com.br/>.

um contador que informa o número de caracteres limite²⁴ para o comentário, um botão de saída e um botão para o envio da mensagem. Já o *UOL* (Figura 5) acrescenta ainda opções para compartilhar o comentário em redes sociais digitais. Botões para curtir ou descurtir as mensagens completam o cenário. Enviado, o comentário passa pelo crivo de um moderador e, em cerca de 5 minutos, pode ser visualizado na página.

Figura 4 - Ferramenta de comentários do site *G1*

584 COMENTÁRIOS

RECENTES POPULARES

Eneida dos Santos Trindade SAIR 600

comentar

Willian Oliveira

PENA DE MORTE JÁ!!!! MATOU, ESTUPROU, SEQUESTROU, PENA DE MORTE JÁ!!!!
SOMENTE ASSIM AS COISAS IRÃO MUDAR, MAS NÃO EXISTE NINGUÉM QUE TEM
SACO ROXO PARA FAZER ISSO, ENTÃO FICO COM A AJUDA DO Marcio Sarabando....

4 0 2 RESPOSTAS

Fonte: reprodução *site G1*

²⁴ O número de caracteres disponíveis para o comentário varia de um site para outro. Enquanto o *G1* disponibiliza 600, o usuário do *UOL* tem acesso a 960 caracteres, incluindo os espaços.

Figura 5 - Ferramenta de comentários do site UOL

COMENTÁRIOS 610

eneidatrindade 960

Compartilhe: f e o Receber respostas por email: ☒ COMENTAR

Ao comentar você concorda com os [termos de uso](#)

PPalmeiras 2 anos atrás

A proposta do governador e' perfeita. Em Brasília os representantes de si mesmos jamais irão alterar a constituição ou submeter a plebiscito.

Responder 0 Denunciar

Fonte: reprodução *site UOL*

Outro recurso importante que precisa ser levado em consideração nesse ambiente é a possibilidade de o leitor responder ao comentário de outro leitor. Neste ponto, o *UOL* apresenta um diferencial. Ao fazer o seu comentário neste *site*, o usuário pode escolher uma opção que lhe permite, além de ver as respostas à sua mensagem no ambiente de comentários, recebê-la também por *e-mail*, no endereço eletrônico cadastrado. Esse é um recurso que potencializa a interação.

Do ponto de vista conversacional, os turnos apresentados pelos leitores no ambiente de comentários são compostos, em sua grande parte, por declarações abertas e têm como referência a matéria jornalística publicada na página onde este ambiente se forma. Ao se colocar nesse espaço, o leitor se abre para a conversação, permitindo que outras pessoas vejam o seu depoimento e respondam às questões apresentadas por ele.

Nesse cenário, alguns recursos disponibilizados ajudam a evidenciar a conversação (Figura 6). A ferramenta de resposta, por exemplo, possibilita a criação de blocos nos quais a conversação é desenvolvida. Ao responder um comentário, o leitor/comentador, que pode se tornar a segunda parte de um par conversacional, tem a sua resposta agrupada ao comentário que lhe deu origem, facilitando, assim, a investigação da conversa. Contudo, esta não é uma regra. Um leitor/comentador pode também responder a um comentário anterior sem fazê-lo a partir do recurso citado.

Figura 6 – Exemplo interação conversacional no *site G1*



Fonte: Reprodução *site G1* – matéria “Estudante é morto com tiro na cabeça durante assalto em SP”, publicada em 10/04/2013.

A figura acima apresenta um exemplo do tipo de conversação que pode ocorrer no ambiente de comentários das matérias no webjornalismo. Pode-se observar, então, um primeiro falante “Marcio Sarabando”, um segundo falante “wanderley coelho” e a troca de mensagens entre eles. Percebe-se um entendimento mútuo entre os falantes em uma interação centrada²⁵, demonstrado pela coerência das mensagens trocadas e cumprindo, portanto, os princípios da conversação. Em seguida, mais um exemplo, representado pelos leitores José Lima e Pablo Silva, evidencia o tipo de troca conversacional realizada no ambiente de comentários.

José Lima

PENA DE MORTE JÁ! O bandido sabe que a ineficácia jurídica, impunidade e outras benesses, beneficiam quem mata. Portanto cuidem-se, para não morrerem...

²⁵ Interação na qual ambas as partes da conversação reconhecem o tema em discussão e se compreendem entre si, em um jogo de alternância de posições, dado pela troca de turnos no diálogo (MARCUSCHI, 2007).

Pablo Silva

Assino embaixo!! PENA DE MNORTE JÁ!

José Lima

Pablo Silva é isso aí! Gente matando sem dor e nem piedade, as cadeias abarrotadas de delinquentes, o estado gastando milhões com esses miseráveis e ná a cada dia trancados, sem poder sair até para trabalhar...PENA DE MORTE JÁ! (Matéria 1, 10/04/2013, *GI*)

Outro ponto importante a ser observado refere-se às condições de conversação no meio digital. Por se tratar de uma conversação que não acontece em uma situação face a face, é preciso haver um sinal de que os falantes estão se entendendo, além da interação centrada. Ao completar-se a segunda parte do par conversacional, o primeiro falante precisa estar ciente da fala do segundo. Isso pode acontecer apenas pela visualização do comentário ou pela publicação de um novo comentário do primeiro falante, dando a entender que o mesmo compreendeu a fala do segundo. Seria como uma sequência ABA, na qual a letra A representa o primeiro falante e a letra B o seu par na conversação. No entanto, se o primeiro falante (A) não responde ao falante (B), o analista não pode confirmar se A tomou conhecimento do comentário de B e, assim, uma troca do tipo AB, não poderia ser classificada como conversação. A figura 7 apresenta mais um exemplo desse tipo de interação.

Figura 7 – Exemplo de interação conversacional no *site UOL*



Fonte: Reprodução do *site UOL* – matéria “Temer diz que redução da maioridade penal não reduz criminalidade entre jovens”, publicada em 12/04/2013.

Diferente dos *blogs*, por exemplo, onde o produtor das postagens tem acesso direto aos comentários da audiência e interage com os leitores/comentadores (CONSONI, 2013), respondendo, debatendo ou mediando discussões, no ambiente de comentários das matérias jornalísticas nos portais *UOL* e *GI* não verificamos qualquer participação dos redatores ou de outros profissionais do veículo. Apenas os leitores participam desse espaço, onde criam o seu próprio debate acerca do contexto tratado na matéria, discutindo muito mais o fato noticiado do que os aspectos técnicos da notícia ou sugestões aos veículos.

As conversas acontecem topicamente e há uma tendência de as respostas dos usuários concordarem ou discordarem dos demais comentários e das publicações. Por exemplo, um usuário apresenta o seu ponto de vista sobre determinado assunto tratado na matéria e outro leitor responde concordando, discordando ou apresentando um novo argumento. Quanto à duração, as conversas não costumam se estender muito mais que uma sequência ABAB e, dada a velocidade do jornalismo praticado na web, os comentários não demoram a ser respondidos. Em geral, esse processo de publicação do comentário e resposta não excede 24 horas.

Uma das hipóteses apontadas na pesquisa diz que as experiências dialógicas que se estabelecem na cena de enunciação tendem a ser fragmentadas, dispersas no tempo e com escassa interação conversacional. Com base na análise apresentada, podemos falar da existência de uma interação conversacional nesse ambiente. Ao longo da compilação de comentários que seguem a matéria jornalística, os leitores conseguem alcançar, de fato, uma interação conversacional. O mesmo não acontece quando analisamos a interação do leitor com o jornal, pois os jornalistas não respondem ao comentário do leitor, o que seria uma condição necessária para confirmar a conversa.

Contudo, ao mesmo tempo em que existem, as interações conversacionais entre leitores são fragmentadas e dispersas. Na totalidade do material pesquisado não percebemos o alongamento da conversa por mais de duas sequências de trocas verbais, atribuímos essa característica ao próprio movimento de publicação de comentários. O espaço de tempo entre a veiculação da notícia e o último comentário verificado não ultrapassa o período de 24 horas. Outra particularidade da conversação nesse ambiente é a sua temporalidade. Os leitores não precisam estar *online* ao mesmo tempo para conversar. O comentário do leitor está publicado na página da notícia e, a qualquer momento, outro leitor pode respondê-lo.

5.3. As formações discursivas no papel interativo do leitor

Partindo da hipótese de que os sentidos sobre os fatos jornalísticos presentes na cena de enunciação dos jornais digitais podem ser, como a própria cena, construídos em situações de diálogos entre jornalistas e leitores, buscamos verificar as formações discursivas ou os núcleos de sentido identificados em meio ao exercício do papel interativo do leitor. Essa trajetória foi construída a partir da interpretação de marcas textuais que denunciam o diálogo entre os textos, evidenciando sentidos sobre o fato jornalístico analisado nesta pesquisa.

Maingueneau (2004) diz que é no interior de um universo de outros discursos que o enunciado adquire sentido, ou seja, é no diálogo com o outro que construímos sentidos e significamos todas as coisas, mesmo que a segunda parte deste diálogo não esteja, de fato, engajada nesse processo.

Toda enunciação, mesmo produzida sem a presença de um destinatário, é, de fato, marcada por uma ‘interatividade’ constitutiva (fala-se também de dialogismo), é a troca, explícita ou implícita, com outros enunciadores, virtuais ou reais, e supõe sempre a existência de uma outra instância de enunciação à qual se dirige o enunciador e com relação à qual constrói seu discurso (MAINGUENEAU, 2004, p.54).

Para compreender a relação dialógica que se dá entre os enunciados produzidos por leitores e jornalistas devemos, segundo Orlandi (2005), considerar o que está subentendido no discurso do sujeito e também o exterior, ou seja, os elementos apreendidos de outros discursos. Essa observação é possível a partir da interpretação, que nos permite perceber a relação do discurso do sujeito com outros discursos, considerando o outro na sociedade.


Esse dispositivo tem como característica colocar o dito em relação ao não dito, o que o sujeito diz em um lugar com o que é dito em outro lugar, o que é dito de um modo com o que é dito de outro, procurando ouvir, naquilo que o sujeito diz, aquilo que ele não diz, mas que constitui igualmente os sentidos de suas palavras” (ORLANDI, 2005, p.2005).

Figura 8 – Matéria “Após morte de estudante, Alckmin quer pena mais rígida para adolescentes” (11/04/2013)

Após morte de estudante, Alckmin quer pena mais rígida para adolescentes

De UOL, em São Paulo 11/04/2013 12h45 - Atualizado 11/04/2013 19h35

O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), anunciou nesta quinta-feira (11) que encaminhará em 15 dias ao Congresso Nacional um projeto de lei que propõe tornar o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) mais rígido em relação a adolescentes envolvidos em casos de violência considerados graves e reincidentes.



11.abr.2013 - Estudantes da Fundação Câmpor Líbero realizam passeata na avenida Paulista, em São Paulo, na manhã desta quinta-feira (11). A manifestação ocorre após a morte de Victor Deepmann, assassinado na porta de casa na última terça (9). (Foto: MacNicol/Futura Press)

A manifestação do governador, feita hoje de manhã durante visita às obras do futuro estádio do Corinthians, o Itaquerão, na zona leste de São Paulo, **aconteceu dois dias depois de o universitário Victor Hugo Deepmann, 19, ter sido assassinado em frente ao prédio onde morava, no Belém, na mesma região, supostamente por um adolescente de 17 anos** –que completa 18 anos amanhã (12).

O lucano estava acompanhado do prefeito de São Paulo, Fernando Haddad (PT), e do ministro dos Esportes, Aldo Rebelo (PC do B).

O adolescente, que foi apresentado à Vara de Infância e Juventude no Brás pela própria família, nessa quarta-feira (10), foi encaminhado hoje à Fundação Casa. A Polícia Civil vai pedir que ele cumpra a pena máxima de três anos, prevista pelo Estatuto. Pelo Código de Processo Penal, a pena para adultos que cometem crime de latrocínio pode variar de 20 a 30 anos de reclusão.

Entre as mudanças propostas na legislação pelo governador está a de que, após completar 18 anos, o jovem sentenciado por crime violento teria de cumprir a pena em uma unidade do sistema penitenciário. Hoje, pela lei, ele pode ficar até os 21 anos em unidades destinadas a menores.

"Defendemos mudança da legislação federal. Hoje, o adolescente que comete um crime grave pode ficar, no máximo, três anos, na Fundação Casa. Queremos que esse período possa aumentar", disse o governador, ao falar da morte do universitário.

Alckmin questionou a presença de jovens infratores com 20 anos de idade em instituições voltadas para os infratores menores de 18 anos.

"Quem fica e tem mais de 20 anos de idade na Fundação Casa não é mais criança nem adolescente, portanto deve ser encaminhado a uma prisão comum", afirmou, ao defender mais uma alteração no ECA.

Você concorda com penas mais rígidas para adolescentes infratores?

☐ Sim, menores de idade que cometem crimes devem receber penas de adultos

☐ Não, menores de idade infratores devem ser orientados e receber penas alternativas

☐ Tanto faz, nada vai mudar a violência no Brasil

Resultado parcial **Votar**

Crise econômica

Para controlar deficit, Dilma prepara cortes de R\$ 20 bi

É possível?
A história do frango Mike, que viveu mais de 1 ano sem cabeça

Viagem marcada
EUA desativaram ameaça contra papa, diz deputado republicano

Veja dezenas
Aposta de Curitiba leva Mega-Sena de R\$ 31 mi

Áustria
Chegar a Viena

Descubra a arte e a cultura na Áustria!
Dicas e promoções para sua viagem...

Descubra aqui

O que quer dizer ter dentes sensíveis?
A sensibilidade é a dor causada pela exposição dos dentes

Conteúdo produzido por **Colgate**

Você manda

(11) 97500-1925
UOL

Mande fotos, vídeos e informações pelo Viber ou pelo Whatsapp da redação

Imagens do dia

Fonte: Reprodução site UOL.

Analisando os elementos que aparecem na matéria “Após morte de estudante, Alckmin quer pena mais rígida para adolescentes” (Figura 8) e comentários extraídos do seu ambiente de comentários, podemos perceber algumas dessas relações.

O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), anunciou nesta quinta-feira (11) que encaminhará em 15 dias ao Congresso Nacional um projeto de lei que propõe tornar o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) mais rígido em relação a adolescentes envolvidos em casos de violência considerados graves e reincidentes. A manifestação do governador, feita hoje de manhã durante visita às

obras do futuro estádio do Corinthians, o Itaquerão, na zona leste de São Paulo, **aconteceu dois dias depois de o universitário Victor Hugo Deppman, 19, ter sido assassinado em frente ao prédio onde morava,** no Belém, na mesma região, **supostamente por um adolescente de 17 anos -- que completa 18 anos amanhã** (12) (Matéria 3, 11/04/2013, *UOL*).

Comentários de leitores agregados à notícias reproduzida acima:

Parabens ao Governador pelo projeto, espero que não fique só no papel (Fer/SP, 11/04/2013, Matéria 3, *UOL*).

ESSE DEMAGOGO FALANDO BESTEIRA DE NOVO. EU SO SINTO PENA PORQUE AINDA VAI MORRER MUITA GENTE.....MUITA GENTE, E NADA VAI MUDAR, PORQUE HOJE NOS SOMOS O PASSE LIVRE DOS POLÍTICOS, ENTENDA COMO QUISER, POIS É O QUANTO PIOR MELHOR. "E ELE NÃO SABIA DE NADA" (CEGOJULÃO, 11/04/2013, Matéria 3, *UOL*).

Esse argumento de mudar lei pode até ajudar, mas o que muda comportamento de verdade é educação, que entra governo e sai governo e só tem muita conversa e pouca ação. A outra é consequência, punição para valer. **Como punir alguém, se falta liderança pelo exemplo positivo?** Não se pune governantes de baixo desempenho ou de atuação suspeita. Não se pune corruptos, não se pune os mensaleiros. Onde vamos chegar com tanto lero-lero? O caminho para o destino lamentável já está pavimentado. **Quantos inocentes ainda vão pagar com suas vidas enquanto as autoridades, em geral, continuarem a pavimentar os caminhos para um destino cada vez pior?** Já passamos da hora de inverter isso. Basta de tanta impunidade. Cadê um plano de educação de qualidade sustentável para todos? Há anos somente ouvimos lero-lero e um ou outro esforço isolado. O governo tem que reduzir seus gastos administrativos. Menos vereadores, menos deputados esgtadauais e federais. Mais educação (11/04/2013, Matéria 3, *UOL*).

Após a leitura e sistematização dos conteúdos pesquisados, verificamos que traços presentes nos textos confirmam a existência de um leitor interativo na página de notícias dos jornais digitais. Essa confirmação acontece não apenas pelo número de comentários encontrados nas páginas, mas pelo modo como os leitores interagem, chamando atenção, utilizando vocativos (“Parabéns ao Governador pelo projeto”); texto em caixa alta para destacar suas intenções (ESSE DEMAGOGO FALANDO BESTEIRA DE NOVO); ou apresentando soluções e questionamentos (Esse argumento de mudar lei pode até ajudar, mas o que muda comportamento de verdade é educação; Como punir alguém, se falta liderança pelo exemplo positivo?).

Cada um desses enunciados, construído em resposta e atrelado ao texto jornalístico, carrega sentidos em seu conteúdo. Alguns deles se apresentam de maneira recorrente,

denunciando a impunidade dos adolescentes agentes de violência, expressando diversas emoções convertidas em sentidos e propondo soluções para o problema da violência. Iremos agora explicitar que essa atuação do leitor, intervindo no espaço virtual da tela do dispositivo digital, auxilia na criação de sentidos estáveis, que denominamos de formações discursivas. No caso em análise, destacaremos a construção de três formações discursivas sobre o tema objeto da cobertura jornalística.

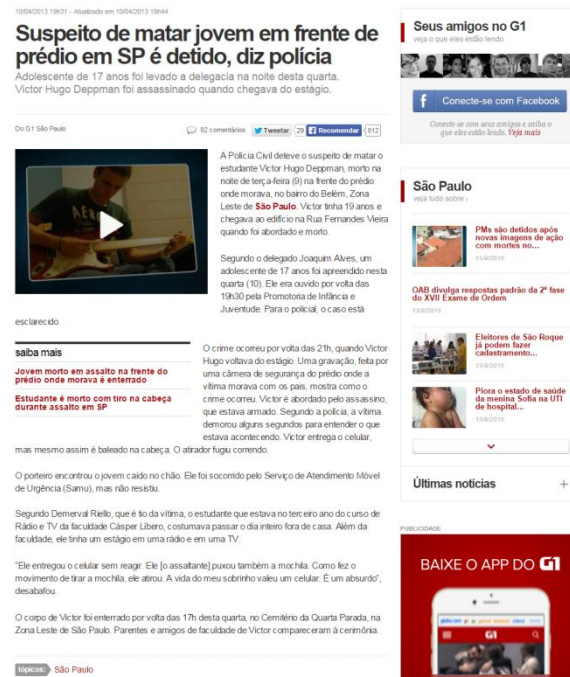
5.3.1. As formações discursivas da impunidade na adolescência

Entre os sentidos que se destacam na análise está a demonstração de uma sensação de impunidade. Durante a leitura dos comentários coletados para análise, verificamos a presença forte de uma crença na impunidade. Expressão esta que aparece indiretamente no texto jornalístico e ganha força com a “atitude responsiva” do leitor (BAKHTIN, 2011), quem abrem um debate na busca por alternativas para punição o aquilo que eles acreditam resultar impune ao crime cometido.

Ao noticiar a apreensão do adolescente, ainda em 10 de abril de 2015, primeiro dia de cobertura da imprensa, os *sites* trouxeram poucos detalhes acerca da apreensão do adolescente e sobre os procedimentos adotados em situações nas quais adolescentes praticam violência. Os textos são marcados por adjetivos que identificam o adolescente autor da violência e a vítima, e contribuem para a construção de uma trama que se assemelha às narrativas em que vemos os representantes do bem e do mal.

Na matéria “Suspeito de matar jovem em frente de prédio em SP é detido, diz polícia” (Figura 9), por exemplo, publicada em 10 de abril de 2013, no site *GI*, conhecemos a primeira matéria sobre a identificação do suspeito de assassinar o estudante Victor Hugo Deppman: um adolescente de 17 anos, a dois dias de completar a maioridade. Por ser o primeiro texto a relatar a autoria do assassinato, a matéria é também a primeira referência que os leitores têm sobre o adolescente e o esclarecimento do caso. Contudo, a notícia não apresenta nenhuma informação sobre a condução do caso, ou medidas que poderiam ser adotadas para punir o adolescente, deixando uma lacuna de informações a serem preenchidas.

Figura 9 – Matéria “Suspeito de matar jovem em frente de prédio em SP é detido, diz polícia” (10/04/2013)



Fonte: Reprodução *site G1*

A Polícia Civil deteve o suspeito de matar o estudante Victor Hugo Deppman, morto na noite de terça-feira (9) na frente do prédio onde morava, no bairro do Belém, Zona Leste de São Paulo. Victor tinha 19 anos e chegava ao edifício na Rua Fernandes Vieira quando foi abordado e morto.

Segundo o delegado Joaquim Alves, um adolescente de 17 anos foi apreendido nesta quarta (10). Ele era ouvido por volta das 19h30 pela Promotoria de Infância e Juventude. Para o policial, o caso está esclarecido (Matéria 3, 11/04/2013, *G1*).

Uma gravação, feita por uma câmera de segurança do prédio onde a vítima morava com os pais, mostra como o crime ocorreu. Victor é abordado pelo assassino, que estava armado. Segundo a polícia, a vítima demorou alguns segundos para entender o que estava acontecendo. Victor entrega o celular, mas mesmo assim é baleado na cabeça. O atirador fugiu correndo (Matéria 3, 11/04/2013, *G1*).

Em geral, os crimes mais chocantes e outros assuntos de grande repercussão acabam, quase sempre, adquirindo mais atenção dos veículos de imprensa. Um movimento que resulta, também, em uma resposta dos leitores às publicações, ou seja, há, nesses casos, uma tendência do público em se manifestar de maneira intensa nos espaços direcionados a eles nos produtos jornalísticos.

O envolvimento da juventude²⁶ com a criminalidade não é um fenômeno recente e não está relacionado exclusivamente a sociedades marcadas por fortes desigualdades sociais ou àquelas nas quais as políticas sociais governamentais não conseguem assegurar direitos fundamentais para grandes parcelas da população, como é o caso do Brasil e de muitos países da América Latina. Esse é, segundo Adorno (1999), um problema que atinge também as sociedades caracterizadas por altos índices de desenvolvimento humano, condições e qualidade de vida elevadas, despertando atenção de autoridades, estudiosos e das redes de proteção aos direitos da infância.

A maneira como a sociedade enfrenta a questão do envolvimento de crianças e adolescentes em atos infracionais está relacionada, entre outros fatores, à legislação que versa sobre o tratamento dado a esses sujeitos. De acordo com a Agência Nacional dos Direitos da Infância – ANDI Comunicação e Direitos (2012), três fases principais marcam essa relação: a do tratamento penal indiferenciado, a tutelar e da doutrina da proteção integral. Todas elas identificadas pelo jurista argentino Emílio Garcia Mendez, ao abordar a evolução do conjunto de leis e normas relativas a esse grupo social.

A primeira fase, vigente no século XIX, não diferenciava o tratamento dado a crianças, adolescentes e adultos. Todos eram punidos e cumpriam a pena juntos, independentemente da idade. Implantada em seguida, do final do século XIX ao final do século XX, a fase tutelar foi marcada pela diferenciação dos sujeitos e pela associação da delinquência juvenil à carência. Nesse momento, os adolescentes identificados em situação de risco, alienação, abandono ou delinquência tinham o mesmo destino e estavam sujeitos à intervenção do Estado.

Já a terceira fase, que é a atual, tem como características o rompimento com os modelos anteriores e a separação entre a prática de crimes e a situação de abandono. Essa legislação, dada a partir da instituição da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, implementou a Doutrina de Proteção Integral e a responsabilização penal dos adolescentes, atribuindo a esses sujeitos a condição de pessoa em desenvolvimento, que demanda proteção especial da família, do Estado e de toda a sociedade.

Referência no monitoramento do comportamento editorial da mídia impressa brasileira no que se refere ao noticiário sobre o universo da infância e da adolescência, a

²⁶ O termo juventude empregado neste parágrafo refere-se aos adolescentes na faixa etária entre 12 e 18 anos incompletos.

ANDI (2012, p.10) afirma que “apesar dos avanços legais e das mudanças na percepção sobre esses segmentos, o preconceito e a intolerância permanecem como resquícios da velha cultura”. No decorrer de mais de 15 anos de pesquisa, a instituição reitera a importância do papel que os meios de comunicação desempenham quanto ao modo como a sociedade encara e enfrenta esse fenômeno.

A Agência (2001) diz que existem três grandes mitos na cobertura da imprensa em relação à identificação dos adolescentes enquanto agente de violência²⁷. São eles: o a) hiperdimensionamento, decorrente da descontextualização das notícias do conjunto da criminalidade, assim, o número de infrações cometidas por jovens parece ser maior que o apresentado em dados estatísticos²⁸; b) periculosidade, marcada pela ausência de pesquisas que situem o tipo de crime na escala da violência e ajudem o leitor a entender quanto há de rotina ou acidental no fato; e, finalmente, c) impunidade, pois essa é confundida com a inimputabilidade, ou a ideia de que o adolescente resulta impune às infrações cometidas por ele, quando, na verdade, a aplicação das punições só acontece de maneira diferente, baseada numa legislação específica para essa faixa etária.

Retomando a cobertura do caso, observamos que a ausência de aprofundamento sobre as medidas punitivas aplicadas em casos que envolvem adolescentes infratores, combinado ao próprio imaginário dos leitores, produz um entendimento de que as medidas socioeducativas não se convertem em punição. Nesse sentido, portanto, os adolescentes resultariam impunes aos seus atos.

É simplesmente inaceitável ver um jovem que estuda e trabalha honestamente perder a vida nas mãos de um assassino tão jovem quanto a vítima e que poderia estar fazendo a mesma coisa para crescer na vida, mas prefere o caminho mais fácil para ter as coisas. Até quando vai prevalecer a impunidade que alimenta essa violência gratuita e estúpida? Até quando a nossa justiça continuará passando a mão na cabeça desses bandidos? (Nena Pepa, 10/04/2013, Matéria 3, *GI*).

Não sei o que é pior nesse caso, a brutalidade e banalidade do crime ou a impunidade desse menor de idade (Alisson Albuquerque, 10/04/2013, Matéria 3, *GI*).

esses adolescente não vai fica preso muito tempo.Ele tinha que fica livre

²⁷ As informações são resultado de uma pesquisa feita pela ANDI, tendo como objeto de análise 14.905 textos publicados entre julho de 2000 e junho de 2001 pelos maiores jornais brasileiros, para investigar o comportamento da imprensa na publicação de matérias nas quais os adolescentes aparecem como vítimas ou agentes da violência.

²⁸ De acordo com a ANDI (2012), embora dados publicados em 2007 pelo Instituto Latino Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente (Ilanud) apontem que os homicídios representam em torno de 4% dos atos infracionais cometidos por adolescentes no Brasil, na Imprensa escrita essa infração é mencionada em cerca de um quarto das notícias que abordam o assunto, ou seja, 25,7% do total de 26.832 notícias analisadas, de 2006 a 2010.

até completa 18 anos, ai sim responderia o processo como um adulto, pois com esse (ECA), ele vai ta solto com 21 anos de idade; e com a ficha limpa, sem antecedentes criminais, como uma pessoa de bem. Então é melhor coisa é espera ele fizer 18 anos, já que tem crimes imprescritíveis, que não prescrevem, como: homicídio doloso, latrocínio e estupro de vulnerável, é só espera a maioridade penal, ai sim poderia ser processado, julgado e condenado como adulto (Ruy Sylva, 10/04/2013, Matéria 3, *GI*).

Vai completar 18 anos e ser solto... Brasil, o lugar que mais compensa ser criminoso (Jony Tornado, 11/04/2013, Matéria 1, *GI*).

Na verdade não há muita diferença entre ser “di menor” e “di maior, a impunidade está generalizada. O Brasil é quase que por unanimidade um país formado por pessoas de péssima índole, hipócritas, desonestas, preconceituosas, violentas, fora da lei, corruptas e corruptoras, etc...Esse é o preço que se paga qdo se tem uma população onde a grande maioria está sempre disposta a prejudicar o próximo por interesse próprio. Pra melhorar, vamos ter que começar pelo povo sendo ordeiro, educado, decente, respeitoso, etc...Completamente diferente do que somos hoje (A.Oliveira, 10/04/2013, Matéria 3, *GI*).

A violência tem a ver com 02 graves problemas sociais no Brasil: a impunidade e a falência do sistema educacional. Para os que já estão na marginalidade: redução da idade para punir MARGINAIS, penas rígidas e, na reincidência: PENA DE MORTE. Com processo rápido e justo para que a justiça realmente seja feita!!! Por outro lado, cadê a EDUCAÇÃO???? Quantos marginais estão sendo "formados" todos os anos??? Gente que sai da escola sem saber ler e escrever...vai conseguir emprego do que????????? Com a impunidade, lógico que esses incapazes preferirão roubar a procurar um emprego digno!!! (Revolt1000, 11/04/2013, Matéria 2, *UOL*).

Canclini (2008, p.51) diz que “os textos e as imagens vão existindo à medida que o leitor ou o espectador os usam ou reinterpretam”. Aqui, podemos dizer que o leitor aciona elementos do seu imaginário para interpretar e interagir com o enunciado construído pelo jornalista, de maneira subjetiva.

O enunciado traz em si tanto aspectos que o antecedem, quanto sentidos que ele projeta adiante. Seja o número de dados estatísticos sobre criminalidade juvenil presentes nas matérias, o conhecimento da história do tratamento dado aos adolescentes infratores no Brasil e em outros países, ou as vozes das fontes ouvidas pelos jornalistas, um conjunto de fatores contribuem para a construção do sentido de impunidade aparente nas manifestações de leitores (Brait, 2005).

Entretanto, é importante frisar que os textos jornalísticos não trazem esse sentido de forma direta, ele surge na página em decorrência dos diálogos entre os vários enunciados.

Ou seja, é da interação entre os enunciadores que percebemos o surgimento desse discurso. É como se as manifestações de leitores preenchessem lacunas abertas nos textos jornalísticos.

5.3.2. A formação discursiva das propostas de solução

A sensação de impunidade está relacionada a outro sentido que surge no diálogo entre jornal e leitor: a busca por solução para a violência e pelo endurecimento das leis. Nessa discussão, aparece o pedido por mais investimentos em educação, a divisão mais igualitária dos direitos sociais, a reivindicação pela redução da maioridade penal, pena de morte e a mudança do código penal.

São textos sistematizados em torno da defesa de uma intervenção jurídica e da busca de solução para a questão da criminalidade juvenil e da violência. Uma busca que inclui, ainda, cobranças ao legislativo, reivindicação pela atuação mais efetiva dos políticos, a mobilização de manifestações públicas e abaixo-assinados.

muda logo essa lei cade os politicos que nada fazem . acorda brasil .vai passar alguns dias o povo esquece e ai acontece tudo de novo .cada hora e um caso diferente.cade a dilma... cade o lula.... muda logo essa porcaria de lei.....nao vejo os politicos fazerem nada (Rodrigo Pinto, 17/04/2013, Matéria 11, *GI*).

O QUE É PRECISO FAZER É O SEGUINTE. BAIXAR A MAIORIDADE PARA 15 ANOS, AUMENTAR PARA 40 ANOS A PENA MÁXIMA, E TIRAR AS PROGRESSÕES DE PENAS, SAÍDAS PARA OS DIAS DOS PAIS, MÃES, TODO TIPO DE FESTAS E VISITAS ÍNTIMAS. ADVOGADOS, JUIZES, PROMOTORES, ENTREVISTAS E ACAREAÇÕES SÓ EM VÍDEO CONFERÊNCIA E SEM O MÍNIMO DE COMUNICAÇÃO (Gumercindo Bello, 12/04/2013, Matéria 5, *GI*).

esse protesto não deveria pedir paz, sim **reivindica direito que todos nós cidadão de bem temos** (Ruy Sylva, 11/04/2013, Matéria 4, *GI*).

Crimes hediondos deveriam ser severamente punidos independente da idade do infrator. Outra coisa, **a ficha de um menor infrator jamais deveria ser “limpa”**, o menor comete assassinato e estupro e quando completar a maioridade iguala-se a quem nunca cometeu nenhum crime. Muita injustiça (Adriana, 12/04/2013, Matéria 5, *GI*).

Estatuto da infancia e adolescencia é um codigo ultrapassado do seculo passado diante das rápidas mudanças ocorridas na sociedade do seculo 21 em dez anos com internet online, tablet, ipad, banda larga,celular etc e toda mudança social o estatuto ficou no passado foi feito baseado em crianças pobres timidas do interior da amazonia que

nem tem luz em casa! **Sou a favor de baixar a maioridade para 12 anos, pois que já entendem para que serve o dinheiro, chantagem, mentira, corrupção, sabem tudo sobre sexo, se engravidam, usam bebidas drogas, e participam até como executores para o pcc e não são ingênuos** (ingenuo é o psicólogo profissional defasado que acha que estes adolescentes são ingenuos e defende esta irresponsabilidade). Também fui e sou contra a lei inútil do desarmamento da população! estes menores nos executam como fossemos formigas!! Sem pena e por diversão! até quando vai isto?? (edsonbr, 11/04/2013, Matéria 2, *UOL*).

Desse modo, notamos o apontamento de diferentes direções na busca por soluções que deem conta do problema da violência cometida por adolescentes. Ganha destaque nessa trajetória uma busca pela judicialização das questões, pedindo intervenção jurídica e acionando o poder legislativo para a construção de leis mais duras.

Judicialização

No movimento da cobertura jornalística muitas propostas de solução para a criminalidade juvenil aparecem em proposições. Os comentários acionam o poder público e este, por sua vez, também se manifesta apresentando pedidos de intervenções jurídicas. São iniciativas como a do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, e o seu projeto de lei que propõe tornar o Estatuto da Criança e do Adolescente mais rígido. O gestor defende mudanças na legislação federal, a fim de ampliar o período de internamento do adolescente autor de violência em casos mais graves e reincidentes e pedir a transferência desse jovem para a penitenciária ao atingir a maioridade.

As primeiras notícias publicadas trazem na narrativa dos fatos a descrição de algumas medidas oficiais adotadas pela polícia na condução do caso, diz respeito à apreensão do jovem suspeito e ao seu encaminhamento à Promotoria da Infância e Juventude. As informações descrevem a realização do trabalho da polícia, mas não explicam os procedimentos que devem ser seguidos até a condenação do adolescente infrator, restringindo essa informação ao tempo que ele pode ficar internado em instituições de acolhimento a menores infratores.

Nos dias que se seguem, a cobertura jornalística (Figura 10) passa a apresentar outras posturas de endurecimento da legislação e dados estatísticos sobre os crimes cometidos por menores.

Figura 10 – Matéria “Alckmin quer punição rigorosa para menor envolvido em crime grave”

11/04/2013 12:14 - Atualizado em 12/04/2013 09:03

Alckmin quer punição rigorosa para menor envolvido em crime grave

Projeto será enviado pelo governador de SP ao Congresso Nacional. Decisão de Alckmin ocorre após jovem matar estudante na Zona Leste.

Tatiana Santiago
Do G1 São Paulo

148 comentários | [Twitter](#) | [101](#) | [Recomendar](#) | 1,5 mil

O governador de **São Paulo**, Geraldo Alckmin (PSDB), disse na manhã desta quinta-feira (11) que em duas semanas enviará ao Congresso Nacional um projeto para tornar mais rígido o Estatuto da Criança e do Adolescente.

A declaração de Alckmin foi dada após o estudante Victor Hugo Deppman, de 19 anos, ser morto durante um assalto em frente ao prédio onde morava, na Zona Leste da capital, por um adolescente de 17 anos.

O crime aconteceu na ter-a-feira (9). O menor, que confessou o crime, completará 18 anos na sexta-feira (12).

“Nós defendemos a mudança da legislação federal no sentido de que para casos mais graves e reincidentes, que o prazo seja bem maior para estabelecer limites. E de outro lado, quem completou 18 anos de idade não deve ficar na Fundação Casa”, disse Alckmin.

saba mais

Suspeito de matar estudante em SP é levado para Fundação Casa

O governador comentou a morte de Deppman: “Ele vai ficar apenas três anos na Fundação Casa, e vai sair com a ficha limpa embora seja um caso grave e reincidente”, completou. A declaração foi dada após visita às obras do estádio do Corinthians, na Zona Leste, ao lado do prefeito da capital, Fernando Haddad (PT), e do ministro dos Esportes, Aldo Rebelo (PCdoB).

De acordo com Alckmin e Haddad, o cronograma de obras para a Copa está dentro do prazo. Os dois se reuniram nesta manhã para acompanhar o início das obras das alas vizinhas que ligarão a Nova Radial (Avenida José Pinheiro Borges) até a Avenida Jacu Pissago. As obras vão custar R\$ 61,4 milhões e devem ser concluídas em março de 2014.

Durante a visita, um grupo de comerciantes locais da região que serão desapropriados reclamou da falta do pagamento de indenização para os que trabalham há muito tempo na região e podem ter prejuízos. Haddad se responsabilizou a receber o grupo para discutir o assunto.

Em relação ao estádio do Corinthians, 70% das obras já estão concluídas, segundo o ministro dos Esportes, Aldo Rebelo. Ele também comentou que seis dos 12 estádios em construção nas cidades sede da Copa ficarão prontos até a Copa das Confederações.

Suspeito preso

Nesta quarta-feira (10), o adolescente de 17 anos procurou, na companhia da mãe, o Fórum da Infância e Juventude, no Bole, no Centro, para confessar o crime. O promotor da Vara da Infância, Luiz Henrique Brandão Ferreira disse que o suspeito relatou ter atraído porque a vítima tentou desamarrá-lo. Imagens do circuito de segurança do edifício, no entanto, mostram que o estudante não reagiu. O menor foi levado para uma unidade da Fundação Casa.

Seus amigos no G1
Veja o que eles estão lendo

[Conecte-se com Facebook](#)

São Paulo
Veja tudo sobre >

- PMs são detidos após novas imagens de ação com mortos no...**
11/04/2013
- OAB divulga respostas padrão da 2ª fase do XVII Exame de Ordem**
11/04/2013
- Eleitores de São Roque já podem fazer cadastramento...**
10/04/2013
- Piora o estado de saúde da menina Sofia na UTI de hospital...**
11/04/2013

DISPONÍVEL PARA

[iOS](#)

[Android](#)

G1 primeira página

Dilma e ministros definem corte de gastos de R\$ 20 bi
Valor foi decidido no final de semana. Anúncio deve sair nesta semana.

Fonte: Reprodução *site G1*

O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), disse na manhã desta quinta-feira (11) que em duas semanas **enviará ao Congresso Nacional um projeto para tornar mais rígido o Estatuto da Criança e do Adolescente.** (...)

“Nós **defendemos a mudança da legislação federal** no sentido de que para casos mais graves e reincidentes, que o prazo seja bem maior para estabelecer limites. E de outro lado, quem completou 18 anos de idade não deve ficar na Fundação Casa”, disse Alckmin.

O governador comentou a morte de Deppman. “Ele vai ficar apenas três anos na Fundação Casa, e vai sair com a ficha limpa embora seja um caso grave e reincidente, completou.

Enquanto isso, no ambiente de comentários, a questão se desdobra em pedidos pela redução da maioridade penal, pena de morte e mudança do código penal. Os comentários depositam na justiça e no endurecimento das leis a esperança para solucionar o problema da violência, associando a incidência de crimes à falta de penas mais duras para coibir a ação de infratores e criminosos.

“Precisa mudar a lei, punir com mais severidade essa raça que infelizmente não sabemos como descrevemos” (Marcos Santos, 10/04/2013, Matéria 3, *GI*);

“Por um Código Penal que combata os crimes contra a vida! A adoção de penas mais rígidas para os crimes contra a vida. É o que propõe a União em Defesa das Vítimas de Violência após análise das sugestões da comissão de juristas que elaborou nova proposta de Código Penal” (Ruy Sylva, 10/04/2013, Matéria 3, *GI*);

“Pena de morte já. Redução da maioridade penal para 16 anos!” (Observadordepirata, 10/04/2013, Matéria 3, *GI*).

Assine - PETIÇÃO PELO FIM DA IMPUNIDADE! A adoção de penas mais rígidas para os crimes contra a vida e sua integridade física. É o que propõe a União em Defesa das Vítimas de Violência (UDVV) após análise das sugestões da comissão de juristas que elaborou nova proposta de Código Penal. Reconhecemos avanços no que diz respeito a vários itens. Porém, as medidas para combater os crimes contra a vida ainda se encontram um tanto quanto tímidas – as penas remontam à criação do Código Penal, em 1940 (Ruy Sylva, 11/04/2013, Matéria 3, *GI*).

precisamos entender que um jovem de 16 anos de hoje sabe muito mas que um jovem de 16 anos de 30 anos atrás , então **precisamos mudar esta lei sim** e diminuir para 16 anos a maior idade (peraperacio, 12/04/2013, matéria 4, UOL).

Decidi parar de reclamar e agir. Criei uma petição no site da avaaaz pela redução da maioridade penal. Ajudem a divulgar. O UOL não permite o uso de links, mas é fácil achar pelo Google (Eduardo Goncalves, 12/04/2013, matéria 4, UOL).

O sistema prisional tem que mudar 100%. **Redução da maioridade penal é urgentíssimo**, se eles tem discernimento para votar, então estão aptos a arcar com todas as consequências dos seus atos. **Sentença é para servir 100% regime fechado** e sem saídas. **Reincidentes recebam pena dobrada** ou pena máxima. As prisões tem que ser moralizadas sem celulares, instalem bloqueio de sinal em todas unidades prisionais. Tem que trabalhar e estudar na prisão, zero de espaço arquitetado bobagens, sempre cabeça ocupada. Tem que separar por índice de periculosidade, separar primários de reincidentes. E, mais urgente de tudo, eliminar as drogas e traficantes encarcerados o resto da vida. Tenho certeza que o assassino estava drogado. Não precisamos de Copa, precisamos de escolas de qualidade e de prisões de segurança máxima. O país que não quer educar pelo menos construa prisões eficientes e reeducadoras. Lamento profundamente pelo menino que perdeu a vida e pela mãe (Elisabete Sanctus, 12/04/2013, matéria 4, UOL).

Neste sentido, observamos que o jornalismo digital não apenas descreve fatos, mas contribui para a construção das ações de leitores, conferindo-lhes o papel de interlocutor. Esse leitor, como um indivíduo que interage com o jornal, coloca-se como um sujeito

proponente das ações, procurando passar da descrição à intervenção. Enquanto o jornalista descreve os fatos, o leitor os qualifica.

5.3.3. A formação discursiva das explosões emotivas

Na página dos *sites* analisados, as notícias factuais recebem um complemento de emoções com os comentários de leitores. Esses comentários são, de certa maneira, alimentados por uma sensação de insegurança e por um sentimento de indignação e revolta. Muitos dos depoimentos anexados às matérias trazem o desabafo dos comentadores. São expressões de medo e revolta pela morte de um jovem estudante em meio a algo que foge ao controle.

“Eu não posso aceitar isso como normal!!! É um completo absurdo a banalização absoluta da violência gratuita que impera no Brasil” (A.Oliveira, 10/04/2013, Matéria 3, *GI*);

“Difícil crer que nossas vidas estão por um fio, vivemos com as facas nos dentes, saímos para trabalhar e não sabemos se voltaremos para casa, **nossos filhos saem para estudar e ficamos tensos sem saber ao certo se regressam,** infelizmente real a situação” (Marcos Santos, 10/04/2013, Matéria 3, *GI*);

“Fiquei muito mal pela notícia. Coitado do cara, não precisava. O cara nem reagiu, não fez nada, mesmo assim o sem mãe atirou” (Alisson Andrade, 10/04/2013, Matéria 3, *GI*);

“Lamentável esta situação, o impressionante de tudo isso que não vemos esperança para esta situação” (Falcão, 10/04/2013, Matéria 3, *GI*).

E mais uma vítima de um sistema precário. Infelizmente vivemos com políticas que não se preocupam com a questão de segurança social e sim de segurança própria. Vocês já pararam para pensar que nada acontece com familiares de políticos, empresários e outro mais? Mais! Para nós reles contribuintes sim! Isso é rotina em um país sujo e hipócrita. Meus sentimentos a esta família e outras que tiveram parentes retirados de seu cunho familiar tão drasticamente. E meu repúdio aos políticos e governantes deste país (Flávio Nascimento, 10/04/2013, Matéria 3, *GI*)

Esse país ta cada vez mais dominado pelos bandidos **somos refens deles**, não a hipotese e o governo não está nem ai para a sociedade, um descaso ... comentamos sempre mais nada nunca é feito ... mais um jovem de bem que nos deixou por conta de um marginal filho do diabo que por sua propria vontade executou. esse desgraçado seja menor ou maior de idade tem pagar com a mesma moeda (David Fernandes Araújo, 11/04/2013, Matéria 2, *UOL*).

O leitor preenche com emoções, o discurso objetivo da notícia. Desde as primeiras informações sobre o caso, observamos nas manifestações dos leitores uma relação de aproximação com a vítima e sua família. Eles se colocam no lugar dos parentes de Victor Hugo, traçam comparações com as suas vidas e, em meio ao impulso do aqui e agora da publicação dos comentários, fazem um desabafo.

Lei de talião: olho por olho, dente por dente

Com a análise dos textos, percebemos o efeito da morte de Victor Hugo para os leitores como um elemento que personifica o estado de violência e insegurança em que vivem. São vozes emocionadas e chocadas com o crime, no anseio por um revide. Assim, no processo de liberação das emoções em que aparece a indignação e a revolta, há também o despertar de um desejo de vingança. Uma evocação da Lei de Talião (olho por olho, dente por dente), segundo a qual para cada ato fora da lei, haveria uma punição proporcional ao crime cometido.

Assim, visualizamos inscritos no espaço aberto à participação do leitor, comentários como:

“Acho que a população deveria começar a se armar e fazer justiça com as próprias mãos e aí quando a coisa ficar medieval talvez eles repensem essas leis ridículas” (Rogério, 11/04/2013, Matéria 2, *UOL*);

“Eu não estou nem interessada em discutir maioria para casos como esse. **Matou, morreu e pronto**, deveria ser assim! Não interessa se tem 12 ou 17” (Gregor Samsa, 11/04/2013, Matéria 2, *UOL*).

A justiça deveria ser a do "olho por olho, dente por dente". Este bandido logo estará na rua matando de novo. Se tivesse sido meu filho eu não pensaria duas vezes... (Antonio Araujo, 11/04/2013, Matéria 4, *GI*).

Olho por olho!!! **Todo bandido merece morrer!!!!** (Fabio Bom, 11/04/2013, Matéria 4, *GI*).

A solução é fazer justiça com as próprias mãos, já que estamos entregues à própria sorte... Podem apostar que logo logo esse marginal, defendido pelos direitos humanos, estará solto, matando outros inocentes. Sou a favor do linchamento. A família deveria reunir amigos e familiares, invadir o "abrigo" onde esse assassino está, e metralhar esse lixo. Afina, "Bandido bom é bandido MORTO!" (Uma Mulher, 11/04/2013, Matéria 2, *UOL*)

Se fosse da minha família eu matava esse adolescente ! Nada mais justo ! Depois cumpriria minha pena tranquilamente com a consciência limpa ! Isso tudo graças a justiça desse país ! (Iuggui, 11/04/2013, Matéria 2, *UOL*)

Eu, repito, eu, **jamais esperaria pela justiça de Deus ou dos políticos. Se um "garotinho" desses faz o que fez com um filho meu, vai virar puzzle de 5000 pecinhas.** Depois eu consigo um bom advogado e passo, se passar, 30 dias no "hotel" (TheWork, 11/04/2013, Matéria 3, *UOL*)

Ao observar tais comentários, há a impressão de que os textos trazem muito mais a necessidade de expressão dos leitores – de manifestar o seu medo e a sua raiva pela morte prematura de um jovem, ou pela violência, a descrença na justiça e a falta de políticas que de fato controlem o problema – do que exatamente de fazer justiça com as próprias mãos. Desse modo, o sentido expreso não pode ser capturado de forma literal ou isoladamente. Ele precisa ser visto no conjunto dos comentários e no contexto do ambiente em que está inserido.

5.4. Os leitores e sua atuação na cobertura jornalística

Diferente do modo como acontecia nos jornais tradicionais, quando enviavam cartas à redação e dependiam dos limites da editoria de opinião, além da edição e do crivo da empresa jornalística para publicar suas manifestações, hoje os leitores têm mais liberdade para participar do ambiente jornalístico. Com o advento da *Internet* e o surgimento de um formato de jornalismo próprio para *web*, o leitor ganhou ferramentas que impulsionam a sua interação com o jornal.

Os *sites* noticiosos oferecem uma série de ferramentas interativas que permitem a participação dos leitores por meio de comentários, mecanismos de curtir ou descurtir, seguir a publicação em suas redes sociais digitais, bem como compartilhar as notícias nessas redes, e, ainda, enviar informações que podem ser utilizadas e apuradas pelo jornal para a construção de notícias.

No caso da página de notícias os leitores podem se manifestar por meio da ferramenta de comentários que, apesar de ter um limite de caracteres, não restringe a quantidade de comentários que o leitor pode escrever. Assim, o comentador adquire mais liberdade para participar do ambiente jornalístico, graças à tecnologia. Com filtros mais largos e sem preocupação com os limites da página para publicação, os jornais tendem a aceitar um número maior de comentários e os leitores, por sua vez, aproveitam essa

abertura.

A cada matéria publicada no decorrer da cobertura jornalística percebemos a manifestação incisiva do leitor que, assim como as temáticas apresentadas por ele, aparece de forma recorrente. Um único leitor chega, por exemplo, a comentar a mesma matéria mais de dez vezes. Ao mesmo tempo, também demonstra certa fidelidade ao veículo jornalístico, ou pelo menos, sugere acompanhar a cobertura de um determinado fato jornalístico.

Sou totalmente contra a redução da maioridade penal, não é colocando crianças na cadeia que os problemas cotidianos serão resolvidos, quando o governo fala em ações afirmativas que deem acesso a estes menores carentes a educação, todos são contra, ai quando o veneno se volta contra eles, ai querem resolver a ferro e fogo meio que querendo fazer justiça com as próprias mãos ao estilo radicais religiosos no oriente médio. Antes de exporem suas lamentações, se questionem o que voces tem feito para um país mais igual (**osnizinho**, 12/04/2013, Matéria 4, *UOL*).

Pura demagogia, quando se fala em reduzir a maioridade penal entenda-se que esta lei deve se resumir apenas a individuos pobres da periferia, alguem ja viu filho de rico, ir para a Febém, por mais hediondo que seja o crime que estes tenham comentido ? Alguém se lembra se os meninos que colocaram fogo em um índio foram penalizados de alguma forma ? E aqueles que quebraram uma lampada no rosto de outro rapaz na paulista ? _____ Se esta lei punir todos (inclusive aqueles que atropelam e matam) de forma igual sem brechas para livrar um ou outro, (o que eu duvido) eu assino embaixo (**osnizinho**, 11/04/2013, Matéria 3, *UOL*)

enquanto isso: julgamento de PMs acusados de mortes no Carandiru é adiado O primeiro dos quatro julgamentos foi cancelado porque uma jurada passou mal. O caso foi há 20 anos e deixou 111 presos mortos.O pcc agradece (**Ruy Sylva**, 10/04/2013, Matéria 1, *GI*).

a parti que o ser humano, já tenha consciência de seus atos, já saber o que é certo é errado, já tem discernimento das coisas da vida tem que paga.Eu sou a favorável em casos de crimes hediondos como: homicídio doloso e latrocínio e tem que se fazer exceções no eca; em casos de homicídios dolosos e latrocínios, o menor respondera pelo crime como uma adulto, pronto a pena dele se igual a de uma pessoa adulta, pagara a mesma pena de um adulto se tira uma vida e nem precisa diminui a maioridade penal para 16 (**Ruy Sylva**, 10/04/2013, Matéria 3, *GI*)

tu já pensou se todo pobre fosse criminoso, teríamos rebelião guerras civis em todo país (**Ruy Sylva**, 11/04/2013, Matéria 4, *GI*)

Há ainda os leitores que demonstram maior interesse em responder questões de outros leitores do que iniciar uma discussão.

Num país problemático como o nosso armas não serviriam apenas para se defender. Quanto mais pessoas com armas nas mãos, maior seriam as mortes por motivos torpes, banais. Uma discussão no trânsito : tiro. Um desentendimento com vias de fato : tiro. O sujeito cantou a namorada do outro : tiro. SOU CONTRA, porque o brasileiro, em maioria, não é normal. Pessoas equilibradas que fariam um uso adequado do armamento são poucas nesse país (José Ribeiro, 10/04/2013, Matéria 1, *GI*).

É que o povo pensa que é o Clint Eastwood, que com uma arma no coldre iria matar três fora-da-lei e desviar das balas se escondendo atrás de barris (**Etinne Gillo**, 10/04/2013, Matéria 1, *GI*).

A CULPA é deste bando de intelectuais, na verdade pseudo, que cada dia mais fazem todo mundo confundir problema social com criminalidade, fazendo com que marginais sejam passados por mocinhos que não tiveram oportunidade. E agora que o BRASIL atravessa sua melhor fase econômica os marginais continuam sendo vítimas do problema social e os bandidos de classe média?? Acorda Brasil! Vamos forçar mudança no código de processo penal, será que não conseguem ver a força que temos como povo? (Fontana, 10/04/2013, Matéria 1, *GI*)

O problema é que a imensa maioria dos presos estão lá por causa de furtos simples ou tráfico de drogas. Isso é sim em sua maioria um problema social. Não dá para tratar o indivíduo que furta da mesma forma que o indivíduo que estupra, agride, mata, sequestra. São crimes muito diferentes, nesses últimos por exemplo geralmente há maldade, já o indivíduo que furta, geralmente o faz por má formação moral, porém não crueldade (**Etinne Gillo**, 10/04/2013, Matéria 1, *GI*).

Utilizando um pseudônimo ou o seu próprio nome, identificamos diferentes tipos de leitor: os esclarecidos, os pontuais, os recorrentes, os agressivos, os que conhecem as leis, etc. Contudo, o que parece ser intenção do leitor de notícias dos portais digitais é expor a sua opinião, seja para analisar o caso noticiado, para propor questões a serem discutidas, sugerir caminhos, compartilhar as suas impressões de leitura ou, simplesmente, desabafar.

Considerações Finais

Com advento das novas tecnologias de comunicação e informação, o leitor de notícias ganhou a possibilidade de ampliar suas experiências comunicacionais com as instituições jornalísticas, bem como as formas de interagir com outros leitores. Neste contexto, a pesquisa de mestrado aqui desenvolvida assumiu como objetivo a compreensão das mudanças nas práticas interativas do leitor de jornais digitais, em decorrência do novo ambiente tecnológico do jornalismo, observando, particularmente, uma postura ativa do leitor.

Desenvolvida como um estudo de caso, a pesquisa empírica apoiou-se na análise de textos jornalísticos e comentários de leitores publicados nos *sites UOL* e *G1* sobre a cobertura da morte do estudante Victor Hugo Deppman, em 2013, consolidando um corpus de trabalho com 27 textos e 5.756 comentários. Para tal investigação, utilizamos a metodologia de análise de discurso e assumimos como base teórica a perspectiva dialógica de Bakhtin (2011) para estudar interações entre jornal e leitor, tendo como referência a concepção de jornalismo adotada por Gomis (1991), que considera a existência da notícia atrelada à repercussão que ela consegue gerar entre os leitores.

A primeira hipótese explorada nesta pesquisa diz que o novo ambiente tecnológico no qual o jornalismo está inserido potencializou os modos de leitura em jornais digitais. A partir da sua investigação percebemos que as ferramentas e recursos disponíveis nos *sites* de notícias possibilitam um tipo de interação diferente daquele estabelecido nos jornais tradicionais. Nesse ambiente, além da ferramenta de comentários, que possibilita ao leitor publicar a sua manifestação e responder o comentário de outro leitor, encontramos opções para compartilhar as notícias em redes sociais digitais ou enviar por *e-mail* para um amigo.

Na página de notícias, o leitor manifesta a sua opinião, ora sobre o fato jornalístico, ora sobre a matéria em si. A cada comentário, ele se abre para a discussão com outros leitores e inicia uma interação que margeia a interação conversacional, na medida em que consegue estabelecer trocas mínimas com outros usuários. Outro ponto relevante, na apuração dessa primeira hipótese, é que o leitor não está condicionado aos sentidos construídos no jornalismo. Ele constrói seus próprios significados, a partir da interpretação da notícia, tendo o texto jornalístico como um lugar de referência e se comportando como um leitor ativo (VIZEU, SANTANA, 2010).

A segunda hipótese investigada diz que a cena de enunciação nos jornais digitais é

composta por uma combinação dialógica de enunciados e falantes: o texto noticioso produzido pelo jornalista; o comentário produzido pelo leitor, buscando interagir com o jornalista; e o comentário do leitor, buscando interagir com outros leitores. Na análise da página de notícias verificamos a presença de dois principais falantes, o leitor e o jornalista, e cada um deles ocupa um papel na publicação.

O primeiro é enunciator do texto que serve de referência sobre o fato noticioso. Já o segundo falante é o que produz enunciados que dialogam com o texto jornalístico e com os enunciados de outros leitores. Essa relação dialógica foi percebida tanto no uso de vocativos, evocando de forma clara os outros sujeitos, como em questionamentos ou expressões irônicas apresentadas pelo leitor ao apontar informações descritas no texto. Todos esses enunciados estão inseridos dentro da cena de enunciação jornalística.

A terceira hipótese analisada neste trabalho buscou confirmar (ou não) que os sentidos sobre o fato jornalístico presentes na cena de enunciação dos jornais digitais podem ser construídos em situações de diálogo entre jornalistas e leitores. Notamos então que o texto jornalístico, objetivo, narra a descrição do acontecimento em uma sequência de informações apuradas pelo jornalista. No ambiente de comentários, o leitor interage com essa descrição ao utilizar as informações apresentadas no texto jornalístico para construir os seus próprios enunciados, em uma atitude responsiva (BAKHTIN, 2011).

Dessa maneira, visualizamos um elo entre os enunciados produzidos pelo jornalista e os enunciados produzidos por leitores. A partir da análise das formações discursivas (proposta de solução, impunidade e explosões emotivas), verificamos que os leitores produzem uma qualificação das informações jornalísticas, atribuindo valor aos conteúdos. Eles constroem seus enunciados em cada página, de acordo com o conteúdo de cada matéria e não aleatoriamente.

A última hipótese investigada refere-se ao tipo de diálogo estabelecido nas páginas de notícias: as experiências dialógicas que se estabelecem na cena de enunciação tendem a ser fragmentadas, dispersas no tempo e com escassa interação conversacional. Para verificar esta hipótese, buscamos analisar as formas de interação entre jornalistas e leitores e destes entre si, localizando e descrevendo os tipos de experiências dialógicas com base no ambiente tecnológico dos jornais digitais, seus condicionantes e limitações.

Constatamos, então, no que diz respeito à interação entre jornalista e leitor, que não há, na página de notícias, elementos que demonstrem uma interação direta do jornalista com o leitor, tampouco uma sinalização clara de que os comentários publicados pelos

leitores no ambiente de comentários de uma notícia possam servir para influenciar o jornalista em uma matéria publicada posteriormente. Entretanto, é possível perceber na cronologia das notícias, sinais que fortalecem as discussões levantadas por leitores, como, por exemplo, o debate levantado por eles sobre a impunidade dos jovens que cometem crimes e a publicação de matérias que destacam a apresentação de projetos de lei que propõem penas mais duras para esses jovens.

Já na interação entre leitores, é possível perceber evidências de uma interação conversacional, mesmo que mínima. O ambiente tecnológico no qual as notícias e comentários estão inseridos fornece mecanismos para que possamos identificar a conversação. A ferramenta de comentários possui o recurso de resposta, assim, um leitor pode responder ao comentário de outro leitor. Acionado esse botão, as respostas são agrupadas em bloco junto ao comentário que foi respondido. Sobre o tipo de conversa que se dá nesse ambiente, verificamos que são curtas, que não se estendem por mais de dois turnos de alternância entre falantes.

A pesquisa nos mostrou que o ambiente tecnológico no qual jornalismo *online* está inserido modificou a maneira como o leitor participa no meio jornalístico, produzindo enunciados que contribuem para a construção de sentidos sobre fatos jornalísticos. Futuras pesquisas poderão ampliar o conhecimento sobre esse fenômeno, visto que esse ambiente se atualiza com frequência, seja reconfigurando o seu *layout* ou inserindo novas ferramentas e recursos.

Referências:

ADORNO, Sérgio. **O adolescente na criminalidade urbana de São Paulo**. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 1999.

ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.

ANDI. **Balas perdidas**: um olhar sobre o comportamento da mídia brasileira quando a criança e o adolescente estão na pauta da violência. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

ANDI. **Direitos em Pauta**: imprensa, agenda social e adolescente em conflito com a lei. Brasília: ANDI e Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2012.

ANSELMINO, Natália Raimondo. **La prensa online y su público**: Um estudio de los espacios de intervención y participación del lector em Clarín y La Nación. Buenos Aires: Teseo, 2012.

ARAÚJO, Carlos Alberto. A pesquisa norte-americana. In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera V. (Org). **Teorias da Comunicação**: conceitos, escolas e tendências. 8 ed. petropolis, RJ: Vozes, 2008.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e de estética**: a teoria do romance. São Paulo: Hucitec, 2002.

BARBOSA, Suzana. Jornalismo multimídia e continuum multimídia na quinta geração do jornalismo nas redes digitais. CANAVILHAS, João (org). In: **Notícias e Mobilidade**: o jornalismo na era dos dispositivos móveis. Covilhã: UBI, LabCom, 2012.

BARBOSA, Suzana. **Bases de dados e webjornalismo**: em busca de novos conceitos. Trabalho apresentado no IV Congresso da SOPCOM. Aveiro, 2005.

BENETTI, Marcia. Revista e jornalismo: conceitos e particularidades. In: TAVARES, Frederico Mello B.; SCHWAAB, Reges (org.). **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013.

BENETTI, Marcia. Análise do Discurso: estudo de vozes e sentidos. In: LAGO, Claudia; BENETTI, Marcia. **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

BENETTI, Marcia. **O jornalismo como gênero discursivo**. Revista Galáxia, São Paulo, n. 15, p.13-28, jun. 2008.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 2013.

BERTASSO, Daiane. **Jornalismo de revista e ethos discursivo**: as imagens de si nas capas e nos editoriais de *Veja*, *Época*, *IstoÉ* e *Carta Capital*. (Tese Doutorado). Porto Alegre, UFRGS, 2013.

BRAIT, B. (Org.). **Bakthin**: conceitos-chave. Contexto, 2005.

BURKE, Peter. **A arte da conversação**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

CANAVILHAS, João Messias. **Webnotícia**: proposta de modelo periodístico para la WWW.

(Tese de Doutorado). Salamanca, Universidade de Salamanca, 2007.

CANAVILHAS, João. **Webjornalismo**: da pirâmide invertida à pirâmide deitada. Universidade da Beira Interior, 2006.

CANAVILHAS, João Messias. **Webjornalismo: considerações gerais sobre jornalismo na web**. In: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/texto.php3?html2=canavilhas-joao-webjornal.html>. Acesso em 14 de maio de 2014.

CANCLINI, Néstor García. **Leitores, espectadores e internautas**. São Paulo: Iluminuras, 2008.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Volume I. 8 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2010.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro**: do leitor ao navegador. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

CONSONI, Gilberto Balbela. **Conversação on-line nos comentários de blogs**: organização e controle das conversas nas interações dialógicas no blog Melhores do Mundo. In: PRIMO, Alex (org.). **Interações em Rede**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

FIORIN, José Luiz. **Tendências da análise do discurso**. Estudos Linguísticos, V. 19, 1990.

FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2008.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **A fabricação do presente**: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais. São Cristóvão: Editora UFS e Fundação Oviedo Teixeira, 2005.

GOMIS, Lorenzo. **Teoría Del periodismo**: cómo se forma el presente. Barcelona: Paidós, 1991.

GOMIS, Lorenzo. **Les cartes dels lectors com a barem de la receptivitat periodística**. Periodística. Barcelona: Societat Catalana de Comunicació, núm. 4, p. 89-93, 1991b.

GOMIS, Lorenzo. **Resultados o el registro indiscutible**: um rasgo noticioso. Análisi. Bellaterra: Universitat Autònoma de Barcelona, número 2, p. 127-134.

HERSCOVITZ, Heloíza G. Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, Cláudio. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. **Análise da Conversação**: princípios e métodos. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas, SP: Pontes, 1989.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2005.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso Literário**. São Paulo: Contexto, 2006.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Análise da Conversação**. 6 edição. São Paulo: Ática, 2007.

MARQUES de MELO, José. **A Opinião no Jornalismo Brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.

MIELNICZUK, Luciana. **Jornalismo na web**: Uma contribuição para o estudo do formato da notícia na escrita hipertextual. (Tese Doutorado). Salvador, UFBA, 2003.

MIELNICZUK, Luciana. **Jornalismo online e os espaços do leitor**: um estudo de caso do NETEstado. (Dissertação de Mestrado). Porto Alegre, UFRGS, 1998.

MOSCOVICI, Serge. Das representações coletivas às representações sociais. In: JODELET, Denise (org). **As Representações Sociais**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

NASCIMENTO, Jarbas; CANO, Márcio. **Cenas da enunciação em textos jornalísticos**: o caso da “ditabranda” na *Folha de S. Paulo*. Veredas On Line. Juiz de Fora, 2011.

NEUBERGER, Rachel. **Cultura da participação e mobilização a partir de ferramentas interativas na web**. Trabalho apresentado IX Encontro de Estudos multidisciplinares em cultura – Enecult. Salvador, 2013.

OLIVEIRA, Maria Leoneire C. **O receptor na Internet**: dimensões interativas. Trabalho apresentado no XX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 1997.

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2005.

QUADROS, Cláudia. **Uma breve visão histórica do jornalismo on-line**. Trabalho apresentado no XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom). Salvador, 2002.

PALACIOS, Marcos; MIELNICZUK, Luciana; BARBOSA, Suzana; RIBAS, Beatriz; NARITA, Sandra. **Um mapeamento de características e tendências no jornalismo online brasileiro e português**. Trabalho apresentado no XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom). Salvador, 2002.

PALACIOS, Marcos. **Jornalismo online, informação e memória**: apontamentos para o debate. Trabalho apresentado no VII Congresso Latino-Americano de Ciências da Comunicação, da Associação Latinoamericana de Pesquisadores em Comunicação (ALAIC), 2004.

PECHÊUX, Michel. Apresentação da AAD. In: GADET, F; HAK, H. Por uma análise automática do discurso (Uma introdução à obra de Michel Pechêux). Campinas: Pontes, 1990.

PONTE, Cristina. **Para entender as notícias**: linhas de análise do discurso jornalístico. Florianópolis: Insular, 2005.

PRIMO, Alex; TRÄSEL, Marcelo. **Webjornalismo participativo e a produção aberta de notícias**. In: Revista Contracampo, N. 14, 2006. Disponível em: < <http://www.uff.br/contracampo/index.php/revista/article/view/512/355> >. Acesso em: 12 de agosto de 2013.

RECUERO, Raquel. Atos de ameaça à face e à conversação. In: PRIMO, Alex. (org.). **Interações em Rede**. 1 ed. Porto Alegre: Sulina, 2013.

ROST, Alejandro. **La interactividade em el periódico digital**. (Tese de Doutorado). Universitat Autònoma de Barcelona, Belaterra, 2006.

SANTAELLA, Lucia. **Navegar no ciberespaço**: o perfil do leitor imersivo. São Paulo: Paullus, 2004.

SEIXAS, Lia. **Redefinindo os gêneros jornalísticos**: Proposta de novos critérios de classificação. Portugal (UBI): Labcom. Books, 2009.

SILVA JR., José Afonso da. **Dejá-vu onipresente**: repetição, previsibilidade e homogeneidade no jornalismo *on-line* brasileiro. Trabalho apresentado no XXV Intercom. Salvador, 2002.

SCHUTZ, Alfred. **Fenomenologia e relações sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

STORCH, Laura. **O leitor imaginado no jornalismo de revista**: uma proposta metodológica. (Tese de Doutorado). Porto Alegre, UFRGS, 2012.

STORCH, Laura. **O leitor imaginado como categoria conceitual para pensar o jornalismo de revista**. Trabalho apresentado no XII Encontro Anual da Compós. Salvador, 2013.

TARGINO, Maria das Graças. **Jornalismo cidadão**: informa ou deforma? Brasília: Ibict: UNESCO, 2009.

TEIXEIRA, Polyana Ferrari. **Usabilidade e exercício de jornalismo dentro do formato portal no Brasil**. (Dissertação Mestrado). São Paulo, USP, 2002.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo** – Volume I: porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2012.

TUCHMAN, G. **La producción de La noticia**: Estudio sobre La construcción de la realidad. Barcelona: Gustavo Gili, 1983.

VIZEU, Alfredo; SANTANA, Adriana. **O lugar de referência e o rigor do método no jornalismo**: algumas considerações. Revista Intertexto, Porto Alegre: UFRGS, v. 1, n. 22, p.38-48, janeiro/junho 2010.

ZANOTTI, Carlos Alberto. **Gutenberg cai na rede**: um estudo das transformações que a rede mundial de computadores vem impondo aos processos de produção da imprensa diária. (Tese de Doutorado). São Paulo, USP, 2002.

ANEXO

Termos de uso dos comentários em notícias do site *GI*

1 – CONDIÇÕES GERAIS DE USO - COMENTÁRIOS EM NOTÍCIAS

Estas condições gerais (doravante denominadas "Condições Gerais") regulamentam a utilização da ferramenta que possibilita a postagem de comentários em notícias, que a *GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.*, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Lopes Quintas, nº 303, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.865.757/0001-02, por sua filial localizada na Avenida das Américas, nº 700, Bloco 2A, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 22640-100, inscrita no CNPJ/MF sob nº 27.865.757/0024-90 (doravante denominada "*GLOBO*"), disponibiliza aos usuários da internet através do Portal www.GLOBO.com (doravante denominado o "Portal"), de sua titularidade.

Ao utilizar a ferramenta, o usuário (doravante, o "Usuário"), automaticamente, expressa sua aceitação plena e sem reservas de todas e cada uma das Condições Gerais do presente instrumento. Em consequência, o Usuário deve ler atentamente as Condições Gerais em cada uma das ocasiões em que se propuser a utilizá-la.

A necessária manifestação de aceitação plena e sem reservas destas Condições Gerais pelo Usuário, para todos os fins de direito, é caracterizada por qualquer utilização feita por estes da ferramenta.

Todos os demais avisos, regulamentos e instruções do Portal, bem como a Política de Privacidade, complementam as presentes Condições Gerais, no que não divergirem do presente instrumento, inclusive, mas não limitadamente, as normas relativas ao Cadastro Único do Portal, se for o caso.

2 – OBJETO

As presentes Condições Gerais regulamentam a disponibilização da ferramenta por parte da *GLOBO* e a sua utilização por parte dos Usuários. A *GLOBO* se reserva o direito de modificar unilateralmente, em qualquer momento e sem prévio aviso, a apresentação e configuração da ferramenta, assim como também as condições ora requeridas para sua utilização.

3 – A FERRAMENTA DE COMENTÁRIOS EM NOTÍCIAS

3.1. Destinação

A *GLOBO* disponibilizará através dos sites do Portal *GLOBO.com*, uma ferramenta interativa ao Usuário, através da qual será possível publicar comentários a respeito das notícias neles veiculadas.

A ferramenta permite que o Usuário comente as notícias e, ainda, que visualize os comentários já postados pelos demais usuários.

A necessária conexão à Internet para utilização da ferramenta é de inteira responsabilidade do Usuário, devendo este responsabilizar-se pelas contratações e custos inerentes.

4 - CONDIÇÕES DE ACESSO E UTILIZAÇÃO DA FERRAMENTA

4.1. O Usuário reconhece, desde já, que para utilização da ferramenta pode ou não lhe ser exigido o preenchimento e obediência às regras do Cadastro Único do Portal, obrigando-se, se for o caso, a preenchê-lo com dados verdadeiros, e isentando a *GLOBO* de qualquer responsabilidade quanto a dados falsos que sejam inseridos no referido Cadastro. Outrossim, o Usuário reconhece que as normas pertinentes ao Cadastro Único do Portal integram as presentes Condições Gerais, se for o caso, e que deverão ser rigorosamente observadas pelo Usuário enquanto estiver utilizando a ferramenta, caso o mesmo tenha se cadastrado.

4.2 Registro

Caso seja exigido o cadastramento prévio do Usuário para lhe permitir a utilização da ferramenta, é reservado à *GLOBO* o direito de poder cancelar qualquer registro de Usuário, a qualquer momento e sem prévio aviso, assim que tiver conhecimento, a seu exclusivo critério, que este praticou algum ato ou mantenha conduta que (i) viole as leis e regulamentos federais, estaduais e/ou municipais, (ii) contrarie estas Condições Gerais, (iii) viole os princípios da moral e dos bons costumes. Os Usuários cujos registros forem cancelados não poderão continuar a utilizar a ferramenta.

4.3 Limitações ao Uso e Senhas de Acesso

O Usuário autoriza e reconhece, desde já, que (i) os sistemas utilizados pela *GLOBO* podem ou não exigir o login para postagem dos comentários, e (ii) que a *GLOBO* pode ou não pré-moderar os comentários postados pelos Usuários, ao seu exclusivo critério. O Login consiste na identificação do Usuário, que, neste caso, deverá ainda fornecer sua Senha de Acesso para enviar o comentário desejado, não sendo necessário que o Usuário seja assinante do Portal. Já a pré-moderação significa que nenhum comentário entra no ar sem antes passar por um sistema de autorização editorial, podendo a *GLOBO*, dessa forma, excluir comentários, a seu exclusivo critério, antes da publicação dos mesmos, especialmente em qualquer das hipóteses listadas nas alíneas do item 4.5 infra.

Dessa forma, qualquer uma das quatro possibilidades a seguir listadas poderão ser implementadas pela *GLOBO*, a seu exclusivo critério, em cada um de seus sites nos quais será disponibilizada a ferramenta de Comentários nas Notícias, quais sejam:

- (i)Usuário não logado, comentários sem pré-moderação;
- (ii)Usuário logado, comentários sem pré-moderação;
- (iii)Usuário não logado, comentários com pré-moderação; e
- (iv)Usuário logado, comentários com pré-moderação.

É tecnicamente impossível que os Usuários escolham como Login palavras, expressões ou conjuntos gráfico-denominativos que já tenham sido escolhidos anteriormente por outros Usuários, e reconhecem os Usuários ser vedada a escolha de expressões malsoantes, injuriosas, coincidentes com marcas de produtos ou serviços de terceiros, denominações sociais, expressões publicitárias, nomes ou pseudônimos de personalidades públicas, de pessoas famosas ou registrados por terceiros, ou que não remetam à identidade do registrante e, em geral, contrários à lei, à ordem ou às exigências da moral e dos bons costumes comumente aceitos. Além disso, é terminantemente proibido o uso de nomes de marcas, programas, produtos ou serviços de propriedade ou oferecidos pela *GLOBO* ou de qualquer uma de suas sociedades controladoras, controladas ou sob controle comum ao da *GLOBO*.

4.3.1 Uso e custódia

O Usuário se compromete a fazer um uso diligente das Senhas de Acesso, assim como a mantê-las em segredo, conforme demais avisos, regulamentos e instruções do Portal.

O Usuário se compromete a comunicar a *GLOBO*, imediatamente, a perda ou roubo das Senhas de Acesso assim como qualquer risco de acesso às mesmas por um terceiro.

4.3.2. Substituição do password

As Senhas de Acesso poderão ser exigidas para autenticação do Usuário quando do uso de qualquer aplicativo e/ou outras ferramentas da *GLOBO*. Em alguns casos o Usuário não consegue sucesso no seu processo de autenticação. (i) O primeiro deles ocorre quando o Usuário digita login e/ou password incorreto. Neste caso, o Usuário poderá alterar seu password através da seção "Meus Dados" que permite tanto a troca dos dados quanto informa o password correto caso o Usuário o tenha esquecido; (ii) O segundo, aplicável somente na hipótese do Usuário ser assinante da *GLOBO.com*, seu acesso pode estar temporariamente bloqueado por motivos de segurança ou débitos pendentes. Neste caso, o Usuário deverá entrar em contato com a Central de Atendimento da *GLOBO.com* pelos telefones 4003-8000 (capitais e cidades metropolitanas) ou 0800 881-8000 (demais localidades).

4.4. Responsabilidade do Usuário

O Usuário compromete-se, em geral, a utilizar a ferramenta em conformidade com as presentes Condições Gerais e demais normas e regulamentos da *GLOBO* aplicáveis à ferramenta, bem como a lei, a moral e os bons costumes aceitos e a ordem pública.

O Usuário se compromete a utilizar a ferramenta de forma adequada e diligente, assim como a se abster de utilizá-lo com objetivos ou meio para a prática de atos ilícitos, proibidos pela lei e pelas presentes Condições Gerais, lesivos aos direitos e interesses de terceiros, ou que, de qualquer forma, possa danificar, inutilizar, sobrecarregar ou deteriorar a ferramenta, os equipamentos informáticos de outros Usuários ou de outros internautas (hardware e software) assim como os documentos, arquivos e toda classe de conteúdos

armazenados nos seus equipamentos informáticos (cracking) ou impedir a normal utilização ou gozo da referida ferramenta, equipamentos informáticos e documentos, arquivos e conteúdos por parte dos demais Usuários e de outros internautas.

O USUÁRIO É CONSCIENTE, E ACEITA VOLUNTARIAMENTE QUE O USO DA FERRAMENTA OCORRA EM CONSONÂNCIA COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE E RESPEITADOS OS DIREITOS DE TERCEIROS, EM TODO CASO, SOB A SUA ÚNICA E EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE, SENDO ESTE FORNECIDO "DA FORMA QUE SE ENCONTRA", SEM QUAISQUER GARANTIAS, SEJAM EXPRESSAS, IMPLÍCITAS, EXPLÍCITAS, REGULAMENTARES, DE COMERCIALIZAÇÃO, PERFORMANCE, ADEQUAÇÃO PARA FINALIDADE ESPECÍFICA, SEGURANÇA, CONFIABILIDADE, PONTUALIDADE OU OPERACIONABILIDADE.

4.5. Conduta do Usuário e cessação da disponibilização da ferramenta

O Usuário se compromete a não utilizar a ferramenta com a finalidade de distribuir, transmitir, difundir ou pôr à disposição de terceiros, qualquer comentário e, em geral, qualquer classe de opinião que por si mesmo ou cuja transmissão:

- (a) Contravenha, menospreze ou atente contra os direitos fundamentais e liberdades públicas e individuais reconhecidas constitucionalmente, nos tratados internacionais e no resto do ordenamento jurídico;
- (b) Induza, incite ou promova atuações delituosas, difamatórias, infamantes, violentas ou, em geral, contrárias à lei, à moral e aos bons costumes aceitos ou à ordem pública;
- (c) Induza, incite, promova ou consista em atuações, atitudes ou idéias discriminatórias em razão de sexo, raça, religião, crenças, idade ou condição social;
- (d) Incorpore mensagens delituosas, violentas, degradantes, pornográficas ou, em geral, contrárias à lei, à moral e aos bons costumes aceitos ou à ordem pública;
- (e) Induza ou possa induzir a um estado inaceitável de ansiedade ou temor ou que constitua ameaça ou chantagem a terceiros;
- (f) Induza ou incite a envolver-se em práticas perigosas, de risco ou nocivas à saúde e ao equilíbrio psíquico;

- (g) Seja falsa, ambígua, inexata, exagerada ou extemporânea, de forma que possam induzir a erro sobre o seu objeto ou sobre as intenções ou propósitos do comunicador;
- (h) Esteja protegida por quaisquer direitos de propriedade intelectual ou industrial pertencentes a terceiros, sem que o Usuário tenha obtido previamente dos seus titulares a autorização necessária para realizar o uso que efetua ou pretende efetuar (por exemplo, pirataria);
- (i) Viole os segredos empresariais de terceiros;
- (j) Seja contrária ao direito, à honra, à intimidade pessoal e familiar ou à própria imagem das pessoas;
- (k) Infrinja a normativa sobre segredo das comunicações;
- (l) Constitua, se for o caso, publicidade ilícita, enganosa ou desleal e, em geral, que constitua concorrência desleal;
- (m) Contribua, facilite ou incentive, de qualquer forma, a prática de quaisquer formas de infração aos direitos de propriedade intelectual de qualquer conteúdo disponibilizado na internet. Esta proibição inclui todas as seguintes formas de pirataria de software: (i) disponibilização de números de série de softwares que podem ser utilizados para validar ou registrar o software ilegalmente; (ii) disponibilização de ferramentas cujo propósito seja o acesso ilegal ao software (não incluindo ferramentas que sejam legitimamente úteis para criadores de software, administradores de sistemas, etc.); (iii) disponibilização de quaisquer arquivos de software sobre os quais os Usuários não possuem direitos autorais ou direito de tornar disponível;
- (n) Facilite a disseminação ou contenha material com vírus, dados corrompidos, ou qualquer outro elemento nocivo ou danoso;
- (o) Desrespeite a legislação eleitoral e partidária;
- (p) É terminantemente vedada a utilização da ferramenta para fins comerciais, compreendidos, inclusive: correspondência corporativa e comunicações com finalidade comercial (prospecção de negócios, venda de serviços e mercadorias, ainda que relacionados a pessoa física, etc.).

Em qualquer das hipóteses do parágrafo acima, ou ainda, no caso de qualquer utilização da ferramenta pelo Usuário para fins diversos daqueles a que o mesmo é destinado, ou se a *GLOBO* assim entender adequado, a *GLOBO* poderá, a seu exclusivo critério, não publicar ou excluir (pós-moderação) o comentário postado pelo Usuário e

eliminar seu cadastro, se for o caso, a qualquer tempo e sem qualquer aviso prévio.

Qualquer decisão sobre a aplicação, ou não, das presentes Condições Gerais, será tomada a exclusivo critério da *GLOBO*.

A partir de notificação recebida por terceiros, a *GLOBO* poderá excluir o comentário postado pelos Usuários, a seu exclusivo critério, bem como adotar todas as medidas que entenda cabíveis, podendo prestar quaisquer informações que estiverem em seu poder.

É de responsabilidade do Usuário assumir a posição da *GLOBO*, e, eventualmente, seus diretores, empregados e colaboradores, em quaisquer pleitos e demandas de terceiros com relação ou em decorrência dos comentários por ele prestados que viole as presentes Condições Gerais, quaisquer leis ou regulamentos locais, nacionais ou internacionais aplicáveis, ou quaisquer direitos de terceiros e, ainda que não seja denunciado à lide ou não seja possível assumir a posição da *GLOBO*, seus diretores, empregados ou colaboradores em eventual demanda, arcar com todos os custos decorrentes de tais demandas, incluindo, mas sem se limitar a: custas processuais, honorários advocatícios e eventuais verbas indenizatórias.

4.6. Licença isenta de royalties

A criação e a disponibilização de um comentário pelo Usuário utilizando a ferramenta confere à *GLOBO* e suas empresas associadas, uma licença isenta de royalties, perpétua, irrevogável, não exclusiva, mundial e ilimitada para publicar, transmitir, distribuir e exibir publicamente o comentário do Usuário.

4.7 Alteração da ferramenta

A *GLOBO* reserva-se o direito a modificar, a qualquer momento, sem necessidade de prévio aviso, a apresentação, funcionalidade, usabilidade e configuração da ferramenta, assim como também as presentes Condições Gerais ou quaisquer outros regulamentos e normas que influenciem na ferramenta.

5 – UTILIZAÇÃO POR TERCEIROS

O Usuário está consciente que terceiros podem acessar a ferramenta e, em particular, copiar, colar e editar o conteúdo do mesmo, utilizando esse material para quaisquer finalidades não autorizadas neste instrumento.

6 - DADOS DE CARÁTER PESSOAL

Para utilizar a ferramenta, nos casos em que seja necessário efetuar login para postar comentários, os Usuários devem realizar previamente o Cadastro de suas informações pessoais no Portal (doravante, os "Dados Pessoais"), conforme disposto no item 4.1 dessas Condições Gerais. Os Dados Pessoais que serão solicitados, na hipótese em que se exija o cadastramento do Usuário para que se permita que este envie Comentários nas Notícias são os seguintes: nome completo, sexo, data de nascimento, e-mail de contato, cidade, estado e país. Além desta exigência de que o Usuário informe seus Dados Pessoais, será exigido que o mesmo escolha um login, uma senha e uma pergunta secreta, bem como aceite o Termo de Uso deste produto/ferramenta.

A *GLOBO* manterá os Dados Pessoais dos seus Usuários, através de seu sistema automatizado, para os usos e com as finalidades definidas na sua Política de Privacidade publicada no Portal. Mediante o preenchimento e envio do correspondente Cadastro, o Usuário aceita e autoriza que os seus Dados Pessoais sejam objeto de tratamento automatizado por parte da *GLOBO*, nos termos indicados na Política de Privacidade da *GLOBO*, a qual o Usuário declara ter plena ciência e compreensão de suas disposições. A Política de Privacidade é acessível através do seguinte endereço: <http://www.GLOBO.com/privacidade.html>.

Os Usuários garantem e responsabilizam-se, na forma do item 4.1 supra, pela veracidade, exatidão, vigência e autenticidade dos Dados.

7 - EXCLUSÃO DE GARANTIAS E DE RESPONSABILIDADE

7.1 Exclusão de garantias e de responsabilidade pelo funcionamento da ferramenta:

7.1.1. Disponibilidade, utilidade, falibilidade e alterações

A *GLOBO* não tem obrigação de controlar, e não se compromete a controlar a

utilização que os Usuários fizerem da ferramenta. Em particular, a *GLOBO* não garante que os Usuários utilizem a ferramenta de conformidade com a Lei, estas Condições Gerais, a moral e os bons costumes aceitos, e a ordem pública, nem que o façam de forma diligente e prudente. A *GLOBO* também não tem a obrigação de verificar, e não verifica, a identidade dos Usuários, nem a veracidade, vigência, exaustividade e/ou autenticidade dos dados que os Usuários informam sobre si mesmos à *GLOBO*, a outros Usuários ou a terceiros. A *GLOBO* SE EXIME DE QUALQUER RESPONSABILIDADE PELOS DANOS E PREJUÍZOS DIRETOS E/OU INDIRETOS DE QUALQUER NATUREZA QUE POSSAM SER DEVIDOS À UTILIZAÇÃO DA FERRAMENTA, DO CONTEÚDO DISPONIBILIZADO ATRAVÉS DOS COMENTÁRIOS QUE POSSAM SER DEVIDOS À FALTA DE VERACIDADE, VIGÊNCIA, EXAUSTIVIDADE E/OU AUTENTICIDADE DA INFORMAÇÃO QUE OS USUÁRIOS PROPORCIONAM A OUTROS USUÁRIOS ACERCA DE SI PRÓPRIOS E, EM PARTICULAR, AINDA QUE NÃO DE FORMA EXCLUSIVA, PELOS DANOS E PREJUÍZOS DIRETOS E/OU INDIRETOS DE QUALQUER NATUREZA QUE POSSAM SER DEVIDOS À SIMULAÇÃO DA PERSONALIDADE DE UM TERCEIRO REALIZADA POR UM USUÁRIO.

7.1.2 Privacidade e segurança na utilização da ferramenta

A *GLOBO* não garante a privacidade e a segurança na utilização da ferramenta por parte dos Usuários e, em particular, não garante que terceiros não autorizados não possam acessar e, eventualmente, interceptar, eliminar, alterar, modificar ou manipular de qualquer modo o conteúdo disponibilizado através da ferramenta ou interceptar, eliminar, alterar, modificar ou manipular de qualquer modo os comentários postados.

A *GLOBO* SE EXIME DE TODA RESPONSABILIDADE PELOS DANOS E PREJUÍZOS DE QUALQUER NATUREZA QUE POSSAM SER DEVIDOS AO ACESSO, INTERCEPTAÇÃO, ELIMINAÇÃO, ALTERAÇÃO, MODIFICAÇÃO OU MANIPULAÇÃO, POR TERCEIROS NÃO AUTORIZADOS, DOS COMENTÁRIOS POSTADOS PELOS USUÁRIOS ATRAVÉS DA FERRAMENTA.

7.2 Exclusão de garantias e de responsabilidade pela utilização da ferramenta pelos

Usuários

AO UTILIZAR TANTO ESTE COMO OS DEMAIS SITES E SERVIÇOS DA *GLOBO*, O USUÁRIO CONCORDA EM NÃO RESPONSABILIZAR A *GLOBO*, SUAS AFILIADAS, ADMINISTRADORES OU EMPREGADOS POR RECLAMAÇÕES, QUEIXAS, DIREITOS, OBRIGAÇÕES, DANOS (DIRETOS OU INDIRETOS), CUSTOS E DESPESAS DE QUALQUER NATUREZA.

O Usuário obriga-se a respeitar a legislação eleitoral e partidária e assume total e exclusiva responsabilidade pelo conteúdo por ele disponibilizado na forma da Lei e dos normativos editados pela Justiça Eleitoral, isentando a *GLOBO* de qualquer responsabilidade decorrente da violação da legislação citada.

7.3 Publicidade na ferramenta e no Portal

A *GLOBO* não é responsável pela prestação de quaisquer serviços ou bens, vendidos ou anunciados através dos seus anunciantes, patrocinadores, Usuários ou parceiros de forma geral, associados à ferramenta, aos sites ou ao Portal.

8 - NÃO LICENÇA

A *GLOBO* autoriza o Usuário a utilizar qualquer aplicativo de informática instalado no servidor da *GLOBO* que execute os elementos que compõem a ferramenta, desde que tal ocorra unicamente para utilizar a ferramenta em conformidade com o estabelecido nestas Condições Gerais. A *GLOBO* não concede nenhuma outra licença ou autorização de uso de nenhuma classe sobre os seus direitos de propriedade industrial e intelectual ou sobre qualquer outra propriedade ou direito relacionado com a ferramenta.

9 – INDENIZAÇÃO

Sem prejuízo do disposto na cláusula 4.5 supra, o Usuário concorda em indenizar a *GLOBO* e os demais fornecedores contra toda e qualquer reclamação e despesas, incluindo custas judiciais e honorários advocatícios, resultantes da utilização da ferramenta pelo

Usuário. A presente indenização compreende, sem se limitar a: (i) responsabilidade do Usuário por toda e qualquer obrigação resultante da violação ou infração de direitos de propriedade autoral ou marcas, (ii) a responsabilidade do Usuário por toda e qualquer obrigação resultante de comentários atentatórios à lei, e (iii) demais violações ao estabelecido nas presentes Condições Gerais.

10 - PROCEDIMENTO EM CASO DE VERIFICAÇÃO DE ATIVIDADES ILÍCITAS OU IRREGULARES E ENVIO DE SUGESTÕES

Na hipótese de que qualquer Usuário ou um terceiro considere que existem fatos ou circunstâncias que constituam ilicitude da utilização de qualquer conteúdo e/ou a realização de qualquer atividade nas páginas de internet inclusas ou acessíveis através do Portal e, em particular, que representem violação de direitos de propriedade intelectual ou outros direitos, deverá enviar uma comunicação à *GLOBO* contendo os seguintes dados: (a) dados pessoais: nome, endereço, número de telefone e endereço de correio eletrônico do reclamante; (b) especificação da suposta atividade ilícita ocorrida no Portal e, em particular, quando se tratar de suposta violação de direitos autorais, indicação precisa e completa dos conteúdos protegidos e supostamente infringidos; (c) fatos ou circunstâncias que revelam o caráter ilícito de tal atividade; (d) declaração expressa e clara de que a utilização dos conteúdos foi realizada sem o consentimento do titular dos direitos de propriedade intelectual supostamente infringidos; (e) declaração expressa, clara e sob a responsabilidade do reclamante de que a informação proporcionada na notificação é exata e de que a utilização do material indicado constitui uma violação dos seus direitos de propriedade intelectual ou autoral; (f) especificação do portal, notícia e o endereço da página na qual foi visto o comentário sendo denunciado.

Estas notificações deverão ser enviadas à nossa central de relacionamento para assuntos de comentários em notícias, através dos endereços abaixo:

política de privacidade

E-mail: denunciacomentario@GLOBO.com

<http://www.GLOBO.com/privacidade.html>

Fonte: *Site G1*

Regras de uso dos comentários do site *UOL*

O conteúdo publicado nos produtos interativos do *UOL* é de única e exclusiva responsabilidade civil e penal do assinante e/ou visitante cadastrado cuja senha tenha sido usada para sua criação.

É proibido publicar, divulgar, propagar ou disseminar, em qualquer produto interativo do *UOL*, qualquer material protegido por direitos autorais, sem a devida autorização do autor ou de seu representante. É proibido, ainda, publicar imagens de pessoas sem prévia autorização.

O *UOL* não se responsabiliza pelo conteúdo, opiniões e comentários dos frequentadores de nenhum produto interativo. O conteúdo publicado por assinantes ou visitantes nos produtos interativos não é revisado ou fiscalizado pelo *UOL*.

Porém, o *UOL* poderá, a qualquer tempo e a seu critério, deixar qualquer conteúdo fora do âmbito do seu portal na Internet ou excluir, parcial ou integralmente, qualquer conteúdo disponibilizado pelos usuários ou visitantes de seus serviços, caso possa ser interpretado que o referido conteúdo é contrário às normas legais em vigor, às presentes regras ou em razão de denúncias, sem que isto gere qualquer responsabilidade ao *UOL* ou direito ao usuário.

Se por mais de uma vez forem descumpridas quaisquer das regras expostas ou for verificado o exercício de ilegalidades, o produto interativo será excluído da Internet, e o assinante terá sua assinatura no *UOL* cancelada.

O *UOL* também se reserva o direito de reproduzir e publicar fotos ou trechos das páginas criadas em seus produtos interativos em qualquer meio, a qualquer momento.

O *UOL* não se responsabiliza por qualquer dano supostamente decorrente do uso dos produtos interativos. O *UOL* se reserva o direito de modificar as regras de uso a qualquer momento, sob seu exclusivo critério.

O conteúdo publicado nos produtos interativos do *UOL* não deve conter os seguintes itens:

- Material pornográfico ou atividades ilegais incluindo menores de 18 anos (segundo o artigo 241 do Estatuto da Criança e do Adolescente);
- Material e/ou linguagem grosseira ou ofensiva;

- Prática, indução ou incitação de preconceito quanto à origem, raça, etnia, sexo, orientação sexual, cor, idade, crença religiosa ou qualquer outra forma de discriminação;
- Material calunioso, abusivo ou que invada a privacidade de alguém;
- Imagens e/ou linguagem obscena ou pornográfica;
- Afirmações injuriosas ou difamatórias;
- Informação sobre atividades ilegais e incitação ao crime;
- Material protegido por direitos autorais, nem publicar fotos ou textos sem autorização do autor ou de seu representante legal, publicar fotos sem autorização dos fotografados e distribuir arquivos de som sem autorização de pessoas ou empresas responsáveis;
- Informação relativa à pirataria de material protegido pelas leis de direitos autorais e propriedade;
- Divulgar como próprio ou sem a devida autorização nomes, contatos e demais informações de terceiros;
- Propaganda eleitoral;
- Banners publicitários;
- Vendas online, mesmo de produtos de criação do autor da página (o *UOL* tem uma estação específica para este fim, Shopping *UOL*);
- Páginas e arquivos criptografados ou protegidos por senhas (exceto os hospedados no *UOL* Disco Virtual);
- Programas e arquivos que contenham vírus ou qualquer outro código malicioso;
- Arquivos que sejam exclusivamente acessados por Websites hospedados fora do *UOL*;
- Defesa ou estímulo às práticas de bulimia e/ou anorexia;
- Material que viole qualquer lei municipal, estadual ou federal do Brasil;
- Material que configure crime virtual (saiba mais sobre crimes na Internet no endereço: <http://denuncia.UOL.com.br>)

Aplicam-se ainda aos usuários dos serviços *UOL* as Normas de Segurança e Privacidade do *UOL*, acessíveis diretamente da Home Page do *UOL*.

Regras específicas:

UOL Fórum:

O Fórum é um espaço público. Sua utilização requer do participante a aceitação das regras abaixo:

Não serão permitidas, e poderão ser excluídas pelo *UOL* sem prévio aviso, as mensagens:

- que violem qualquer norma vigente no Brasil, seja municipal, estadual ou federal;
- com conteúdo calunioso, difamatório, injurioso, racista, de incitação à violência ou a qualquer ilegalidade, ou que desrespeite a privacidade alheia;
- com conteúdo que possa ser interpretado como de caráter preconceituoso ou discriminatório a pessoa ou grupo de pessoas;
- com informação relativa a pirataria de software;
- com linguagem ou imagem grosseira, obscena e/ou pornográfica;
- de cunho comercial e/ou pertencentes a correntes ou pirâmides de qualquer espécie;
- que caracterizem prática de spam;
- que caracterizem prática de flood;
- fora do contexto do grupo ou tópico escolhido (offs).

O UOL:

- não se responsabiliza pelas opiniões e comentários dos frequentadores do Fórum. O conteúdo de cada mensagem é de única e exclusiva responsabilidade civil e penal do autor da mensagem. O conteúdo das mensagens não é revisado pelo *UOL*;
- se reserva o direito de, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, retirar qualquer mensagem que possa ser interpretada contrária a estas Regras ou às normas legais em vigor;
- poderá editar trechos de mensagens e publicá-las, como também as fotos aqui disponibilizadas, para a divulgação do Fórum;
- não se responsabiliza por qualquer dano supostamente decorrente do uso deste serviço perante usuários ou quaisquer terceiros.

- A aprovação e continuidade do cadastro do Fórum só ocorrerá se o participante estiver de acordo com as regras acima expostas, obrigando-se a cumpri-las integralmente.
- O *UOL* se reserva o direito de modificar as regras acima a qualquer momento, a seu exclusivo critério.

Fonte: *Site UOL*.